

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

Empregos verdes e desenvolvimento local - O caso de Ponte de Sor

por

VERA LÚCIA ALVES PRATES

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente

Orientador: Professor Doutor João Muralha Farinha

LISBOA

Março de 2014

Direitos de cópia

Empregos verdes e desenvolvimento local – O caso de Ponte de Sor

© Vera Prates, FCT/UNL, UNL

A Faculdade de Ciencias e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objectivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, um agradecimento muito especial ao Professor João Farinha, pelas orientações, disponibilidade e palavras de incentivo.

Um muito obrigado a todos os cidadãos de Ponte de Sor que acreditaram neste trabalho e se disponibilizaram a fornecer informações, dados e opiniões, fundamentais para o valor desta dissertação. Um especial obrigado ao Engenheiro Rogério Alves, Vereador do Ambiente na Câmara Municipal de Ponte de Sor, pela paciência e disponibilidade sempre demonstradas.

À minha mãe pelo apoio e à minha gata Celeste pela companhia e carinho.

E claro, ao Nã por tudo.

Resumo

O modelo de desenvolvimento económico utilizado nas últimas décadas mostrou ser ineficiente. Esta ineficiência veio culminar na crise financeira e económica de 2008, que tornou ainda mais reduzida a capacidade das comunidades enfrentarem as diferentes crises. O aumento do desemprego e das más condições de trabalho surgem naturalmente como consequência. A gravidade das recentes crises veio dar destaque aos conceitos de economia e crescimento verdes. As evidências sugerem que a economia verde tem um enorme potencial para a criação de riqueza e emprego.

Cabe ao poder local (público e privado) implementar no terreno as estratégias internacionais, europeias, nacionais e/ou regionais produzidas neste âmbito. Enquanto que no quadro internacional e europeu, este tema começa a ser incluído nas estratégias de desenvolvimento e de criação de postos de trabalho, a nível nacional isso ainda não se verifica. A nível regional, o Plano de Acção Regional para o Alentejo (em desenvolvimento) reconhece o enorme potencial desta área para a criação de emprego na região alentejana.

A presente dissertação tem como objectivo geral desenvolver linhas de orientação estratégicas para a criação de empregos verdes no concelho de Ponte de Sor. O estudo desenvolvido demonstrou que Ponte de Sor tem boas condições para fazer uma transição para uma economia verde e criar empregos verdes. Este é um facto demonstrado pela tendência de crescimento nos principais sectores económicos existentes e a desenvolver no concelho, e pela existência de activos ambientais de grande valor. No entanto, a não existência de linhas estratégicas específicas a nível local, poderá tornar o processo lento e pouco robusto. As falhas na disponibilidade de dados, e na cooperação entre os vários actores com influência no mercado trabalho, revelam a necessidade de planear as acções a tomar, com vista à criação de mais e melhores postos de trabalho, incluindo empregos verdes.

PALAVRAS CHAVE: Desemprego, Economia e Crescimento Verdes, Empregos Verdes, Poder Local.

Abstract

The economic development model used in the last few decades proved itself to be inefficient. This inefficiency culminated in the financial and economic crisis of 2008, which has reduced even more the ability of communities facing different crises. Rising unemployment and poor working conditions arise naturally as a consequence. The severity of recent crisis came to highlight the concepts of green economy and green growth. Evidence suggests that green economy has enormous potential for creating wealth and jobs.

It is up to local authorities (public and private) to implement the international, european, national and/or regional strategies created in this scope. While on the international and european framework this issue is already beginning to be included in development strategies and job creation, on a national level this has not yet been the case. On a regional level, the Regional Action Plan for Alentejo (in development) recognizes the enormous potential of this field for job creation in the Alentejo region.

This dissertation has as main goal the development of strategic guidelines for creating green jobs in Ponte de Sor municipality. The conducted study showed that Ponte de Sor has favorable conditions to make a transition to a green economy and creating green jobs. This is a fact proven by the growth trend in the main economic sectors and by the existence of environmental assets of great value. However, the absence of specific local strategic lines may turn the whole process slow and fragile. Gaps in data availability and cooperation, between the various stakeholders with influence in the labor market, reveal the need to plan actions to take, in order to create more and better jobs, including green jobs.

KEY WORDS: Unemployment, Green economy and growth, Green jobs, Local authorities.

Lista de Siglas

ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor

ACORPSOR – Associação de Criadores de Ovinos da Região de Ponte de Sor

AFLOSOR – Associação de Produtores Florestais da Região de Ponte de Sor

BAU – *Business As Usual*

BCSD – *Business Council for Sustainable Development*

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

FSC – *Forest Stewardship Council*

GEE – Gases com Efeito Estufa

GGKP – *Green Growth Knowledge Platform*

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change*

LEED – *Local Economic and Employment Development*

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PAR – Plano de Acção Regional

PDM – Plano Director Municipal

PME – Pequenas e Médias Empresas

PIB – Produto Interno Bruto

PNUA – Programa das Nações Unidas para o Ambiente

PRODER – Programa de Desenvolvimento Regional

SINDEQ – Sindicato Democrático da Energia, Química, Têxtil e Indústrias Diversas

UN-Habitat – *United Nations Human Settlements Programme*

Índice de matérias

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract.....	v
Lista de Siglas	vii
1 Introdução	1
1.1. Enquadramento geral.....	1
1.2. Relevância do estudo.....	2
1.3. Âmbito e Objectivos.....	4
2 Metodologia	5
3 Enquadramento teórico.....	9
3.1 Evolução do conceito de desenvolvimento local	9
3.2 Definição dos conceitos de crescimento e economia verdes	11
3.3 O crescimento verde no desenvolvimento das regiões.....	13
3.3.1 Classificação do nível de urbanização das regiões.....	13
3.3.2 O crescimento verde nas cidades	14
3.3.3 O crescimento verde nas zonas rurais	19
3.4 Efeitos do crescimento verde no mercado de trabalho	22
3.4.1 Definição do conceito de Empregos Verdes	22
3.4.2 Impactes da economia verde no número e tipos de postos de trabalho	24
3.4.3 Sectores chave para a criação de empregos verdes	25
4 Enquadramento político	35
4.1 Quadro Internacional.....	35
4.1.1 Plataforma Internacional para o conhecimento sobre Crescimento Verde	35
4.1.2 Estratégia da OCDE para o Crescimento Verde	36
4.2 Quadro Europeu	39
Europa 2020 – A estratégia de crescimento da UE.....	39
4.3 Quadro Nacional.....	43
Estratégia de fomento industrial para o crescimento e o emprego 2014-2020	43
4.4 Quadro Regional.....	45
Plano de Acção Regional do Alentejo 2014-2020 (em desenvolvimento).....	45
5 Diagnóstico sobre os emprego verdes em Ponte de Sor.....	51
5.1 Caracterização do concelho de Ponte de Sor	51
5.1.1 Localização e enquadramento geográfico	51

5.1.2	Nível de urbanização	53
5.1.3	Caracterização demográfica.....	54
5.1.4	Caracterização do desemprego	56
5.1.5	Caracterização dos principais sectores e empresas empregadoras	59
5.1.6	Principais activos ambientais	68
5.1.7	Desenvolvimento de competências ambientais	75
5.1.8	O papel da autarquia na promoção de empregos verdes	79
5.2	Identificação dos sectores chave para criação de empregos verdes no concelho	87
5.3	Identificação dos principais obstáculos à criação de emprego verdes no concelho	91
6	Análise de resultados.....	95
7	Linhas de orientação para criação de empregos verdes em Ponte de Sor.....	99
8	Considerações finais.....	103
9	Referências bibliográficas	105
	ANEXOS	109

Índice de Figuras

Figura 3.1 - Crescimento verde enquanto componente do desenvolvimento sustentável.	12
Figura 3.2 - A roda da prosperidade urbana.	15
Figura 3.3 - Ciclo do declínio das regiões rurais.	19
Figura 3.4 - Modelo de competitividade de base regional, proposto por Augusto Mateus para o Alto Minho.	21
Figura 3.5 - Comparação das tecnologias de energia renovável, em relação ao potencial de criação de empregos anual por GWh.	30
Figura 4.1 - Ligações entre os grupos de indicadores propostos pela OCDE.	37
Figura 5.1 - Localização do concelho de Ponte de Sor no distrito e no país.	51
Figura 5.2 - Mapa das freguesias de Ponte de Sor antes da reestruturação.	52
Figura 5.3 - Vista panorâmica da cidade de Ponte de Sor.	54
Figura 5.4 - Evolução demográfica do concelho entre 2001 e 2012.	54
Figura 5.5 - Evolução demográfica por faixa etária do concelho entre 2001 e 2012.	55
Figura 5.6 - Evolução do índice de envelhecimento 2001 – 2012.	55
Figura 5.7 - População por nível de escolaridade (%), em 2011.	56
Figura 5.8 - Evolução da percentagem de desempregados no total da população residente com 15 a 64 anos.	57
Figura 5.9 - Desempregados inscritos no centros de emprego por faixa etária em 2012.	57
Figura 5.10 - Desempregados inscritos no centros de emprego por habilitações em 2012.	58
Figura 5.11 - Distribuição da população empregada por sector de actividade em 2011.	59
Figura 5.12 - A extracção da cortiça.	60
Figura 5.13 - O pastoreio em Ponte de Sor.	62
Figura 5.14 - Vendas consolidadas do grupo Amorim (milhares de euros).	65
Figura 5.15 - O Montado de Sobro de Ponte de Sor.	68
Figura 5.16 - Mapa dos regimes de utilização do solo no concelho de Ponte de Sor.	69
Figura 5.17 - Venda de espargos e tubras selvagens à beira da estrada (actividade sazonal).	70

Figura 5.18 - A barragem de Montargil.....	71
Figura 5.19 - Mapas da temperatura média, horas de sol, precipitação (www.meteopt.com, 2014) e velocidade do vento (Costa P., 2004) em Portugal.	74
Figura 5.20 - Projecto Eco-escolas – produtos feitos com materiais reciclados para venda nas festas da cidade.	76

Índice de Tabelas

Tabela 3.1 - Critérios para definir o nível de urbanização dos municípios, segundo a Lei 22/2012 de 30 de Maio.....	13
Tabela 3.2 - As cinco dimensões da prosperidade urbana.	15
Tabela 3.3 - Factores que afectam as prioridades políticas e a capacidade de acção dos governos locais, para promoverem o crescimento urbano verde.	18
Tabela 3.4- O novo paradigma rural.	20
Tabela 3.5 - Critérios para designação dos empregos verdes.	23
Tabela 3.6 - Sectores chave para a criação de empregos verdes, segundo a OIT, UN-Habitat, OCDE.....	26
Tabela 3.7 - Multiplicadores de emprego nos sectores da floresta e das florestas sustentáveis na Europa dos 27 (2000).	28
Tabela 3.8 - Criação de postos de trabalho por fonte de energia renovável por MW.	30
Tabela 4.1 - Grupos de indicadores de crescimento verde e respectivos tópicos abrangidos, propostos pela OCDE.	37
Tabela 4.2 - Metas da estratégia Europa 2020.	40
Tabela 4.3 - Identificação das iniciativas-âncora propostas pelo PAR do Alentejo.	46
Tabela 4.4 - Investimentos propostos pelo PAR do Alentejo para o sistema Montado.....	47
Tabela 5.1 - Distâncias de Ponte de Sor aos principais centros urbanos do país.....	52
Tabela 5.2 - Área de cada uma das freguesias do concelho de Ponte de Sor.	53
Tabela 5.3 - Densidade populacional por freguesia.	53
Tabela 5.4 - Principais empresas empregadoras no concelho por sector industrial.....	64
Tabela 5.5 - Evolução do número de empregados da Corticeira Amorim (total nacional).	65
Tabela 5.6 - Avaliação da rentabilização local dos serviços fornecidos pelo Montado.	70
Tabela 5.7 - Avaliação da rentabilização local dos serviços fornecidos pela barragem de Montargil.	72

Tabela 5.8 - Análise dos cursos desenvolvidos em Ponte de Sor nas áreas com potencial para criação de empregos verdes.....	77
Tabela 5.9 - Propostas do PDM de Ponte de Sor para o Montado e Barragem de Montargil.	80
Tabela 5.10 - Objectivos estratégicos do Plano de Acção Orçamental para 2014.	81
Tabela 5.11 - Investimentos em eficiência energética previstos no Orçamento de 2014.	82
Tabela 5.12 - Ideias para promoção do emprego propostas nos programas eleitorais dos outros partidos (CDU, BE e PSD).....	85
Tabela 5.13 - Identificação dos sectores chave para criação de empregos verdes em Ponte de Sor.....	87
Tabela 5.14 - Empresas contactadas para identificação dos principais obstáculos à criação de empregos em Ponte de Sor.	92
Tabela 5.15 - Identificação dos principais obstáculos à criação de empregos verdes em Ponte de Sor.....	93

“Somente quando for cortada a última árvore,
pescado o último peixe e poluído o último rio, é que
as pessoas vão perceber que não podem comer
dinheiro.”

Provérbio indígena

“Se não zelarmos pelo ambiente estamos a retirar
dígitos ao PIB e, consequentemente, a limitar
o nosso próprio potencial para o futuro”

Inger Andersen, Vice-Presidente do Banco Mundial para o Desenvolvimento Sustentável

1 Introdução

1.1. Enquadramento geral

O modelo de desenvolvimento económico utilizado nas últimas décadas mostrou ser ineficiente, tanto do ponto de vista económico, como ambiental e social. É o que provam as várias crises iniciadas ou aceleradas na última década: alterações climáticas, perda de biodiversidade, falta de água e alimentos, instabilidade económica, política e social, entre outras calamidades, que afectam, em diferentes proporções, países desenvolvidos e em desenvolvimento. Esta ineficiência veio culminar na crise financeira e económica de 2008, que tornou ainda mais reduzida a capacidade das comunidades enfrentarem as diferentes crises. O aumento do desemprego e das más condições de trabalho surgem naturalmente como consequência. Esta é uma situação grave, que faz com muitos países e regiões encarem o ambiente como um assunto não urgente, face a outras prioridades que emergem da crise (Comissão Europeia, 2013). No entanto, as evidências são claras em relação aos fortes impactes da degradação ambiental na economia e na sociedade em geral. O uso intensivo de recursos, como as florestas, pesca e água e os níveis crescentes de poluição, incluindo os gases com efeito estufa, ultrapassam já os limites do planeta (OCDE, 2011). Isto significa que um cenário *Business as Usual* (BAU) será insustentável a longo prazo, podendo levar a situações irreversíveis e graves, tanto a nível ambiental, como também a nível económico e social.

A transição para uma economia de baixo carbono já está a acontecer. Neste sentido, é importante perceber que quem não embarcar neste desafio terá concerteza muitas dificuldades em competir num mundo cada vez mais globalizado. Em relação ao caso de estudo escolhido para esta dissertação, o município de Ponte de Sor, coloca-se então a questão: *Terá Ponte de Sor boas condições para fazer a transição para uma economia verde e criar empregos verdes? E, se não, o que lhe falta?* A resposta a esta pergunta não é fácil. Este é de facto um assunto muito complexo, que engloba vários intervenientes e interligações e que exige uma grande quantidade de informação, que muitas vezes não se encontra disponível a nível local. No entanto, a urgência do tema obriga a que se comece por algum lado. Assim sendo, pretende-se que este primeiro diagnóstico sobre o tema dos empregos verdes em Ponte de Sor e respectivas linhas de orientação e conclusões daí resultantes, sejam um contributo para o desenvolvimento futuro de uma estratégia de desenvolvimento local, que encare o crescimento verde como um eixo fundamental para o desenvolvimento económico e a criação de empregos no concelho.

1.2. Relevância do estudo

O desemprego é hoje um dos mais graves problemas a nível mundial.

Alguns países, incluindo Portugal, começaram a ver sinais de recuperação das suas economias em 2013. No entanto, de acordo com o último relatório da Organização Internacional de Trabalho (OIT) (2014) sobre as tendências mundiais do emprego, essa recuperação não está ainda a fazer-se sentir na criação de postos de trabalho. De acordo com o relatório, quase 202 milhões de pessoas estavam desempregadas em 2013, sendo que mantendo as tendências actuais, o número de desempregados global poderá chegar a 215 milhões em 2018. O relatório chama a atenção para o desemprego jovem, com uma taxa de 13.1%, quase três vezes superior à taxa de desemprego nos adultos, representando um pico histórico a nível mundial. Em alguns países, quase um quarto dos jovens com idades entre os 15 e os 29 anos não tem emprego nem estuda (os técnicos designam este grupo com a sigla NEET, acrónimo da expressão inglesa *Young People Neither in Employment nor in Education and Training*). Outro grupo particularmente afectado são os jovens adultos, com idades entre os 25 e os 34 anos. Em tempos de crise, estes são os primeiros a ser afectados, devido à falta de experiência e à protecção dada aos trabalhadores mais antigos e, ao mesmo tempo, devido à impossibilidade de beneficiarem de programas de inserção na vida activa, acessíveis apenas a pessoas mais jovens. No geral, são as pessoas entre os 15 e os 34 anos as mais afectadas pelo problema do desemprego. No grupo Grécia, Irlanda e Portugal perderam-se 1.6 milhões de postos de trabalho entre 2007 e 2012, sendo que 75% dessa redução se verificou nessa faixa etária. Como uma das fontes do problema, o relatório destaca um desajustamento entre as competências adquiridas pelos jovens e as necessidades reais do mercado de trabalho.

Em Portugal, a dimensão do problema do desemprego é particularmente grave. O desemprego total mais que duplicou desde a crise financeira de 2008, chegando quase aos 40% nos jovens (dos 15 aos 24 anos), sendo que quase metade dos desempregados são de longa duração (www.ocde.org, 2014). Para além do elevado número de desempregados, acentuaram-se as más condições de trabalho, sendo mais uma vez os jovens a serem os mais afectados. Baixos salários, pagos ou com recibos verdes ou “por fora”, horas de trabalho acima do aceitável, entre outros problemas, colocam as pessoas numa situação de exclusão e com baixas perspectivas de futuro.

O crescimento verde pode criar oportunidades no mercado de trabalho.

A gravidade das recentes crises veio dar destaque ao conceito de economia verde. Este conceito passou de uma área especializada da economia, para passar a estar presente no discurso de chefes de estado e ministros das finanças, empresários e comunicação social. Acima de tudo,

esta é uma época para desenvolver soluções que sejam, ao mesmo tempo, oportunidades. É necessário desenvolver um novo paradigma económico, no qual a riqueza material não é alcançada à custa de uma crescente degradação do meio ambiente e social.

As evidências sugerem que a economia verde tem um enorme potencial para a criação de riqueza e emprego. Foram já criados dezenas de milhares de empregos verdes em todo o mundo, nos últimos anos (OIT, 2012), sendo que a economia verde é referida por várias entidades como uma das áreas com maior potencial de empregabilidade no futuro. Em Portugal, um estudo desenvolvido sobre os empregos verdes em 2009, estimou que, entre 2010 e 2020, poderiam ser criados entre 100 000 a 130 000 novos postos de trabalho (directos e indirectos) associados ao sector das energias renováveis (Pratas-Dias, G. *et al*, 2009).

Os estudos desenvolvidos sobre o crescimento verde e os empregos verdes tornam-se assim cada vez mais importantes. É necessário fornecer informações claras e dados concretos, que sirvam de apoio ao desenvolvimento de políticas e programas, que tenham simultaneamente impacto na criação de empregos e na conservação ou melhoria das condições ambientais.

O poder local tem um papel vital na transição para uma economia verde e na criação de empregos verdes.

Cabe ao poder local (público e privado) implementar no terreno as estratégias internacionais, europeias, nacionais e/ou regionais produzidas neste âmbito. O conhecimento do terreno e a proximidade com empresários, organizações e população, permite-lhes uma melhor compreensão dos activos e desafios ambientais, da economia e dos mercados de trabalho, específicos de uma determinada região. São por isso actores fundamentais em qualquer processo de mudança e os mais aptos para adaptar as estratégias existentes e criar novas estratégias, adaptadas ao local, para um crescimento verde efectivo e com verdadeiro impacto no mercado de trabalho. A influência do poder local verifica-se tanto a nível rural como urbano, existindo exemplos de estratégias de crescimento verde desenvolvidas em diversos sectores, desde a agricultura à construção civil. Neste contexto, é importante perceber que nenhum actor local, por si só, possui os recursos financeiros, tecnológicos, científicos e outros, necessários para uma implementação eficiente de estratégias de crescimento verde. É necessário um enquadramento favorável no quadro político e uma cooperação forte entre todos os parceiros sociais relevantes.

1.3. Âmbito e Objectivos

Para o desenvolvimento da presente dissertação, optou-se por utilizar o concelho de Ponte de Sor como caso de estudo. Esta região foi a escolhida devido à sua elevada taxa de desemprego, em simultâneo com a presença de activos ambientais relevantes no contexto de uma economia verde.

Assim sendo, a presente dissertação tem como objectivo geral desenvolver linhas de orientação estratégicas para a criação de empregos verdes no concelho de Ponte de Sor.

Os objectivos específicos são os seguintes:

- ✓ Explorar os conceitos de desenvolvimento local, crescimento verde e economia verde;
- ✓ Perceber os impactes do crescimento verde no mercado de trabalho;
- ✓ Conhecer o enquadramento do tema no quadro internacional, europeu, nacional e regional;
- ✓ Realizar um diagnóstico sobre a criação de empregos verdes no concelho de Ponte de Sor.

2 Metodologia

A presente dissertação foi desenvolvida ao longo de quatro fases:

1ª FASE – Pesquisa bibliográfica e recolha de informações no terreno

A pesquisa bibliográfica, e elaboração do enquadramento teórico sobre o tema, decorreu em simultâneo com a recolha de informações no terreno, que consistiu em visitas a locais de interesse e na realização de perguntas exploratórias sobre o tema do emprego e ambiente (a membros da autarquia; colaboradores do Centro de Emprego; responsáveis por programas de formação; responsáveis de empresas e associações; e cidadãos no geral). Esta abordagem mostrou ser bastante útil, nomeadamente na escolha dos temas a explorar no enquadramento teórico e político, e da metodologia a adoptar para a realização do diagnóstico.

2ª FASE – Análise do enquadramento político do tema

Nesta fase foi feita uma pesquisa sobre as estratégias e iniciativas internacionais, europeias, nacionais e regionais consideradas importantes para a criação de empregos verdes. Estes documentos foram analisados, de forma a se tentar perceber as orientações dos mesmos para a transição para uma economia verde e criação de empregos verdes a nível local.

3ª FASE – Desenvolvimento do diagnóstico sobre empregos verdes em Ponte de Sor

A metodologia escolhida, para desenvolver o diagnóstico sobre empregos verdes em Ponte de Sor, foi desenvolvida com base nas informações recolhidas no enquadramento teórico e político do tema. Não tendo sido encontrado um modelo de base, em nenhuma da bibliografia analisada, específico para desenvolver um diagnóstico sobre este tema a nível local, esta tarefa foi onde mais se encontraram obstáculos, visto que o tema engloba um grande número de áreas de conhecimento e respectivas interligações entre estas. Além disso, não foram encontradas informações a nível local focadas especificamente no tema do crescimento verde e emprego verde, pelo que se concluiu que esta será a primeira abordagem ao tema em Ponte de Sor. Tendo isto em conta, a metodologia de diagnóstico foi dividida em três pontos:

1º Ponto - Caracterização do concelho de Ponte de Sor

Neste ponto foi realizado um levantamento de informações, consideradas relevantes para a criação de empregos verdes no concelho, nomeadamente:

- Localização e enquadramento administrativo - dados retirados do Diagnóstico Social de Ponte de Sor 2008-2010 e do site da Câmara Municipal de Ponte de Sor;
- Nível de urbanização - de acordo com a classificação da OCDE (2006) e da Lei 22/2012 de 30 de Maio; dados recolhidos no Diagnóstico Social de Ponte de Sor 2008-2010 e no site PORDATA;
- Caracterização demográfica – dados retirados do site PORDATA;
- Caracterização do desemprego – dados retirados do site PORDATA;
- Caracterização dos principais sectores e empresas empregadoras – dados retirados do site PORDATA e informações obtidas junto das seguintes entidades: Autarquia, Centro de Emprego, ACIPS, SINDEQ (sede de Ponte de Sor), ACORPSOR e AFLOSOR.
- Caracterização dos principais activos ambientais– avaliação baseada no conhecimento da região e informações recolhidas no terreno.
- Desenvolvimento de competências ambientais –avaliação realizada através de entrevistas às seguintes entidades:
 - ✓ Escola Secundária de Ponte de Sor – entrevista aberta com a responsável pelo projecto eco-escolas (Professora Maria Augusta);
 - ✓ IEFP – entrevista através de questionário (Anexo I) a um dos funcionários da instituição (anónimo - o Director do IEFP mostrou-se indisponível para a realização da entrevista);
 - ✓ CEFOSAP – entrevista através de questionário (Anexo I) com Dora Remigio;
 - ✓ ACIPS - entrevista através de questionário (Anexo I) com Ana Rita Dias;
 - ✓ Escola Secundária de Ponte de Sor – entrevista através de questionário (Anexo I) com a responsável pelos cursos tecnológicos (Professora Maria Fernanda Faria).

— Papel da autarquia na promoção de empregos verdes – avaliação realizada a partir de:

- ✓ Documentos e dados fornecidos pela Autarquia ou disponíveis no site da Câmara Municipal – PDM (regulamento, relatório e estudos de caracterização), Carta Estratégica, Plano orçamental para 2014;
- ✓ Recolha e comparação dos programas eleitorais das últimas eleições dos partidos;
- ✓ Entrevista aberta realizada ao Veredor do Ambiente (Engenheiro Rogério Alves).

2º Ponto - Identificação dos sectores com maior potencial para criação de empregos verdes em Ponte de Sor

Para a identificação dos sectores com maior potencial para criação de empregos verdes em Ponte de Sor, foi feito um cruzamento entre os sectores indicados pela bibliografia, como tendo um potencial elevado de criação de empregos verdes (tabela 3.6) e:

- ✓ os sectores/empresas mais dinâmicas e empregadoras do concelho;
- ✓ outras informações relevantes, recolhidas na caracterização do concelho (1º ponto do diagnóstico).

3º Ponto - Identificação dos principais obstáculos à criação de emprego verdes no concelho

Foram identificadas as principais empresas em actividade no concelho em sectores com elevado potencial para criação de empregos verdes. A cada uma dessas empresas foi realizado um questionário (Anexo II), construído com base no modelo de competitividade de base regional, proposto por Augusto Mateus para o Alto Minho (figura 3.5). Este modelo foi o escolhido porque, tal como Ponte de Sor, o Alto Minho é uma região predominantemente rural.

4ª FASE – Elaboração das linhas de orientação e conclusões

As linhas de orientação e conclusões foram desenvolvidas através da análise das informações recolhidas no diagnóstico, à luz das informações recolhida na bibliografia e expostas no enquadramento teórico e político.

3 Enquadramento teórico

3.1 Evolução do conceito de desenvolvimento local

A definição tradicional de desenvolvimento local baseia-se fundamentalmente nos conceitos de crescimento e desenvolvimento económico¹, baseados no crescimento do PIB e reflectindo a criação de riqueza numa determinada região ao longo do tempo. Apesar desta continuar a ser a forma mais utilizada para medir o desenvolvimento, desta maneira ignoram-se outros factores fundamentais para a própria economia. De facto, a subida do PIB ocorre muitas vezes à custa do consumo e degradação de recursos, que se vão tornando escassos, provocando o estrangulamento das actividades económicas que deles dependem. Além de não integrar os custos ambientais, o PIB não exprime aspectos sociais fundamentais, como o fosso entre ricos e pobres ou o estado do mercado de trabalho.

O conceito de desenvolvimento tem, no entanto, vindo a evoluir no sentido da integração do crescimento económico com as outras esferas do bem estar humano. Um marco importante foi a aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948. Desde então, o crescimento da disciplina, e o aparecimento de cada vez mais instituições de protecção dos direitos humanos, reforçou o papel do indivíduo, como o primeiro e último sujeito da esfera internacional.

A “Era Ecológica” teve início nos anos 60. O primeiro grande evento internacional aconteceu em 1972, em Estocolmo, na Conferência Internacional sobre Ambiente Humano, onde foi adoptada uma Declaração de Princípios não vinculativa (Declaração de Estocolmo). A partir de então, verificou-se um aumento exponencial do número de convenções bilaterais e multilaterais, de instituições internacionais vocacionadas para a protecção do ambiente e de Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientais.

Em 1987, a Comissão da ONU sobre Ambiente e Desenvolvimento emite o Relatório Brundtland, que sublinha a importância de conjugar a protecção do Ambiente com o desenvolvimento dos povos e lança um novo conceito, o de desenvolvimento sustentável: “um modelo de desenvolvimento, que permite às gerações presentes satisfazer as suas necessidades, sem que com isso ponham em risco a possibilidade de as gerações futuras virem a satisfazer as suas próprias necessidades”. Este conceito, apesar da controvérsia quanto ao seu âmbito, viria a assumir um papel central nos próximos anos, culminando com a Conferência das Nações

¹ Existem diferenças entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento económicos. O crescimento refere-se ao aumento da riqueza gerada, enquanto que o desenvolvimento acrescenta factores qualitativos, que indicam a direcção desse crescimento (OCDE, 2013).

Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Os principais resultados desta iniciativa foram a adopção de uma Declaração de Princípios sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração do Rio, e a adopção de um plano de acção da comunidade, relativo aos objectivos fixados nessa declaração, a Agenda 21. No capítulo 28 desta agenda, é pedido às comunidades locais que criem a sua própria agenda para o desenvolvimento sustentável (Agenda 21 Local). São as autoridades locais as mais apropriadas para a coordenação deste plano de acção, implementando acções concretas para os seus próprios territórios, em conjunto com todos os sectores da comunidade (Pólvora, 2011). No contexto europeu, a Agenda 21 Local deu origem à Carta de Alborg ou Carta das Cidades e Vilas Europeias para a Sustentabilidade, que visa encorajar e apoiar as vilas e cidades nas suas acções com vista à sustentabilidade a nível local.

Embora a Declaração do Rio tenha destacado a necessidade de equilíbrio entre as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, atribuiu uma importância muito limitada à problemática do trabalho e quase não mencionou a sua relação com o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21, embora bastante completa, apelou simplesmente aos países para “criarem empregos remunerados e possibilidades de actividades profissionais produtivas correspondentes aos contributos factoriais de que cada país dispõe, a uma escala suficiente para ter em conta o aumento previsto da população activa e para compensar os atrasos” (Agenda 21, 1993 in OIT, 2013).

O papel do trabalho digno no desenvolvimento sustentável passou a ser regularmente reconhecido apenas em 2005, na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social. Foi adoptado como um dos objectivos gerais da cimeira e foi incluído num conjunto de indicadores do emprego no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Na OIT, a estreita relação entre o ambiente e o mundo do trabalho começou a ser cada vez mais tida em consideração, reforçando-se a consciência de que “é no local de trabalho que as dimensões social, económica e ambiental do desenvolvimento sustentável, convergem num todo indissociável” (OIT, 2007 in OIT, 2013).

Em 2007, no relatório da Conferência Internacional do Trabalho, o Director Geral da OIT, abordou a relação entre trabalho digno e ambiente e fez pela primeira vez referência ao conceito de empregos verdes (OIT, 2013). Nessa conferência é lançada a Iniciativa Empregos Verdes, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), a Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Organização Internacional de Empregadores (OIE). O objectivo desta iniciativa é “promover as oportunidades, a equidade e a transição para economias sustentáveis, assim como mobilizar os governos, os empregadores e os trabalhadores para os

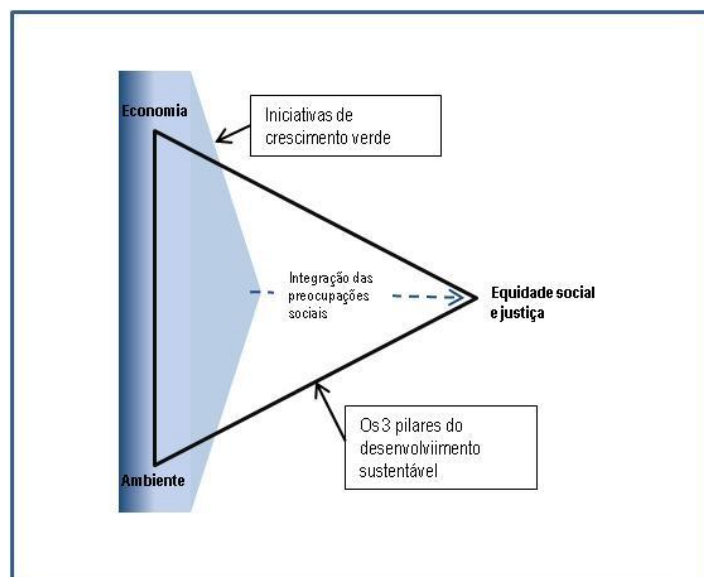
envolver no debate de políticas coerentes e de programas eficazes, susceptíveis de levar a uma economia ecológica com empregos verdes e um trabalho digno para todos” (OIT, 2013).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio + 20) desenvolveu um capítulo específico para a questão do trabalho digno. Nesta conferência, a economia verde é identificada como um dos caminhos para a erradicação da pobreza e um dos meios essenciais para atingir o desenvolvimento sustentável e uma economia mais amiga do ambiente (OIT, 2013).

3.2 Definição dos conceitos de crescimento e economia verdes

Em Junho de 2009, 34 países assinaram uma Declaração sobre o Crescimento Verde, onde declararam que iriam reforçar os esforços para continuar as estratégias de crescimento verde, como parte das suas respostas à crise e não só (OCDE, 2011). Nesse momento, aprovaram um mandato para a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), no sentido de se desenvolver uma estratégia de crescimento verde. Nessa estratégia, a OCDE (2011) define crescimento verde como sendo “o fomento do crescimento económico e do desenvolvimento, enquanto se assegura que os bens naturais continuam a providenciar os recursos e serviços ambientais, dos quais o nosso bem estar depende. Para tal, os investimentos e a inovação devem ser canalizados de forma a garantir um crescimento sustentado e a serem criadas novas oportunidades económicas”.

O conceito de crescimento verde difere do conceito de desenvolvimento sustentável, ao focar-se apenas em dois dos pilares da sustentabilidade: eficiência económica e protecção ambiental. No entanto, apesar de não referir directamente a esfera da equidade social, o crescimento verde deve ser entendido como complementar do desenvolvimento sustentável e não como um substituto. Apesar da existência de evidências de que as iniciativas de crescimento verde têm consequências positivas ao nível da equidade social, esta é uma das principais críticas a este conceito (OCDE, 2013). Neste sentido, alguns decisores políticos procuram directamente metas de equidade social em conjunto com objectivos económicos e ambientais, focando-se directamente na criação de empregos verdes. A figura 3.2 ilustra o conceito de crescimento verde, enquanto componente do desenvolvimento sustentável:



Adaptado de OCDE, 2013.

Figura 3.1 - Crescimento verde enquanto componente do desenvolvimento sustentável.

O PNUA (2011) define economia verde como “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica”. Ao contrário da definição da OCDE, esta definição integra a componente social no conceito de crescimento económico verde, reforçando a obrigatoriedade deste ser socialmente inclusivo. O PNUA (2011) acrescenta ainda que “o caminho do desenvolvimento deve manter, aprimorar e, quando possível, reconstruir capital natural como um bem económico crítico e como uma fonte de benefícios públicos, principalmente para a população carente, cujo sustento e segurança dependem da natureza”.

No contexto da transição para uma economia verde, interessa definir o conceito de activos ambientais. Os activos ambientais são os recursos e serviços ambientais economicamente valorizáveis, por exemplo, o uso da floresta para a produção e posterior comercialização de produtos elaborados a partir da cortiça. É importante que a rentabilização de activos ambientais seja feita de forma sustentável, mantendo o seu potencial disponível para as gerações futuras. O desenvolvimento deste tipo de produtos e serviços, implica investir em conhecimento e inovação.

3.3 O crescimento verde no desenvolvimento das regiões

3.3.1 Classificação do nível de urbanização das regiões

Os métodos utilizados para classificar as regiões e localidades em urbanas ou rurais são variados, não existindo uma classificação universal.

No caso da OCDE (2006), as regiões são classificadas em predominantemente urbanas, predominantemente rurais e intermédias, segundo os seguintes critérios:

- a) Densidade populacional: uma comunidade é definida como predominantemente rural se a sua densidade populacional for inferior a 150 habitantes por km²;
- b) % de população a viver em comunidades rurais: uma região é classificada como predominantemente rural se mais de 50% da sua população vive em comunidades rurais; predominantemente urbana se menos de 15% da população vive em comunidades rurais; intermédia se a % de população a viver em comunidades rurais se encontra entre 15 e 50%;
- c) Centros urbanos: uma região classificada como região predominantemente rural segundo as regras anteriores, será classificada como intermédia se o seu centro urbano tiver mais de 200 000 habitantes, representando menos de 25% da população total da região. Uma região intermédia será considerada predominantemente urbana se no seu centro urbano viverem mais de 500 000 habitantes, representando menos de 25% da população total da região.

Em termos políticos, cada país adopta os seus próprios critérios para distinguir os meios urbanos e rurais. Em Portugal, os critérios para definir o nível de urbanização dos municípios encontram-se definidos no artigo 4º da Lei nº 22/2012 de 30 de Maio. Nesta lei, os municípios são divididos em três níveis:

Tabela 3.1 - Critérios para definir o nível de urbanização dos municípios, segundo a Lei 22/2012 de 30 de Maio.

Nível de urbanização	Critérios
Nível 1	Densidade populacional superior a 1000 hab/km ² e com população igual ou superior a 40 000 habitantes.
Nível 2	Densidade populacional superior a 1000 hab/km ² e com população inferior a 40 000 habitantes; ou densidade populacional entre 100 e 1000 hab/km ² e população igual ou superior a 25 000 habitantes.
Nível 3	Densidade populacional entre 100 e 1000 hab/km ² e com população inferior a 25 000 habitantes; ou densidade populacional inferior a 100 hab/km ² .

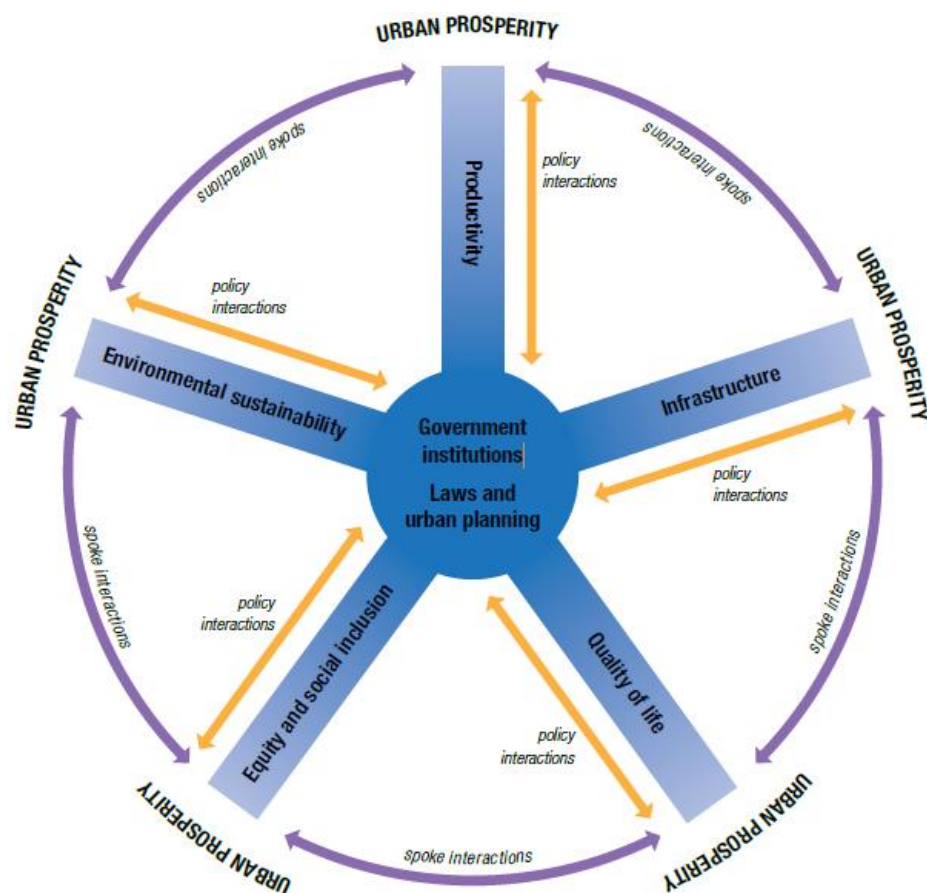
Em relação à classificação das freguesias como estando situadas, ou não, em lugares urbanos, os critérios encontram-se definidos no artigo 5º da Lei 22/2012, sendo que um lugar é considerado urbano se tiver uma população igual ou superior a 2000 habitantes. Em casos devidamente fundamentados, a assembleia municipal pode considerar algumas freguesias como não estando localizadas em lugar urbano, mesmo que tenham mais de 2000 habitantes, tomando em consideração alguns critérios indicados pela legislação (por exemplo, a tipologia das actividades económicas ou o nível de aglomeração de edifícios).

3.3.2 O crescimento verde nas cidades

As cidades são aglomerados, nos quais os indivíduos estabelecem vários tipos de relações sociais, comerciais e culturais, que vão sendo sedimentadas ao longo dos anos e através das quais se cria a identidade local. São importantes geradoras de riqueza, emprego e produtividade e têm um papel fulcral no desempenho ambiental das regiões.

A procura pelo crescimento verde nas cidades assume uma importância relevante, face ao crescimento expectável das cidades nas próximas décadas. Segundo a OCDE (2013), “pela primeira vez na história humana, mais de metade da população mundial vive em áreas urbanas. No final do século, prevê-se que esta percentagem suba para 85% da população mundial (...)”

A sustentabilidade do planeta irá inevitavelmente ter de passar por novas formas de gerir as cidades. É necessário repensar o seu desenvolvimento, de forma a garantir as condições de vida da população actual e futura. Neste contexto, o relatório do Programa Habitat das Nações Unidas (UN-Habitat), sobre o estado das cidades do mundo (2013), propõe uma nova abordagem ao conceito de prosperidade das cidades. Segundo esta nova abordagem, a prosperidade desenvolve-se ao longo de cinco dimensões interligadas: produtividade, infraestruturas, qualidade de vida, equidade e sustentabilidade ambiental. Na procura da prosperidade, as autoridades locais devem entender as várias interligações entre estas cinco dimensões. Deverão ter em conta que as intervenções em uma das dimensões irão ter efeitos multiplicadores nas outras quatro. A “roda para a prosperidade urbana”, conforme definida pela UN-Habitat, encontra-se ilustrada na figura seguinte:



Fonte: UN-Habitat, 2013.

Figura 3.2 - A roda da prosperidade urbana.

Na tabela seguinte encontram-se resumidas as cinco dimensões da prosperidade urbana, conforme definida pela UN-Habitat (2013):

Tabela 3.2 - As cinco dimensões da prosperidade urbana.

Produtividade	Eficiência com que se transformam os <i>inputs</i> em <i>outputs</i> . A produtividade deve contribuir para o crescimento económico e desenvolvimento local, gerar renda, oferecer empregos decentes e igualdade de oportunidades para todos. Está dependente de uma rede eficiente de serviços e infraestruturas; de condições para aglomeração e economias de escala; de condições para a inovação e troca de ideias; e de capacidade para garantir a qualidade de vida.
Infraestruturas	Devem ser garantidas as infraestruturas, e respectiva manutenção, necessárias ao desenvolvimento económico, social e ambiental. Distribuição de água, saneamento, estradas e tecnologias de comunicação e informação, entre outras, devem ser construídos de forma a melhorar os níveis de vida e conseguir ter produtividade, conectividade e competitividade.
Qualidade de Vida	As cidades prósperas dão especial atenção à relação entre produtividade e equidade. É também importante permitir o uso seguro de espaços públicos saudáveis, de forma a garantir a coesão comunitária e a identidade cívica.

Equidade e inclusão social	Uma maior equidade social permite uma utilização mais eficiente dos recursos, incluindo das competências e capacidade criativa. A melhoria da equidade inclui a redução das barreiras ao desenvolvimento individual e colectivo, a expansão de oportunidades e o fortalecimento da cidadania. Devem ser desenvolvidas medidas para reduzir a pobreza, proteger os direitos das minorias e grupos vulneráveis e assegurar a participação cívica nas esferas social, política e cultural.
Sustentabilidade ambiental	A cidades ambientalmente sustentáveis têm uma maior probabilidade de serem mais produtivas, competitivas, inovadoras e prósperas. São capazes de desenhar um balanço saudável entre crescimento económico e ambiente, permitindo um desenvolvimento integrado e resiliente, inclusive às alterações climáticas. Por norma, são mais compactas, energeticamente eficientes, limpas, pouco poluidoras, mais acessíveis e oferecem melhores opções de transportes. Oferece às cidades oportunidades para a criação de novos tipos de emprego e investimento, minimização da pobreza e redução da falta de equidade.

No centro da roda encontra-se o poder urbano local, que engloba o sector público (autarquia e outras instituições, leis e regulamentos) e o sector não público (sociedade civil, empresários, ONGs, entre outros). Cabem ao poder local quatro papéis fundamentais, que se inter-relacionam:

- a) Assegurar a prevalência do interesse público acima dos interesses privados;
- b) Controlar a direcção, ritmo e impulso da roda;
- c) Assegurar o balanço entre as cinco dimensões e respectivas sinergias;
- d) Numa relação em ambas as direcções, absorver e amortizar quaisquer choques entre as dimensões.

Na promoção da prosperidade das cidades, as políticas de sustentabilidade ambiental são potenciadas, ou limitadas, por sete factores fundamentais (UN-Habitat, 2013):

- a) Disponibilidade de recursos financeiros;
- b) Disponibilidade de recursos humanos competentes;
- c) Acesso a tecnologia apropriada;
- d) Recurso a instituições especializadas;
- e) Acesso a informação de suporte;
- f) Existência de uma coordenação organizacional apropriada;
- g) Existência de quadros legais de suporte.

Em relação ao desenvolvimento urbano, a OCDE sublinha a necessidade de desenvolver uma definição clara de crescimento verde ao nível da cidade. No relatório *Green Growth in Cities* (2013), a OCDE sugere a seguinte definição para o crescimento verde urbano: “fomento do crescimento económico e desenvolvimento, através de actividades urbanas que reduzam as externalidades ambientais negativas, nomeadamente os impactes nos recursos naturais e

serviços ambientais”. Ao focar-se no crescimento económico, esta definição reconhece que as políticas para reduzir os impactos ambientais só poderão ser sustentáveis a longo prazo se forem capazes de gerar riqueza. O relatório indica seis sectores urbanos, onde as intervenções têm maior potencial para reduzir as externalidades ambientais negativas das cidades: planeamento dos usos do solo, transportes, edifícios, energia, resíduos e água. A adaptação a potenciais alterações do clima é uma actividade que atravessa todos os sectores. Neste contexto, são identificados quatro potenciais impactos do crescimento verde nas cidades:

- a) um aumento do número de empregos;
- b) um aumento da atractividade das áreas urbanas;
- c) um aumento da produção local de bens e serviços verdes;
- d) um aumento no valor das áreas urbanas.

Conforme os impactos pretendidos, os governos locais deverão definir políticas e programas, sendo indicado um conjunto de políticas chave a ter em consideração (OCDE, 2013):

- a) quando a prioridade é um aumento no número de empregos gerados, uma política chave a considerar é a melhoria da eficiência energética dos edifícios;
- b) quando a prioridade é um aumento na atractividade da cidade, para empresas e capital humano competente, uma política chave é a melhoria do sistema de transportes;
- c) quando a prioridade é o aumento da produção local de produtos e serviços verdes, as políticas chave a considerar são a identificação do potencial para a especialização verde e o fomento da inovação e desenvolvimento (I&D) de tecnologias verdes;
- d) quando a prioridade é o aumento do valor das áreas urbanas, uma política chave a considerar é o restauro urbano, incluindo a ocupação dos centros urbanos e os eco-distritos¹.

As prioridades políticas e a capacidade de acção dos governos locais, para promoverem o crescimento verde nas cidades, dependem de um conjunto de factores que podem limitar ou potenciar este crescimento (OCDE, 2013):

¹ O conceito de **Eco Distrito** foi aplicado pela primeira vez em 2010, na cidade de Portland, quando o POSI (uma ONG) lançou um projecto piloto focado no desenvolvimento sustentável de cinco bairros da cidade. As áreas de actuação são: desenvolvimento justo; saúde e bem-estar; identidade da comunidade; energia; acesso e mobilidade; água; habitat e função dos ecossistemas; e gestão de materiais. Um dos objectivos da iniciativa é a criação de empregos verdes (www.cidadessustentaveis.org.br, 2013).

Tabela 3.3 - Factores que afectam as prioridades políticas e a capacidade de acção dos governos locais, para promoverem o crescimento urbano verde.

Características físicas e composição demográfica	
Tamanho	A escala de urbanização varia entre cidades pequenas, médias, grandes e mega-cidades. Por exemplo, no caso de congestionamento, uma pequena cidade vai conseguir responder de forma mais simples e eficiente do que uma mega-cidade.
Densidade	Cidades muito densas podem ter problemas com altos níveis de congestionamento, ao contrário das cidades menos densas. No entanto, nas cidades mais densas o custo - benefício no investimento em transportes públicos poderá ser muito superior ao custo - benefício desse investimento em cidades menos densas.
Condições climáticas e geográficas	As cidades costeiras estão mais sujeitas ao aumento do nível do mar e a eventos climáticos extremos, dando mais prioridade às medidas de adaptação em vez das medidas de mitigação. As cidades sujeitas a extremos nas temperaturas terão um custo-benefício superior no investimento em redes de aquecimento e arrefecimento urbano, em comparação com cidades com climas temperados.
Tecnologia e Infraestruturas	Os investimentos passados em tecnologias e infraestruturas podem “trancar” a cidade num caminho, do qual se torna muito difícil de sair. A sua substituição por alternativas mais eficientes poderá ser financeiramente inviável para muitas cidades.
Composição demográfica	Os decisores políticos das cidades com uma população em envelhecimento, terão a necessidade de se focar no mercado de habitação e nos sistemas de transportes e de saúde. Ao mesmo tempo, irão ter como desafio um encolhimento do mercado de trabalho.
Estado do desenvolvimento económico	
Nível de desenvolvimento	As cidades dos países desenvolvidos poderão focar-se em medidas de promoção da qualidade de vida (espaços verdes, sistema de transportes, etc.), enquanto que as cidades dos países em desenvolvimento irão focar-se em assegurar as necessidades básicas (habitação, água, saneamento, etc.).
Taxa de pobreza/nível de desigualdade	O elevado nível de desigualdade social poderá levar o governo local a focar-se em medidas que promovam o equilíbrio social.
Ritmo de crescimento	A escala e velocidade de urbanização vão determinar a escala e velocidade de reacção das cidades aos desafios inerentes a esse crescimento. As cidades em rápido crescimento vão ter de reagir de forma mais rápida e de fazer investimentos superiores, aos das cidades em crescimento lento. As cidades em decréscimo terão de desenvolver políticas com objectivos significativamente diferentes.
Fontes de energia e perfil industrial	
Perfil industrial	As cidades que albergam indústrias pesadas poderão dar prioridade a medidas de mitigação da poluição e de redução do consumo energético do sector industrial. Enquanto que as cidades com desenvolvimento forte na área dos serviços se poderão focar em medidas de aumento da qualidade de vida.
Fontes de energia	As fontes de energia disponíveis numa cidade, poderão representar uma vantagem (regiões que dependem de energias renováveis) ou um handicap (regiões dependentes de combustíveis fósseis).
Tipo de governo	
Local vs Centralizado	A capacidade de actuação das cidades depende, em larga escala, do nível de autonomia e capacidade fiscal para desenvolver e implementar políticas.

Adaptado de OCDE, 2013.

A OCDE (2013) indica ainda 4 tipos principais de instrumentos políticos que podem ser usados pelas autoridades urbanas locais para atingir o crescimento verde:

- i. Autoridades reguladoras – os governos locais podem procurar atingir as suas metas ambientais através do seu poder para definir, implementar e fiscalizar regulamentos,

particularmente os relacionados com usos do solo, provisão de serviços e planos directores;

- ii. Despesa pública e aquisições – alinhamento da despesa pública com objectivos ambientais na gestão de investimentos, subsídios, empréstimos, taxas, aquisições e parcerias público-privadas;
- iii. Ferramentas financeiras – impostos e taxas podem ser usados como incentivos ou desincentivos para alterar o comportamento dos cidadãos e empresas, relativamente ao uso de transportes, usos do solo, habitação, resíduos, água e energia;
- iv. Informação e educação – programas de educação do consumidor, normas ecológicas, etiquetas ecológicas e demonstrações de boas práticas, podem ajudar a melhorar a sensibilidade do público para problemas ambientais e facilitar a entrada no mercado de bens e serviços verdes.

3.3.3 O crescimento verde nas zonas rurais

As regiões predominantemente rurais estão muitas vezes associadas a níveis baixos de desenvolvimento. A fuga de jovens, o envelhecimento da população e as baixas habilitações podem criar um ciclo vicioso, com impactes negativos no crescimento económico e criação de empregos, muito difícil de quebrar:



Adaptado de OCDE, 2006.

Figura 3.3 - Ciclo do declínio das regiões rurais.

No entanto, segundo a OCDE (2006), as regiões rurais podem não ser sinónimo de declínio, sendo que as evidências mostram que o paradigma rural está a mudar (tabela 3.4). A redução drástica do emprego na agricultura levou as comunidades rurais a procurem um leque

mais vasto de alternativas para o crescimento. Factores como a globalização, a melhoria dos meios de comunicação e a redução nos preços dos transportes, quando bem explorados, podem trazer oportunidades acrescidas para estas zonas.

Tabela 3.4- O novo paradigma rural.

	Abordagem tradicional	Nova Abordagem
Objectivos	Compensação, renda agrícola, competitividade agrícola	Competividade das áreas rurais, valorização dos recursos locais, exploração de recursos subexplorados
Sectores chave	Agricultura	Vários sectores da economia rural (ex.: turismo rural, manufactura, silvicultura, tecnologias de comunicação e informação)
Ferramentas	Subsídios	Investimentos
Actores chave	Governos nacionais, produtores locais	Todos os níveis governamentais (internacional, europeu, nacional, regional e local), vários parceiros locais (público, privado, ONGs)

Adaptado de OCDE, 2006.

A valorização de activos anteriormente desprezados ou subvalorizados, como os ambientais (paisagem, biodiversidade, clima, etc.), mas não só (gastronomia, música, competências das pessoas, etc.), assume uma importância fulcral no desenvolvimento económico destas regiões. Relativamente aos activos ambientais, estes contribuem directamente para a atractividade das regiões, para além de providenciarem recursos para as mais variadas actividades económicas, nomeadamente a indústria agro-alimentar e agro-florestal.

Tradicionalmente, a economia e desenvolvimento territorial das áreas urbanas e rurais têm sido consideradas como tópicos separados, tanto ao nível da investigação, como no desenvolvimento de políticas. No entanto, as áreas urbanas têm-se fundido cada vez mais com as áreas rurais, não sendo tão fácil traçar uma linha entre ambas como era no passado. As interações entre o meio urbano e rural englobam questões relacionadas com a demografia, mercado de trabalho, serviços públicos e desempenho ambiental (OCDE, 2013b). As cidades, que se encontram inseridas em regiões rurais e procuram promover o crescimento verde, devem portanto considerar e explorar as interacções com o meio rural envolvente, nomeadamente, através da criação de parcerias que promovam a sustentabilidade económica, social e ambiental da região.

No contexto regional, destaca-se o trabalho desenvolvido por Augusto Mateus (2012) no Alto Minho (uma região predominantemente rural¹): “Alto Minho - Desafio 2020: Como tornar o Alto Minho uma região competitiva”. De acordo com Augusto Mateus, “uma economia competitiva comporta um nível elevado de eficiência e eficácia, traduzido numa capacidade efectiva de criação de emprego e de remunerações dos factores produtivos, isto é, numa capacidade de melhorar, de forma sustentada, o nível de vida médio da sua população”. O modelo proposto para este trabalho, como base para a competitividade a nível regional foi o seguinte:



Adaptado de Porter, M. – *The Competitive Advantage of Nations* in Mateus, A., 2012.

Figura 3.4 - Modelo de competitividade de base regional, proposto por Augusto Mateus para o Alto Minho.

¹ A densidade populacional da região Minho-Lima era, em 2012, de 109,6 habitantes por km², sendo que Viana do Castelo (o principal centro urbano) tinha 88 209 habitantes (PORDATA – INE Estimativas anuais da população residente).

3.4 Efeitos do crescimento verde no mercado de trabalho

3.4.1 Definição do conceito de Empregos Verdes

Apesar do conceito de empregos verdes não ser um conceito novo, não existe ainda um consenso em torno da sua definição. Destacam-se as definições propostas pelas principais entidades internacionais com impacte nesta matéria:

- Para a **OCDE** (2013) os empregos verdes “são todos aqueles relacionados com actividades que produzem bens ou serviços que reduzam as externalidades ambientais negativas e o impacte nos recursos naturais e nos serviços ambientais.”;
- O **PNUA** define empregos verdes como “trabalhos, na agricultura, manufactura, investigação e desenvolvimento, administração e serviços, que contribuem de forma significativa para o preservação e restauro da qualidade ambiental. Especificamente, mas não exclusivamente, esta definição inclui empregos que ajudam na protecção de ecossistemas e biodiversidade; reduzem o consumo de energia, materiais e água, através de estratégias de alta eficiência; descarbonizam a economia; evitam ou minimizam todos os tipos de desperdício ou poluição” (UNEP, 2008a, p.3 in OCDE, 2010);
- Para a **OIT** “os empregos são verdes quando ajudam a reduzir impactes ambientais negativos, promovendo o desenvolvimento de empresas e economias sustentáveis ao nível ambiental, económico e social. Especificamente, os empregos verdes são empregos decentes que: reduzem o consumo de energia e matérias primas; limitam as emissões de gases com efeito estufa; minimizam os resíduos e a poluição; e protegem e restauram os ecossistemas” (Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, 2013).

De acordo com estas definições, os empregos verdes englobam um grande número de competências, habilitações e ocupações, e podem ser encontrados em qualquer ponto da cadeia de fornecimento. Deste modo, existem empregos verdes mais transformadores do que outros, em relação ao benefício ambiental que providenciam. Por exemplo, um gestor de uma empresa de painéis solares tem um emprego verde, mas o emprego da pessoa que faz a contabilidade da mesma empresa também é verde?

Um grande número de critérios podem ser usados para traçar a fronteira entre empregos verdes e não verdes. Para auxiliar nesta tarefa, a OCDE (2010) propõe um conjunto de critérios fundamentais (tabela 3.5), que podem servir de base para uma avaliação dos empregos verdes a nível local. Com base nestes critérios, os decisores políticos podem desenvolver uma definição adaptada às condições locais e aos objectivos traçados, assim como facilitar o planeamento, implementação e avaliação da economia verde local e das políticas de criação de emprego.

Tabela 3.5 - Critérios para designação dos empregos verdes.

Indústria	<p>Sector: Refere-se à categoria da actividade desenvolvida por determinada organização. Os sectores que mais vezes são designados de “verdes” incluem: energias renováveis, construção, transportes, reciclagem, agricultura, florestal e turismo. Estes sectores são geralmente o foco dos estudos sobre empregos verdes, não apenas pela natureza dos bens e serviços que fornecem, mas também pelo grande número de pessoas que empregam.</p> <p>Produto/Serviço: Refere-se ao output dos diferentes sectores. Estes são produtos e serviços específicos que podem ser considerados “verdes” devido aos processos de eco-inovação envolvidos na sua produção. Por exemplo, produtos que têm como objectivo reduzir os impactes ambientais negativos (ex.: produtos que melhoram a eficiência energética) ou produzir impactes ambientais positivos (ex.: serviços de reciclagem).</p>
Organização	<p>Método de produção: Refere-se aos padrões de qualidade ambiental usados pelas organizações nos seus processos de produção. Por exemplo, implementação de medidas para a redução do consumo de energia e produção de resíduos. Este critério permite a classificação de empregos em empresas que não pertencem a um sector verde.</p> <p>Sensibilidade ambiental: As organizações têm diferentes níveis de comprometimento com as questões ambientais (Connection Research, 2009, p.17 in (OCDE, 2010)). Em alguns casos, os administradores são indivíduos extremamente comprometidos com causas ambientais e colaboram com associações, parceiros e movimentos comunitários. A sensibilidade ambiental encontra-se muitas vezes refletida nos níveis da responsabilidade social cooperativa da organização.</p> <p>Posição na cadeia de valor: As implicações de um emprego na economia verde pode variar ao longo cadeia de valor de um produto ou serviço. Um emprego numa companhia de automóveis eléctricos é considerado verde, mas um emprego na empresa que faz os volantes para esses automóveis também?</p>
Emprego	<p>Perfil ocupacional: Refere-se à natureza e propósito do emprego, independentemente do sector. Qualquer ocupação pode ser considerada verde, desde que contribua para reduzir os impactes negativos no ambiente, directa ou indirectamente. Como resultado, ocupações desde gestores, a vendedores a operários, podem a uma dada altura ser considerados verdes.</p> <p>Requisitos de competências e habilitações: Certos empregos requerem que os trabalhadores possuam competências e habilitações específicas na área ambiental. A determinação de se um emprego é verde ou não pode ser feita com base na necessidade de determinadas habilitações e competências para o desempenhar.</p> <p>Decência no trabalho: O PNUA e a OIT destacam o facto dos empregos verdes terem de ser empregos decentes, isto é, “bons empregos que oferecem rendimentos adequados, condições de trabalho seguras, segurança no emprego, perspectivas de carreira razoáveis e garantias de direitos no trabalho” (UNEP 2006, p.4 in OCDE, 2010).</p> <p>Carga de trabalho verde: Alguns trabalhadores dividem o seu trabalho entre tarefas verdes e tarefas tradicionais. Neste caso, é importante perceber se a carga horária dedicada a tarefas verdes é suficiente para se poder dizer que o emprego é verde.</p>

Adaptado de OCDE, 2010.

A vantagem em ter em consideração estes critérios é a de permitir adaptar as definições às condições locais e aos objectivos políticos, enquanto se garante que são criados empregos verdes. Por exemplo, uma comunidade com uma base industrial muito forte nos sectores tradicionais, pode não ter condições a curto prazo para substituir as suas indústrias por indústrias verdes. Em vez disso, pode focar-se em tornar os processos produtivos mais verdes e melhorar a sensibilidade ambiental das empresas.

3.4.2 Impactes da economia verde no número e tipos de postos de trabalho

A crise económica actual, e a sua relação com os problemas ambientais, reforça a necessidade de criar empregos verdes. O desenvolvimento de uma definição clara de empregos verdes é de extrema importância para o desenvolvimento de estratégias, que promovam a criação deste tipo de emprego. No entanto, em última análise, o que importa não é saber quantos empregos verdes são criados por esta ou aquela definição, mas saber qual o verdadeiro impacto da economia verde no mercado de trabalho. Neste contexto, importa perceber os seguintes efeitos no mercado de trabalho, na transição para uma economia verde:

- ✓ Transformação dos empregos existentes;
- ✓ Criação de novos postos de trabalho em sectores verdes;
- ✓ Extinção de postos de trabalho ligados a sectores poluidores.

Coloca-se assim a questão se, de facto, existem evidências de que a promoção da sustentabilidade ambiental tem efeitos no aumento líquido de postos de trabalho. Segundo os modelos de previsão desenvolvidos pela OCDE (2013), “a longo prazo, as políticas de crescimento verde não deverão ter impacto no número absoluto de postos de trabalho, mas provavelmente irão desencadear uma significativa migração de postos de trabalho entre os diferentes sectores.” De uma forma geral, é expectável uma redução dos postos de trabalho em sectores poluidores e um aumento em sectores verdes. A nível local, isto significa que, o efeito das estratégias de crescimento verde no mercado de trabalho vai depender das características da economia local e da capacidade dessas regiões para investirem em sectores com potencial para a criação de empregos verdes. Algumas regiões irão ter resultados positivos em termos de criação de postos de trabalho, enquanto que outras não. Qualquer que seja o caso, deverão ser tidas em consideração todas as potenciais implicações, negativas e positivas, no mercado de trabalho, de uma transição para uma economia verde.

Neste contexto, interessa definir três conceitos fundamentais ligados aos empregos verdes (OIT, 2012):

- ✓ Empregos directos: criação de empregos directamente ligados a sectores e actividades verdes;
- ✓ Empregos indirectos: empregos criados para apoiar o crescimento dos sectores verdes, nomeadamente no fornecimento de bens e serviços integrados em sectores não verdes. Por exemplo, no fornecimento de cimento e outros materiais para a construção de empresas verdes;
- ✓ Emprego induzido: relacionado com a criação de postos de trabalho resultante da distribuição na economia local dos rendimentos obtidos pelos empregados directos e indirectos.

Um outro factor a considerar é o efeito no orçamento das empresas e moradores. Um efeito negativo no orçamento pode estar associado, por exemplo, com a introdução de energias renováveis. No entanto, este efeito negativo é apenas temporário, visto que a redução posterior na factura energética irá ter um efeito positivo. Quanto maior for o efeito positivo no orçamento de empresas e moradores, da transição para uma economia verde, maior o potencial de criação de emprego induzido.

3.4.3 Sectores chave para a criação de empregos verdes

Não existe um consenso sobre quais são os sectores com maior potencial para a criação de empregos verdes. Este desfasamento acontece devido às diferentes definições de emprego verde utilizadas pelas diferentes organizações e às diferenças no âmbito dos documentos desenvolvidos (a maioria foca-se no crescimento verde das cidades). A tabela seguinte resume os sectores indicados pelas seguintes fontes bibliográficas: OIT, 2012; OCDE, 2013; e UN-Habitat, 2013.

Tabela 3.6 - Sectores chave para a criação de empregos verdes, segundo a OIT, UN-Habitat, OCDE.

Sectores chave para criação de empregos verdes	OIT	UN-Habitat	OCDE
Agricultura sustentável	✓		
Exploração sustentável da floresta	✓		
Pesca sustentável	✓		
Manufatura (com uso intensivo de recursos naturais)	✓		
Energias renováveis	✓	✓	
Reciclagem	✓	✓	✓
Construção sustentável	✓	✓	
Melhoria da eficiência energética de edifícios	✓	✓	✓
Transportes urbanos sustentáveis	✓	✓	✓
Valorização energética de resíduos			✓

De seguida, analisam-se, do ponto vista teórico, os sectores mais relevantes para o município de Ponte de Sor (ver tabela 5.13 – ponto 5.2), nomeadamente:

Agricultura sustentável

O sector da agricultura é o maior empregador a nível mundial, empregando cerca de mil milhões de pessoas, cerca de um terço da força de trabalho global (OIT, 2012). Ao mesmo tempo, é o principal emissor de GEE e um dos sectores mais vulneráveis às alterações climáticas. Além disso, é o maior utilizador e poluidor de água e um dos principais contribuidores para a degradação do solo e a perda de biodiversidade. Por tudo isto, a agricultura tradicional está longe de poder ser considerada um sector verde.

O processo de tornar a agricultura mais sustentável engloba um conjunto de práticas agrícolas orgânicas, com baixo impacte no ambiente, com tendência a necessitarem de mais horas de trabalho. Em consequência, a agricultura sustentável, por norma, cria mais postos de trabalho directos por unidade produzida do que a agricultura tradicional. Um estudo recente, realizado em 2011 pela Associação de Solos Britânica, concluiu que a agricultura orgânica providencia, em média, mais 32 por cento de empregos por unidade de produção do Reino Unido do que a agricultura convencional; ou seja, se todas as unidades de produção do Reino Unido passassem para a produção orgânica, iriam ser criados 93 000 novos postos de trabalho (OIT, 2012).

No entanto, depois de estabilizada, a agricultura orgânica poderá progredir para tecnologias que reduzam a necessidade de trabalhadores. Além disso, muitos dos postos de trabalho criados, à semelhança do que acontece com a agricultura tradicional, são temporários e não fixos.

Outro ponto importante são as diferenças no tipo de produção e culturas. No caso das hortícolas é esperado um aumento da criação de emprego na passagem para uma produção

orgânica, ao contrário da criação de animais, onde o impacto esperado é mínimo ou mesmo nulo (OIT, 2012). Qualquer que seja o caso, mesmo que não seja possível aumentar o número de postos de trabalho, é sempre possível tornar os existentes mais verdes, através de programas que promovam a passagem para métodos de produção mais limpos.

A Comissão Europeia reforça que “a agricultura biológica origina um forte elo entre os sectores rurais e metropolitanos da União Europeia e gera imensos benefícios para os membros de ambas as comunidades” (ec.europa.eu, 2014). Na questão do emprego, a Comissão aponta os seguintes pontos fundamentais, a ter em conta na passagem para práticas de agricultura sustentável:

- ✓ O aumento das oportunidades para os iniciantes na agricultura, principalmente numa altura em que a idade média dos agricultores é superior a 60 anos de idade;
- ✓ A possibilidade da criação de empreendimentos rurais e de eco-turismo (quintas de demonstração, dias abertos e outros empreendimentos de alojamento), abrindo portas aos profissionais de hospitalidade, marketing e turismo;
- ✓ A necessidade de aquisição de competências técnicas desenvolvidas sobre as práticas mais avançadas de agricultura biológica;
- ✓ O ênfase na manutenção de padrões elevados de saúde e bem estar animal, obrigando a excelentes competências técnicas, não só por parte de quem trabalha com esses animais, mas também de: veterinários e fornecedores de medicamentos veterinários; fornecedores de alimentos para animais; outros fornecedores de serviços, tais como os especialistas em abrigos para animais;
- ✓ A grande necessidade de informação e investigação, que gera oportunidades em variados campos de investigação científica, incluindo: sistemas de recolha, protecção de plantas, nutrição vegetal, saúde e bem-estar animal e nutrição animal;
- ✓ A agricultura biológica desempenha um papel activo no marketing das regiões, no entanto, para que esta abordagem seja bem sucedida, os fornecedores de serviços (por exemplo, nas áreas do conselho financeiro, consultoria agrícola e gestão de negócios), deverão possuir um elevado conhecimento sobre o sector biológico;
- ✓ A grande variedade de canais de mercado usados pelos agricultores (por exemplo, mercados de agricultores e esquemas de entrega baseados na internet), originam um número elevado de novas posições na revenda e oportunidades relacionadas com os sectores de transformação e distribuição.

Exploração sustentável da floresta

A destruição e degradação das florestas causam erosão do solo e perda de biodiversidade, perturbam os ciclos da água e são a segunda fonte de emissão de GEE para a atmosfera. Por outro lado, a sua gestão e uso sustentável fazem da floresta uma das maiores fontes renováveis de matérias primas (ex.: cortiça e madeira), energia e serviços ambientais (nomeadamente, sumidouros de CO₂, habitat de espécies, protecção do solo, limpeza da água, entre outros).

A OIT (2012) estima que existam 2,13 milhões de empregos verdes ligados ao sector da floresta (15.6% do total). Este valor foi calculado através do número de hectares com certificação de gestão sustentável (320 milhões de hectares em 2008) e dados sobre o emprego de 2008 e 2011. Um estudo anterior, de 2007, para os 27 países da UE, estimou que os empregos verdes representavam cerca de 30% dos empregos totais do sector (OIT, 2012). Conforme exposto na tabela 3.7, este estudo também mostrou que para cada emprego verde criado no sector da floresta, 0.68 empregos são criados em outros sectores da economia, um valor 10% acima dos empregos não verdes.

Tabela 3.7 - Multiplicadores de emprego nos sectores da floresta e das florestas sustentáveis na Europa dos 27 (2000).

Sector	Número de postos de trabalho (vezes mil)				Multiplicadores de emprego ¹	
	Directo	Indirecto	Induzido	Total	Tipo I	Tipo II
Florestas	405	124	67	595	1.31	1.47
Florestas Sustentáveis	133	61	30	224	1.46	1.68

Adaptado de: Elaboração de autor baseado em GHK Consulting, 2007 in OIT, 2012.

O sector agro-florestal conjugado com a certificação florestal é a opção técnica mais rentável, em termos de custo-benefício, para criar empregos verdes no sector das florestas (OIT, 2012). Os sistemas agroflorestais optimizam o uso do solo, através da combinação de árvores com cultivos agrícolas e/ou animais de forma simultânea. A investigação desenvolvida sobre este tema, confirma que são muitos os benefícios deste tipo de prática, incluindo os seguintes (www.agroforestry.co.uk, 2014):

- ✓ Controlo da irrigação e erosão do solo;
- ✓ Manutenção da matéria orgânica do solo e actividade biológica dos solos, garantindo a sua fertilidade;

¹ O Multiplicador de emprego tipo I é o rácio entre a soma do emprego directo e indirecto, e o emprego directo; o tipo II é o rácio entre a soma do emprego directo, indirecto e induzido, e o emprego directo.

- ✓ Utilização mais eficiente da energia solar do que sistemas de monocultura;
- ✓ Redução de pestes de insectos e doenças associadas;
- ✓ Possibilidade de aplicação em solos degradados;
- ✓ Redução do stress dos animais, ao providenciar sombra para os mesmos;
- ✓ Provisão de uma economia agrícola mais diversa, estimulando toda a economia rural e tornando-a mais resiliente, principalmente quando são produzidos múltiplos produtos.

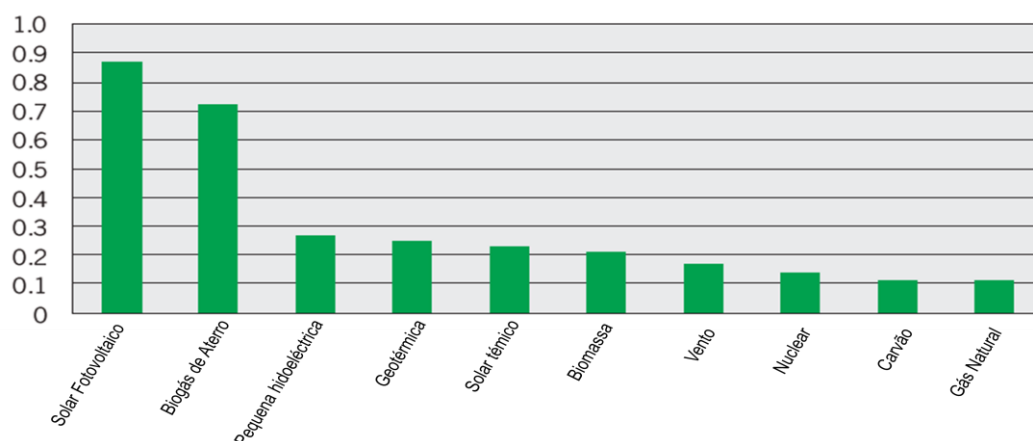
Os sistemas agro-florestais contribuem ainda para a diversidade da paisagem, tanto em termos de flora como de fauna, beneficiando o sector turístico e os empregos a ele associados.

Em relação à certificação das florestas, em Portugal destaca-se a FSC Portugal. Nuno Calado, presidente desta organização, em entrevista ao Greensavers em 2012, afirmou que “actualmente existem 299.791 hectares de área florestal certificada em Portugal, correspondendo a 17 certificados de gestão florestal (organizações ou agentes com responsabilidade na gestão florestal) e 96 de certificados de cadeias de custódia (aplicável a indústrias ou agentes que transformam, processam e/ou vendem produtos florestais)” (greensavers.sapo.cv, 2012).

Energias renováveis

O relatório da OCDE (2013) sobre o crescimento verde nas cidades sublinha que “é pouco provável que o forte crescimento no emprego, estimado para as energias de baixa emissão de carbono (29%), tenha um grande impacte nos mercados de trabalho urbanos, uma vez que grande parte destas necessitam de muito espaço, sendo por isso actividades associadas ao meio rural.” As regiões predominantemente rurais estão portanto em vantagem, relativamente aos benefícios que podem tirar das energias renováveis em termos de criação de postos de trabalho.

O método mais comum para estimar os empregos criados pelas energias renováveis é associar o número de empregos criados à quantidade de energia produzida (por exemplo, em GWh). Utilizando este método, a OIT (2012) concluiu que a energia solar fotovoltaica, o biogás dos aterros, as pequenas instalações hidroeléctricas e a energia geotérmica, são os tipos de energia renovável com maior potencial para criar postos de trabalho:



Fonte: OIT, 2012.

Figura 3.5 - Comparação das tecnologias de energia renovável, em relação ao potencial de criação de empregos anual por GWh.

Estes dados devem ser vistos com precaução, visto que englobam todo o processo, desde a manufactura até à instalação e manutenção. No caso da energia eólica e da energia fotovoltaica, por exemplo, a maioria dos empregos encontra-se na manufactura, acontecendo que, em ambos os casos, esta está a passar de países europeus para asiáticos (OIT, 2012). Ainda assim, nos locais com sol e vento em abundância, os postos de trabalho criados (nas vendas, instalação e manutenção) podem ser em número significativo; se considerarmos não só os empregos directos e indirectos, mas também os induzidos (nomeadamente, se forem produzidas melhorias nos orçamentos de moradores e empresas).

Num estudo sobre empregos verdes desenvolvido em Portugal em 2009, foram estimados os postos de trabalho por fonte de energia renovável no país, concluindo-se que as tecnologias mais empregadoras são: a energia solar térmica, a solar fotovoltaica, as mini-hídricas, a energia eólica e a energia geotérmica (Pratas-Dias, G. *et al*, 2009):

Tabela 3.8 - Criação de postos de trabalho por fonte de energia renovável por MW.

Forma de energia	Empregos Directos por MW	Empregos indirectos por MW
Eólica	2,75	15,1
Solar Fotovoltaica	7,26	Não disponível
Biomassa	0,78	Não disponível
Geotérmica	1,01	Não disponível
Ondas	0,7	Não disponível
Mini-hídrica	3,97	Não disponível
Solar térmica *	0,27	Não disponível

(*) postos de trabalho anuais por GWh.

Fonte: Pratas-Dias, G. *et al*, 2009.

Um outro nicho de mercado que pode dar frutos em termos de emprego e de rendimento são os produtos de uso eficiente de energia, como por exemplo, os painéis solares portáteis e os candeeiros a energia solar. De acordo com a *Lithning Africa*, o mercado da iluminação solar portátil encontra-se em crescimento, sendo expectável que, com o avanço da tecnologia e a melhoria nos canais de distribuição, os custos continuem a descer, tornando estes produtos mais competitivos (OIT, 2012).

Melhoria da eficiência energética de edifícios

As três fontes bibliográficas analisadas são unânimes, em relação ao potencial do investimento na eficiência energética dos edifícios, na criação de postos de trabalho nas áreas urbanas. Os trabalhos envolvem, por exemplo, a instalação de isolamentos, a substituição de janelas, a instalação de tectos verdes e a instalação de colectores solares térmicos e/ou painéis fotovoltaicos.

Segundo a OCDE (2013), “muitas cidades têm sido atraídas pela melhoria da eficiência energética de edifícios, pelo seu potencial de gerarem empregos, contribuir para a poupança energética e reduzirem a vulnerabilidade ao aumento dos preços dos combustíveis fósseis”. De acordo com as estimativas, cada milhão de euros investidos nesta área pode criar, em média, 11 postos de trabalho (Arene, 2007; City of Toronto, 2011 in OCDE, 2013). As habilitações exigidas vão de baixas a médias, estando acessíveis a uma gama larga de trabalhadores, incluindo desempregados vindos do sector industrial e da construção (Schrock, 2009; Schrock and Sundquist, 2009 in OCDE, 2013). De facto, a maioria dos postos de trabalho podem vir dos sectores tradicionais, nomeadamente, canalisadores, carpinteiros e electricistas, com competências na área da construção tradicional, necessitando, claro, de uma actualização face às novas tarefas (OIT, 2012). Por exemplo, o electricista poderá ter de se actualizar em relação à tecnologia fotovoltaica e o canalizador em relação aos colectores solares térmicos.

O relatório da URBACT II¹ (2013) - *More Jobs: Better Cities – A Framework for city action on jobs* dá o exemplo da cidade de Albacete, uma cidade média, com 171 000 habitantes, localizada no centro de Espanha. Esta cidade desenvolveu um plano estratégico com metas ambiciosas para a eficiência energética, incluindo a redução de 20% do consumo energético até

¹ O URBACT II (Programa em Rede de Desenvolvimento Urbano) é o programa de intervenções estruturais comunitárias do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; tem por finalidade promover a cooperação em matéria de desenvolvimento urbano e promover o intercâmbio de experiências entre cidades europeias (ec.europa.eu, 2014)

2016. O município viu nesta meta uma oportunidade para estimular o sector da construção e a economia local de forma sustentável. Este processo envolveu empregadores e organizações de suporte empresarial, de educação e de formação, no desenvolvimento de programas para a criação de competências verdes.

No entanto, a OCDE (2013) alerta para o facto de nem sempre os investimentos nas melhorias energéticas resultarem na redução efectiva nas emissões de CO₂. Por vezes, a redução na factura energética leva as pessoas, principalmente empresas, a gastarem mais em outros produtos com grandes emissões de CO₂ associadas, como, por exemplo, automóveis maiores ou a fazerem gastos superiores em aquecimento. Assim sendo, a OCDE considera que estas medidas, apesar de necessárias, não são suficientes para resolver o problema das alterações climáticas, devendo fazer parte de uma pacote mais amplo de medidas. Medidas adicionais podem passar, por exemplo, por associar o preço do carbono e incluir um pacote de medidas de sensibilização.

Um ponto recorrente, indicado pelas fontes bibliográficas analisadas, é a introdução da eficiência energética de edifícios nos programas de habitação social. A factura energética representa hoje uma fatia desproporcional no orçamento da população mais pobre. Neste sentido, tornar os edifícios de habitação social mais eficientes do ponto de vista energético, pode ajudar a reduzir este encargo e a promover a inclusão social.

Reciclagem

Cada vez mais empreendedores vêem no “lixo” uma oportunidade de negócio com grandes potencialidades. De facto, os resíduos não são mais do que matéria prima fora do lugar, contendo materiais de elevada qualidade, que podem e devem ser valorizados. O aumento da consciência dos consumidores e a legislação sobre resíduos facilitou a recolha e separação dos materiais, que servem hoje de matéria prima para muitos negócios.

Os empregos relacionados com a reciclagem vão desde a recolha, passando pelo processamento, até à manufactura de produtos que incorporam esses materiais e a sua reutilização/reuso. Este aspecto torna difícil a comparação de dados acerca do número de empregos gerados neste sector, visto que os diferentes estudos têm em conta diferentes definições do que é um emprego na reciclagem (OIT, 2012).

Em Portugal, foi desenvolvido um estudo pelo Instituto Superior Técnico e a consultora 3Drivers, a pedido da Sociedade Ponto Verde, que concluiu que a reciclagem de embalagens emprega directamente quase 2 400 pessoas, gerando de forma indirecta 7 000 postos de trabalho

nas empresas que entram no sistema (greensavers.sapo.pt, 2012). Segundo a notícia sobre este projecto, publicada no site do Greensavers, o estudo demonstra que cada euro introduzido no sistema de reciclagem gera 1,25 euros no resto da economia, resultando num total adicional de 71 milhões de euros por ano para o país. Tentou-se aceder ao estudo no site da Sociedade Ponto Verde, no entanto, este não estava acessível, não tendo sido possível verificar qual foi o método utilizado para chegar aos resultados aqui enunciados.

4 Enquadramento político

4.1 Quadro Internacional

4.1.1 Plataforma Internacional para o conhecimento sobre Crescimento Verde

No contexto internacional, o crescimento verde e os seus efeitos nas esferas da economia, ambiente e meio social, têm suscitado o interesse de diversas organizações. Fruto desse interesse, foi criada em 2012 a Plataforma para o Conhecimento Sobre Crescimento Verde (em inglês *Green Growth Knowledge Platform*, com a sigla GGKP), cujo site, www.greengrowthknowledge.org, foi lançado em 2014. De acordo com este site, a GGKP “é uma rede global de organizações internacionais e peritos, que identifica e preenche grandes buracos no conhecimento sobre a teoria do crescimento verde e a sua prática”. A plataforma pretende oferecer aos implementadores deste conceito e aos decisores políticos um conjunto de boas práticas, ferramentas e dados, que suportem a transição para uma economia verde.

As entidades envolvidas incluem o Instituto Global para o Crescimento Verde, a OCDE, o PNUA e o Banco Internacional. Este grupo estabelece parcerias para o conhecimento, com parceiros ligados a áreas fundamentais na promoção do crescimento e economia verde a nível local, regional, nacional e internacional. Em relação aos empregos verdes, foi estabelecida uma parceria com a OIT. Esta organização estabeleceu, em 2009, um Programa para os Empregos Verdes, com os seguintes objectivos (www.ilo.org, 2014):

- ✓ Promover políticas internacionais coerentes;
- ✓ Dar suporte a nível nacional, através de serviços de apoio técnico e político;
- ✓ Desenvolver capacidades, através de treinamento e partilha de conhecimentos.

No contexto deste programa, destaca-se a criação da Rede de Empregos Verdes, uma rede interna da OIT que levou ao desenvolvimento de acções conjuntas entre os vários departamentos; e da Iniciativa Empregos Verdes, já anteriormente referida.

O material bibliográfico produzido pela OIT, sobre o tema dos empregos verdes, forneceu bases conceptuais importantes para o desenvolvimento da presente dissertação. No entanto, não foi encontrado um documento directamente dirigido à criação de empregos verdes a nível local, que se adaptasse ao caso de estudo escolhido. As ferramentas criadas neste âmbito pela OIT atravessam várias esferas do mundo do trabalho, focando-se principalmente na inclusão da esfera ambiental em estratégias de criação de emprego, desde o nível internacional até ao nível

local. A nível local, a documentação produzida tem sido dirigida a casos em países em desenvolvimento, incluindo: relatórios, ferramentas para avaliar o potencial para criação de empregos verdes, criação de notas estratégicas e de material educativo e informativo (OIT, 2011). Este aspecto justifica-se por ser um tema novo, ainda em desenvolvimento, sendo que a prioridade desta organização são os países com problemas mais urgentes em todas as esferas da sustentabilidade.

4.1.2 Estratégia da OCDE para o Crescimento Verde

Conforme referido anteriormente, a Estratégia da OCDE para o Crescimento Verde nasceu de uma Declaração sobre o Crescimento Verde, assinada por 34 países em 2009, sendo que neste momento conta com 42 assinantes, incluindo Portugal (www.ocde.org, 2014). A estratégia passa por tentar promover as novas indústrias, empregos, produtos e tecnologias verdes; mas também por tornar os sectores tradicionais mais verdes e respectivos empregos associados (OCDE, 2012). No entanto, a falta de informação e dados concretos dificultam a tarefa de desenhar um caminho claro em direcção a uma economia mais verde, com verdadeiro impacte a nível local. Neste sentido, considera-se fundamental o desenvolvimento de indicadores que permitam perceber onde estamos, antes de decidirmos para onde queremos ir. E, numa lógica de melhoria contínua, ir monitorizando os efeitos, de forma a se perceber se as metas definidas estão a resultar ou se são necessários ajustes.

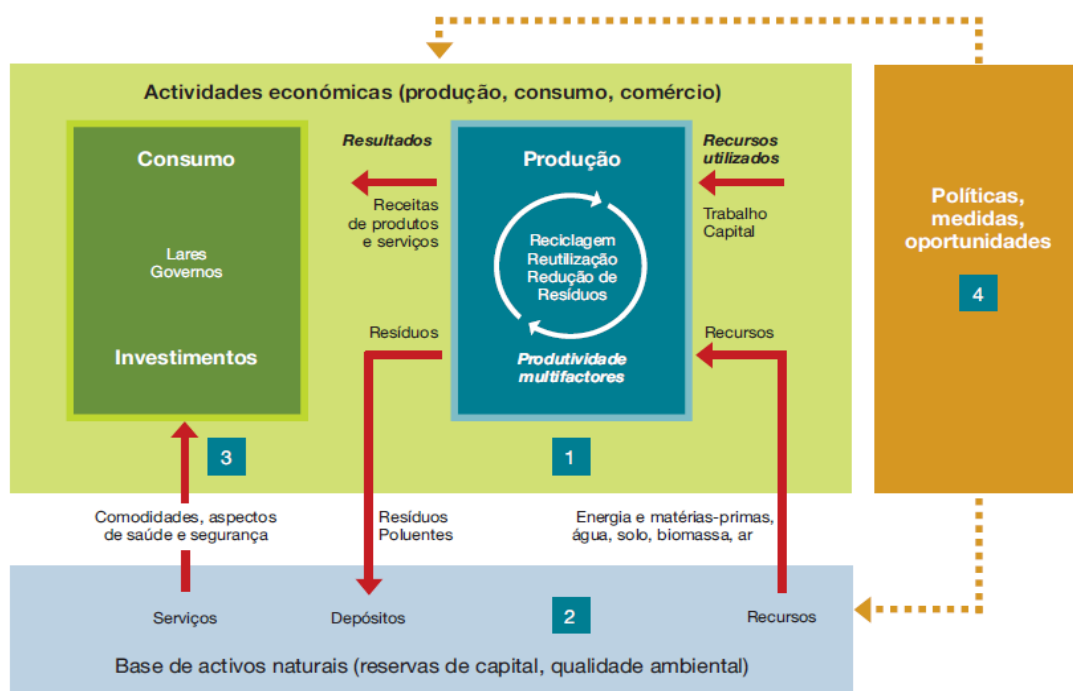
A OCDE (2011) propõe um conjunto de indicadores de monitorização do crescimento verde a nível nacional (tabela 4.1). Estes indicadores são apenas um ponto de partida para compreender o crescimento verde a nível nacional e irão ser afinados, à medida que os dados vão sendo recolhidos e os conceitos forem sendo ajustados; sendo que nem todos os indicadores apresentados são mensuráveis actualmente (OCDE, 2012).

Tabela 4.1 - Grupos de indicadores de crescimento verde e respectivos tópicos abrangidos, propostos pela OCDE.

1	Indicadores de acompanhamento da produtividade ambiental e dos recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Produtividade de carbono e de energia • Produtividade dos recursos: materiais, nutrientes, água • Produtividade multifactores
2	Indicadores de acompanhamento da base de activos naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Reservas renováveis: água, floresta, recursos haliêuticos • Reservas não renováveis: recursos minerais • Biodiversidade e ecossistemas
3	Indicadores de acompanhamento da qualidade de vida ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde ambiental e riscos • Serviços e comodidades ambientais
4	Indicadores de acompanhamento das oportunidades económicas e respostas políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia e inovação • Bens e serviços ambientais • Fluxos financeiros internacionais • Preços e transferências • Competências e formação • Regulamentações e abordagens de gestão
O contexto socioeconómico e as características do crescimento		<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento e estrutura económicos • Productividade e comércio • Mercados de trabalho, educação e rendimento • Modelos sócio-demográficos

Fonte: OCDE, 2011.

Estes indicadores encontram-se relacionados, estabelecendo interligações entre si:



Fonte: OCDE, 2011.

Figura 4.1 - Ligações entre os grupos de indicadores propostos pela OCDE.

No sentido de recolher dados e informações, encontra-se em desenvolvimento um projecto do programa LEED (sigla em inglês de *Local Economic and Employment Development*), cujo objectivo é providenciar um conjunto de indicadores mensuráveis a nível regional/local, que possam informar sobre o potencial de transição para o crescimento verde das diferentes regiões/locais. A ideia é que no final do projecto cada região/local envolvida desenvolva os seguintes elementos (www.ocde.org, 2014):

- ✓ Um quadro de indicadores chave para medir a transição local para uma economia de baixo carbono. Este deverá ser uma ferramenta dinâmica, que as autoridades locais e agências possam usar ao longo do tempo;
- ✓ Um relatório final, que inclua “Linhas de orientação para a transição local para uma economia de baixo carbono” e a sua justificação;
- ✓ Uma conferência internacional, para apresentação dos resultados do projecto e da síntese do relatório.

No âmbito deste projecto, iniciado em 2011, foram já divulgados quatro relatórios, desenvolvidos na Dinamarca, no Chile, na Região de Benelux e na Alemanha, encontrando-se disponíveis para consulta no site da OCDE. O estudo dinamarquês, desenvolvido na cidade de Copenhaga, indica três grandes áreas onde os indicadores propostos pela OCDE a nível nacional vão divergir dos indicadores a serem definidos a nível local (OCDE, 2012):

- ✓ Diferentes pontos de partida nas actividades produtivas e de conhecimento; e nos stocks de recursos naturais renováveis e não renováveis;
- ✓ Menor margem de manobra dos instrumentos políticos a nível local;
- ✓ Pouca ou ausente disponibilidade de dados a nível local.

Tendo isto presente, o estudo de Copenhaga desenvolve o seu próprio método para definir o quadro de indicadores locais. Este processo envolveu a colaboração com todos os parceiros sociais e peritos de várias áreas. Do quadro proposto pela OCDE apenas três áreas foram mantidas (produtividade ambiental e de recursos, oportunidades económicas e contexto socio-económico), sendo que mesmo nestas a maioria dos tópicos foram alterados. Tanto o método

usado como os resultados finais obtidos são específicos para esta região, com características muito diferentes do município de Ponte de Sor, não sendo por isso adaptável. No entanto, a sua análise mostrou ser muito útil, para perceber as grandes dificuldades em utilizar este quadro de indicadores como base para estudos a nível local.

Em relação aos empregos verdes, o estudo de Copenhaga (OCDE, 2012) sublinha que a ausência de uma estratégia específica para a criação de competências e empregos verdes, não é uma desvantagem no caso dinamarquês. O comprometimento de longo prazo com as questões ambientais, introduziu estas questões no sistema educacional e de formação, estabelecendo bases fortes para o desenvolvimento de competências verdes em diferentes níveis de habilitações. Da mesma forma, o Ministério do Emprego Dinamarquês também não tem uma política específica para a criação de empregos verdes, focando-se em garantir um mercado de trabalho funcional e eficiente, que por sua vez garante um ambiente favorável para o desenvolvimento de empresas e empregos verdes. O estudo conclui que, apesar dessas considerações, um plano específico para a criação de empregos verdes pode acelerar o processo de transição para uma economia verde.

4.2 Quadro Europeu

Europa 2020 – A estratégia de crescimento da UE

A estratégia Europa 2020 é “um plano de dez anos da União Europeia a favor do crescimento. Esta estratégia visa não só a saída da crise mas também a revisão do nosso modelo de crescimento e a criação das condições necessárias para obter um tipo diferente de crescimento: um crescimento mais inteligente, sustentável e inclusivo” (ec.europa.eu, 2014). A concretização desta estratégia será assegurada por cinco objectivos principais, focados nos seguintes domínios: emprego, educação, investigação e inovação, inclusão social e redução da pobreza, clima e energia. As metas estabelecidas para cada um dos objectivos são as seguintes:

Tabela 4.2 - Metas da estratégia Europa 2020.

Domínios dos objectivos da UE	Metas para 2020
Emprego	Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos.
Educação	Reduzir a taxa do abandono escolar precoce para menos de 10%.
	Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior.
Investigação e Inovação	Aumentar para 3% do PIB o investimento da UE em investigação e inovação.
Inclusão social e redução da pobreza	Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social.
Clima e energia	Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias), relativamente aos níveis registados em 1990.
	Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis.
	Aumentar em 20% a eficiência energética.

Fonte: ec.europa.eu, 2014.

A UE sublinha o facto destes objectivos se encontrarem interligados e se reforçarem mutuamente (ec.europa.eu, 2014):

- ✓ a melhoria da educação poderá contribuir para o aumento do emprego e para a redução da pobreza;
- ✓ uma economia baseada em mais investigação e inovação, bem como na utilização mais eficaz de recursos, torna a Europa mais competitiva e cria postos de trabalho;
- ✓ o investimento em tecnologias mais limpas contribui não só para o combate às alterações climáticas, como cria novas oportunidades comerciais e de emprego.

A dimensão do emprego da estratégia Europa 2020 foca-se em quatro prioridades chave (Comissão Europeia, 2011a in URBACT II, 2013): mercados de trabalho funcionais, uma força de trabalho competente, empregos com mais qualidade e com melhores condições de trabalho, criação de emprego versus procura de emprego. Neste sentido, a UE propõe três tipos de empregos com potencial para atingir essas prioridades: os empregos verdes, os empregos brancos (cuidados sociais e de saúde) e os empregos digitais.

Relativamente aos empregos verdes, a Comissão Europeia (2013), através do Observatório Europeu do Emprego (OEE), elaborou, em 2013, uma revisão das práticas europeias. Baseando-se na análise das melhores práticas desenvolvidas na Europa nesta matéria, a UE recomenda que os decisores políticos se foquem nos seguintes pontos:

1. Acesso a fundos europeus¹ - maximizar a eficiência do uso dos recursos financeiros disponíveis, nomeadamente, através das seguintes acções:

- ⇒ Apoiar as empresas e entidades públicas no acesso aos fundos europeus;
- ⇒ Explorar outras formas de financiamento sempre que possível (não limitar os projectos aos fundos europeus);
- ⇒ Identificar e minimizar as dificuldades na capacidade em investir na protecção ambiental.

2. Abordagem política integrada - melhorar a coordenação entre os vários departamentos administrativos, nomeadamente:

- ⇒ Assegurar a integração entre as políticas ambientais e as políticas de emprego;
- ⇒ Desenvolver projectos ambientais tendo em conta a esfera do emprego e projectos para criação de emprego tendo em conta a esfera ambiental;
- ⇒ Evitar medidas de consolidação orçamental que se afastem das preocupações ambientais;
- ⇒ Investir na construção de capacidade e planeamento para:
 - ✓ Providenciar treinamento e suporte de informação para gestores e técnicos nos departamentos relevantes, sobre a importância de integrar objectivos de emprego e ambientais nos objectivos estratégicos;
 - ✓ Monitorizar a relação entre a despesa no ambiente e a criação de empregos;
 - ✓ Definir com clareza os conceitos de crescimento verde e empregos verdes de acordo com as condições locais, de forma a aumentar a coerência do debate político e da investigação;
 - ✓ Melhorar a recolha de dados sobre o crescimento verde a nível local.

3. Identificação de necessidades de formação - antecipar necessidades de competências ambientais, através das seguintes acções:

- ⇒ Identificar e desenvolver competências em falta nos sectores verdes em desenvolvimento a nível local;

¹ Em linha com os objectivos da Europa 2020, destacam-se os cinco principais fundos europeus: Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) (ec.europa.eu, 2014).

- ⇒ Desenvolver estudos ao nível do sector/empresa de forma a antecipar necessidades de competências futuras;
- ⇒ Melhorar a resposta do sector da educação às necessidades do mercado local.

4. Cooperação com parceiros sociais e outros - garantir a continuidade dos compromissos políticos, através da cooperação com todos os actores chave, de forma a:

- ⇒ Envolver o sector empresarial na promoção de negócios verdes;
- ⇒ Envolver associações comerciais nas questões ambientais;
- ⇒ Desenvolver parcerias com partes interessadas, com o objectivo de desenvolver empregos verdes, por exemplo parcerias publico-privadas;
- ⇒ Estabelecer parcerias com outros municípios nacionais e internacionais, para partilha de informação sobre as melhores práticas na área;
- ⇒ Melhorar a sensibilização em relação à economia verde;
- ⇒ Desmentir o mito de que as indústrias verdes não são indústrias estratégicas para a economia e criação de emprego e de que os assuntos ambientais não são prioritários em tempo de crise.

5. Enfoque em sectores específicos com potencial para crescimento verde - identificar e apoiar os sectores chave com potencial de criação de empregos verdes.

A revisão da Comissão Europeia (2013) identificou uma grande variedade de actividades relacionadas com o planeamento e coordenação de medidas desenvolvidas com o objectivo de tornar a economia mais verde. No entanto, apesar de serem evidentes os impactes positivos destas medidas, tanto a nível ambiental como económico, a crise económica levou a uma redução do grau de importância dado à economia verde, sendo que, neste momento, essa não é claramente uma prioridade na maioria das políticas chave dos Estados Membros.

4.3 Quadro Nacional

Estratégia de fomento industrial para o crescimento e o emprego 2014-2020

A 12 de Novembro de 2013, o Governo de Portugal lançou a Estratégia de fomento industrial para o crescimento e o emprego 2014-2020. Nessa estratégia é referido que a aposta no crescimento verde “assente no desenvolvimento das oportunidades decorrentes da utilização sustentável dos recursos naturais, a par com a aposta no desenvolvimento de um sector industrial competitivo, com forte investimento externo, terá uma contribuição decisiva para a criação de um tecido empresarial mais forte, de uma balança comercial equilibrada e de mais emprego.”

Apesar de referir o potencial do crescimento verde para a criação de emprego, a estratégia não desenvolve um eixo específico para a promoção do crescimento e economia verdes, nem para a criação de empregos verdes. No entanto, irão ser lançadas algumas medidas que se consideram poder vir a dar um contributo nesse sentido, nomeadamente:

- ✓ **Medidas de melhoria nas área da educação e formação** – com o objectivo de aumentar a integração entre o ensino e as necessidades reais do mercado de trabalho, por exemplo, através da incorporação de projectos, desenvolvidos por PME, no plano curricular de programas académicos (reforçando a componente prática do ensino e garantido o acesso das PME ao conhecimento gerado nas universidades);
- ✓ **Foco do próximo período de financiamento 2014-2020 em domínios específicos** – nomeadamente: competitividade e internalização, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos;
- ✓ **Implementação do Programa da Indústria Responsável** – terá o objectivo de facilitar o acesso e o investimento à actividade industrial, ao mesmo tempo que se atingem níveis elevados de qualidade ambiental, de segurança, higiene e saúde pública. A implementação deste programa irá incluir o arranque do Balcão do Empreendedor e a criação de Zonas Empresariais Responsáveis e de Zonas Agrícolas Sustentáveis;

- ✓ **Reforço dos instrumentos para atracção de investimento e exportação** – por exemplo, através da organização de visitas de investidores a Portugal, focalizadas em activos e potencialidades concretas; e do desenvolvimento de uma acção comercial dedicada a investidores em clusters onde Portugal tem boas oportunidades, como a economia verde e as eco-indústrias;
- ✓ **Aposta no desenvolvimento de infraestruturas de suporte à logística** – adaptar os investimentos em infraestruturas às necessidades reais das empresas, nomeadamente, infraestruturas rodoviárias, ferroviárias ou portuárias, tratamento de águas ou resíduos, entre outras;
- ✓ **Promoção da eficiência energética na reabilitação do parque edificado** – integração de tecnologias e boas práticas de construção que mitiguem o consumo de energia;
- ✓ **Diminuição do sobrecusto das energias renováveis** – utilização de 80% das receitas das licenças de emissão adquiridas pelos centros electroprodutores, para o pagamento de parte do sobrecusto das energias renováveis, permitindo assim isentar as famílias e empresas de uma parte dos custos decorrentes da descarbonização do sector eléctrico;
- ✓ **Promoção da inserção de doutorados e mestres em empresas** – através de incentivos financeiros e fiscais às PME para que consigam absorver estes recursos, aumentando o seu potencial para a investigação, inovação e desenvolvimento;
- ✓ **Medidas para criação de um ambiente favorável ao empreendedorismo** – oferta de formação em competências básicas de empreendedorismo, criação de uma Rede Nacional de Mentores, integração de competências de empreendedorismo nos programas de ensino de escolaridade obrigatória, entre outras.

Considera-se que, a nível nacional, apesar das medidas a serem desenvolvidas poderem contribuir para a criação de empregos verdes, o desenvolvimento de um plano nacional para criação deste tipo de emprego daria um suporte importante na criação dos respectivos planos locais.

4.4 Quadro Regional

Plano de Acção Regional do Alentejo 2014-2020 (em desenvolvimento)

Ponte de Sor pertence à região do Alentejo. A nível estratégico, esta região encontra-se a desenvolver um Plano de Acção Regional (PAR) para o período 2014-2020, estando neste momento a decorrer o processo de consulta pública (que terminará a 6 de Setembro de 2014). Este plano está a ser desenvolvido pelo Centro de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Alentejo, a pedido do Governo, fazendo parte da programação do novo ciclo de fundos comunitários para o período 2014-2020. Deverá ser entendido como um quadro de referência para (CCDR Alentejo, 2013):

- ✓ a identificação de prioridades estratégicas de intervenção por parte dos actores regionais (públicos, associativos e privados);
- ✓ a integração regionalmente estruturada de opções estratégicas de intervenção subregionais;
- ✓ a coordenação regional das diferentes políticas públicas de natureza sectorial, horizontal ou territorial;
- ✓ o acesso orientado a recursos de financiamento com origem em Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

O PAR começa por definir uma visão estratégica para o Alentejo:

“Um Alentejo com capital simbólico e identidade própria, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais valia ambiental, atraindo residentes, investimentos e actividades geradoras de emprego e equidade social.”

No sentido de atingir a visão estratégica definida, o PAR propõe um conjunto de iniciativas-âncora, como resposta às prioridades estratégicas da região, nomeadamente:

Tabela 4.3 - Identificação das iniciativas-âncora propostas pelo PAR do Alentejo.

Prioridades de Intervenção regional no horizonte 2020	Prioridades Temáticas da Coesão	Iniciativas-âncora
1. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências	Competitividade e Inovação	1. Sistema Regional de Inovação
2. Qualificação e Internacionalização de ativos do território		2. Qualificação e Promoção de infraestruturas económicas e de suporte logístico
3. Renovação da base económica sobre os Recursos Naturais e excelência ambiental da Região		3. Economia do Mar
		4. Agricultura de Regadio
		5. Plataforma Logística Agroalimentar
		6. Turismo Alentejo e Ribatejo
4.Qualificação do Território: das áreas rurais às cidades e da fronteira à fachada atlântica	Desenvolvimento Sustentável	7. Economia Verde
		8. Áreas Protegidas
		9. Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade
		10. Sistema Urbano Policêntrico
5.Qualificações, Empregabilidade e Coesão Social	Formação do Potencial Humano	11. Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social
	Coesão Social	12. Economia Social

Fonte: CCDR Alentejo, 2013.

Como se pode observar na tabela 4.3, o PAR propõe que se crie uma iniciativa-âncora específica para a economia verde, reconhecendo à partida o enorme potencial desta área para o crescimento económico e criação de emprego na região alentejana. Este reconhecimento surge da compreensão de que a afirmação da excelência ambiental da região constitui um dos seus principais elementos diferenciadores. Segundo o plano, “a gestão do sistema ambiental, na perspectiva da economia verde e da continuidade da prestação de um serviço ambiental, fundamenta-se nos serviços ecológicos providenciados por uma matriz “fina” de ocupação do território, a incorporar numa conta global de balanço ambiental que deve aproveitar as oportunidades de um eco-saldo positivo da região:

- ✓ Aprovisionamento e suporte – alimento/fotossíntese/banco de biodiversidade;
- ✓ Regulação – climática e qualidade do ar;
- ✓ Serviços culturais – recreio e educação;
- ✓ Áreas classificadas – banco genético.”

No contexto da iniciativa-âncora Economia Verde, são indicadas as seguintes áreas de intervenção (CCDR Alentejo, 2013):

1. Sistema do Montado

O Montado tem uma enorme importância para os alentejanos, encontrando-se fortemente enraizado na identidade regional e nos produtos regionais produzidos, considerados não só de grande qualidade, como uma especialidade da zona que, por isso, a diferencia. Caracteriza-se como sendo um sistema agro-silvo-pastoril, multi-funcional, complexo e único, fornecendo, entre outros, os seguintes serviços:

- ✓ Produção florestal (cortiça e lenha);
- ✓ Produção pecuária extensiva;
- ✓ Plantas aromáticas e medicinais;
- ✓ Recursos silvestres (por exemplo, espargos bravos, cogumelos e túberas);
- ✓ Conservação da natureza (habitats, recursos genéticos, fauna e flora);
- ✓ Protecção contra a erosão, recarga de lençóis freáticos e sequestro de carbono;
- ✓ Desportos (por exemplo, caça, pesca, *trail*);
- ✓ Lazer (por exemplo, passeios, piqueniques, *bird watching*).

Por tudo isto, o Montado é um sistema que importa rentabilizar ao máximo mas de uma forma sustentável, para que possa não só ser aproveitado pela actual geração, mas também pelas futuras. Neste sentido, e encontrando-se a preservação e valorização do Montado em linha com os objectivos estratégicos Europa 2020, o PAR aponta para as seguintes necessidades de investimento:

Tabela 4.4 - Investimentos propostos pelo PAR do Alentejo para o sistema Montado.

Áreas de investimento	Acções propostas
Explorações agrícolas e florestais	Florestação de terras agrícolas
	Melhoria produtiva dos povoamentos florestais
	Gestão multifuncional
	Investimentos associados à pecuária extensiva
Apoio à organização dos produtores	Reforço das organizações de produtores para a conservação e melhoramento dos recursos genéticos
	Reforço das organizações de produtores florestais
	Criação de organizações de produtores a nível dos serviços técnicos (por exemplo, serviços de aconselhamento e grupos de auto-aconselhamento)
	Criação de estratégias específicas de marketing e comercialização de produtos do Montado (eventualmente com a criação de uma marca do

	Montado e um sistema de certificação)
I&D, experimentação e inovação	Investigação aplicada sobre as causas do declínio do Montado
	Investigação aplicada sobre a gestão sustentável do sistema agro-silvo-pastoril (nomeadamente, sobre a definição de uma gestão do pastoreio adequada à manutenção do rejuvenescimento do coberto arbóreo e preservação do solo)
	Experimentação e inovação associada à pecuária extensiva e produção florestal (cortiça)
	Investigação sobre as formas de valorização dos produtos do Montado
Extensão, demonstração e formação	Demonstração e extensão de boas práticas de gestão sustentável do Montado
	Acções de formação associadas à gestão florestal (por exemplo, poda das árvores e tiragem de cortiça) e à produção pecuária extensiva
	Acções de divulgação sobre os valores do sistema do Montado
Componente Ambiental	Valorização ambiental dos espaços florestais
	Monitorização da evolução do Montado
	Apoios à conservação do Montado (habitats, recursos genéticos, fauna e flora)
Outros	Investimentos na alteração de produção agrícola
	Investimentos na certificação dos produtos de qualidade, produzidos no sistema do Montado
	Investimentos associados a outras funções do Montado: Plantas aromáticas e medicinais, recursos silvestres, desporto e lazer.

Informações retiradas de CCDR Alentejo, 2013.

2. Energias Renováveis e Baixo Carbono

O PAR indica que os objectivos definidos na Estratégia 20-20-20 da União Europeia devem constituir a linha condutora da concretização dos objectivos regionais no quadro da transição para uma economia de baixo carbono, a qual estabelece as seguintes metas a atingir em 2020:

- ✓ 20% de redução do consumo de energia primária (eficiência energética);
- ✓ 20% da energia obtida através de fontes renováveis;
- ✓ 20% das emissões de GEE (emissões de carbono).

Neste sentido, o PAR propõe as seguintes acções:

- ✓ Dinamização da produção de energia por via do aproveitamento do potencial dos recursos energéticos endógenos (solar, geotermia, biomassa e resíduos agroindustriais);
- ✓ Eficiência energética do sector empresarial (comércio, serviços, indústria e agricultura), através da realização de auditorias energéticas e da implementação de medidas de utilização racional de energia e de utilização das energias renováveis;
- ✓ Promoção da construção sustentável e de melhorias no comportamento, no desempenho e na climatização de edifícios;
- ✓ Implementação de um Sistema de Gestão de Carbono;
- ✓ Criação de uma Bolsa Regional de Carbono;
- ✓ Promoção da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para sistemas de distribuição e de abastecimento de água e para sistemas de gestão de energia nos edifícios;
- ✓ Fomento da implementação de sistemas de prevenção e de gestão de resíduos.

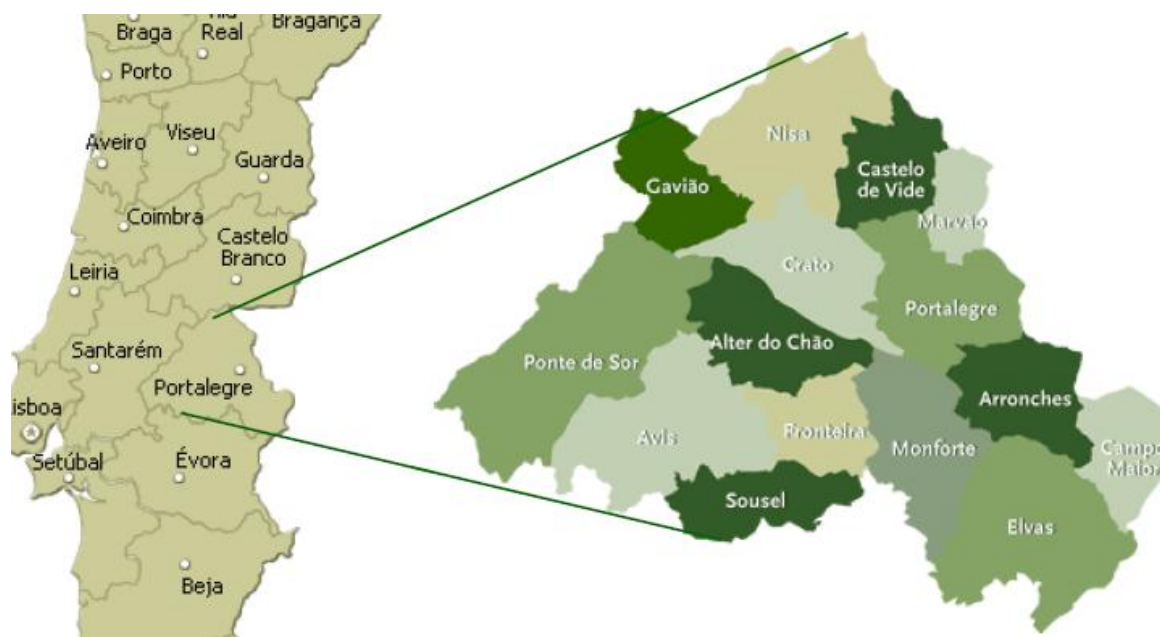
Apesar de reconhecer o potencial da economia verde para a criação de emprego e riqueza na região alentejana, o PAR não indica medidas específicas para a criação de empregos verdes. Considera-se, no entanto, que a implementação das acções propostas para o Montado e para as Energias Renováveis e de Baixo Carbono irão contribuir de forma directa e indirecta para a criação de postos de trabalho verdes e não só.

5 Diagnóstico sobre os empregos verdes em Ponte de Sor

5.1 Caracterização do concelho de Ponte de Sor

5.1.1 Localização e enquadramento geográfico

O concelho de Ponte de Sor pertence ao distrito de Portalegre, estando integrado na NUT III do Alto Alentejo, acompanhado pelos concelhos de: Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Marvão, Monforte, Mora, Gavião, Nisa e Portalegre:



Fonte: Diagnóstico social de Ponte de Sor 2008-2010.

Figura 5.1 - Localização do concelho de Ponte de Sor no distrito e no país.

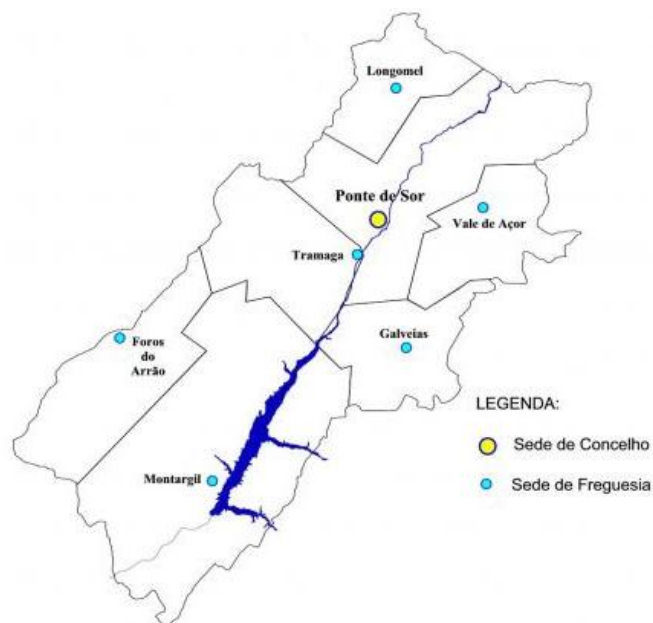
O concelho encontra-se numa localização privilegiada. Isso verifica-se tanto a nível regional, encontrando-se numa encruzilhada de estradas que o ligam a Santarém, a Abrantes e a Portalegre; como a nível nacional, encontrando-se numa posição de grande centralidade a nível do país, nomeadamente nas distâncias aos principais centros urbanos:

Tabela 5.1 - Distâncias de Ponte de Sor aos principais centros urbanos do país.

LOCALIDADE	DISTÂNCIA	LOCALIDADE	DISTÂNCIA
Lisboa	150 Km	Évora	100 Km
Porto	270 Km	Castelo Branco	100 Km
Coimbra	150 Km	Setúbal	165 Km
Portalegre	67 Km	Fronteira do Caia	100 Km

Fonte: Diagnóstico social de Ponte de Sor 2008-2010.

Com a recente reestruturação das freguesias, o concelho passou a estar dividido em 5 freguesias, em vez das 7 que tinha anteriormente (figura 5.2). Actualmente, a divisão do município em freguesias é a seguinte: Galveias, Montargil, Foros do Arrão, Longomel e União das Freguesias Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor.



Fonte: www.cm-pontedesor.pt, 2014.

Figura 5.2 - Mapa das freguesias de Ponte de Sor antes da reestruturação.

A área ocupada pelo município é de 839,7 km², sendo a freguesia de Montargil a maior, seguida pela freguesia de Ponte de Sor:

Tabela 5.2 - Área de cada uma das freguesias do concelho de Ponte de Sor.

Freguesias	Área (km ²)
Foros do Arrão	84
Galveias	79,8
Longomel	46,9
Montargil	296,4
Ponte de Sor	173,8
Tramaga	91,9
Vale de Açor	65,9

Fonte: INE – Censos de 2001 in Diagnóstico Social de Ponte de Sor 2008-2010.

5.1.2 Nível de urbanização

Em 2011, a densidade populacional do concelho era de 19,9 hab/km² (PORDATA, censos do INE de 2011), com diferenças significativas entre as freguesias:

Tabela 5.3 - Densidade populacional por freguesia.

Freguesias	Densidade Populacional (hab/km ²)
Foros do Arrão	12,3
Galveias	17,9
Longomel	31,9
Montargil	9,4
Ponte de Sor	50,7
Tramaga	18,8
Vale de Açor	13,1

Cálculo realizado a partir de dados de 2001¹, do Diagnóstico Social de Ponte de Sor 2008-2010.

De acordo com a classificação da OCDE (2006), o município de Ponte de Sor é uma região predominantemente rural, assim como todas as suas freguesias. E de acordo com os critérios da Lei 22/2012 de 30 de Maio, encontra-se classificado como tendo o nível mais baixo de urbanização (nível 3); sendo que a única freguesia classificada como lugar urbano é a freguesia de Ponte de Sor (considerada cidade desde 1985):

¹ Foram utilizados dados de 2001, de forma a se obterem as densidades populacionais das freguesias, antes da reorganização das mesmas.

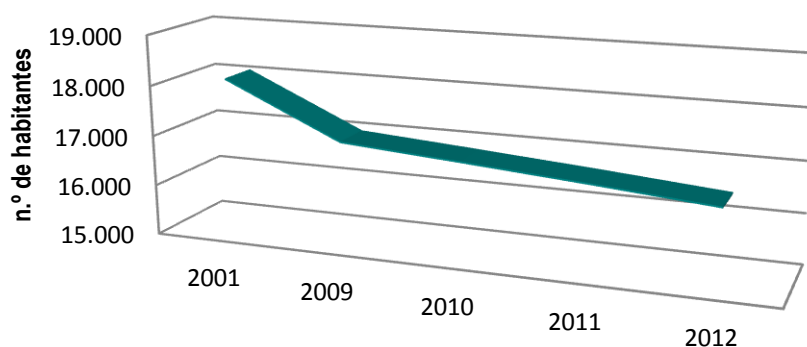


Fonte: www.cm-pontedesor.pt, 2014.

Figura 5.3 - Vista panorâmica da cidade de Ponte de Sor.

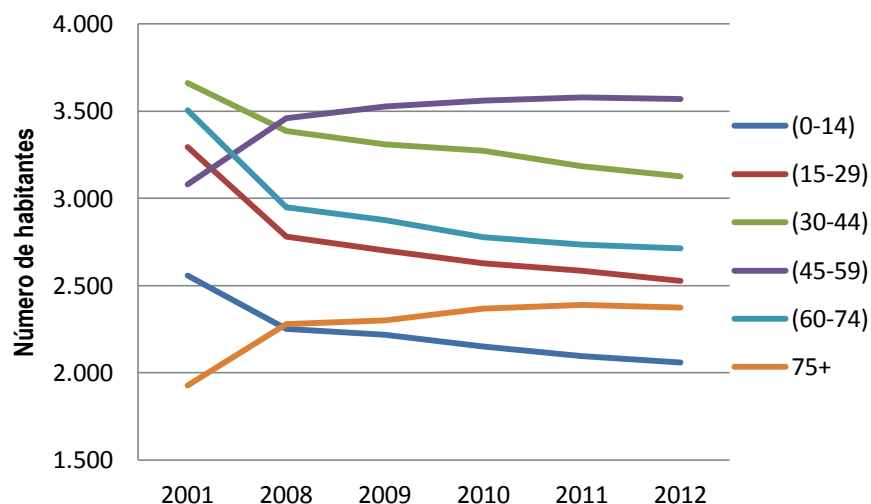
5.1.3 Caracterização demográfica

Ponte de Sor tinha 16 468 habitantes em 2012 (PORDATA, INE – estimativas anuais da população residente). A população do concelho tem vindo a diminuir progressivamente (figura 5.4), tanto nas faixas etárias mais jovens (dos 0 aos 29 anos) como nos jovens adultos em idade activa (dos 30 aos 44 anos); sendo que a faixa etária dos 45 aos 59 anos era, em 2012, a que tinha maior expressão no concelho (figura 5.5).



Fonte: PORDATA – INE Estimativas anuais da população residente.

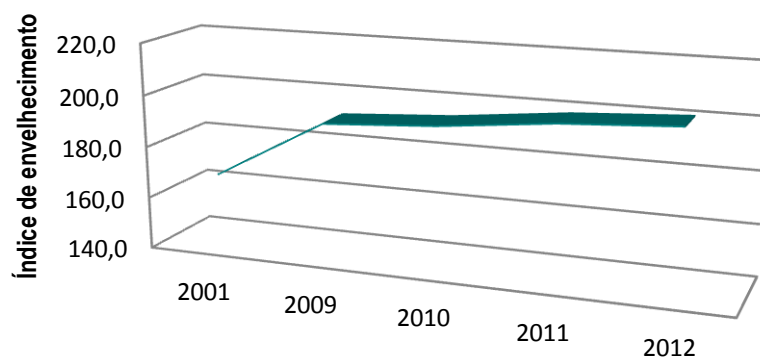
Figura 5.4 - Evolução demográfica do concelho entre 2001 e 2012.



Fonte: PORDATA – INE Estimativas anuais da população residente.

Figura 5.5 - Evolução demográfica por faixa etária do concelho entre 2001 e 2012.

Uma leitura do índice de envelhecimento¹ permite verificar que Ponte de Sor está de facto a ficar cada vez mais envelhecida:

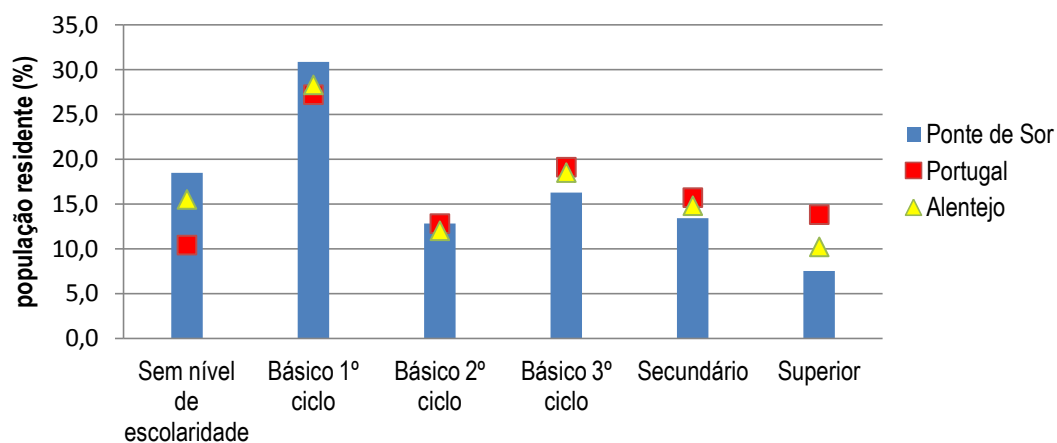


Fonte: PORDATA – INE Estimativas anuais da população residente.

Figura 5.6 - Evolução do índice de envelhecimento 2001 – 2012.

¹ O índice de envelhecimento exprime a relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o número de pessoas com 65 ou mais anos, por cada 100 pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (PORDATA, 2014).

Em relação às habilitações (figura 5.7), o concelho apresentava em 2011 uma percentagem superior de pessoas sem escolaridade ou com baixa escolaridade (1º ciclo), relativamente à média portuguesa e alentejana; e uma percentagem inferior de pessoas com níveis de escolaridade mais elevados, principalmente pessoas com o nível superior.

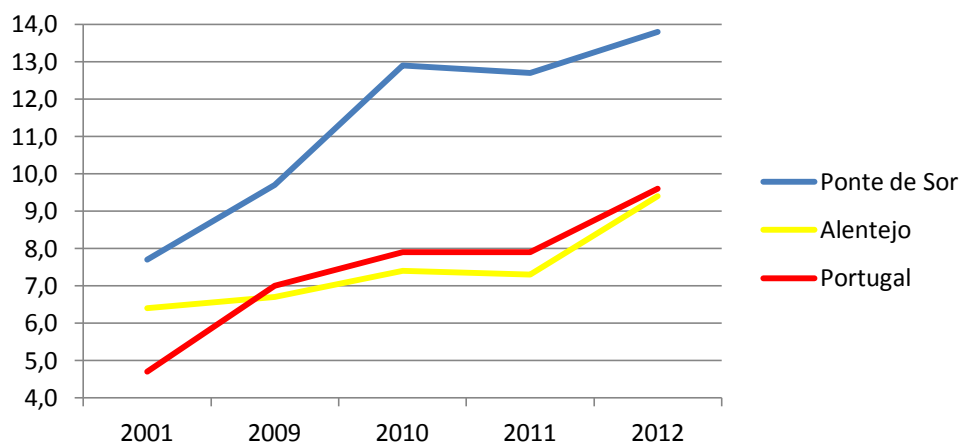


Fonte: PORDATA – INE Recenseamentos gerais da população.

Figura 5.7 - População por nível de escolaridade (%), em 2011.

5.1.4 Caracterização do desemprego

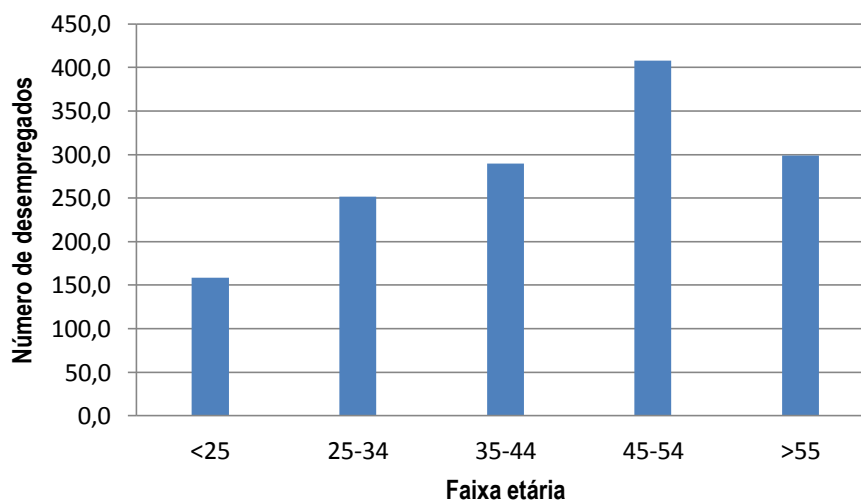
Também a taxa de desemprego em Ponte de Sor (relativamente ao total da população residente com 15 a 64 anos) é significativamente mais elevada do que a média portuguesa e alentejana. À semelhança do que acontece no país e na região, esta taxa tem vindo a subir progressivamente nos últimos anos (à excepção de uma ligeira descida em 2010):



Fonte: PORDATA – INE Recenseamentos gerais da população.

Figura 5.8 - Evolução da percentagem de desempregados no total da população residente com 15 a 64 anos.

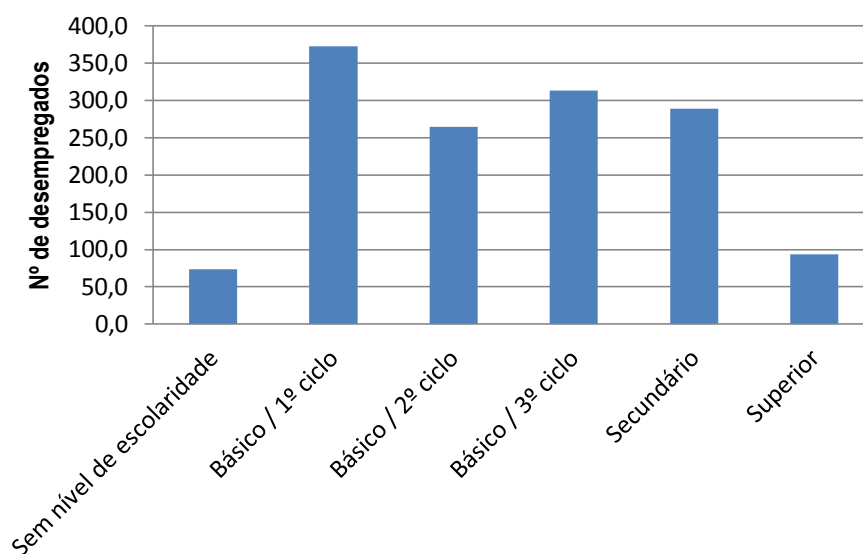
A faixa etária dos 45 aos 54 anos é a que apresenta um maior número de desempregados no concelho (correspondendo à faixa etária com o maior número de habitantes):



Fonte: PORDATA – IEF/MSSS.

Figura 5.9 - Desempregados inscritos no centros de emprego por faixa etária em 2012.

A maioria dos desempregados inscritos no centro de emprego em 2012 tinha a 4ª classe, no entanto, este número não era muito superior aos desempregados com o 6º, 9º e 12º anos:

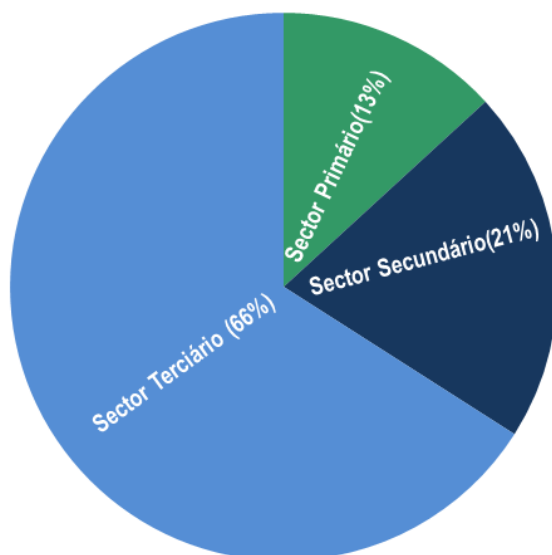


Fonte: PORDATA – IEF/MSSS.

Figura 5.10 - Desempregados inscritos no centros de emprego por habilitações em 2012.

5.1.5 Caracterização dos principais sectores e empresas empregadoras

Segundo dados dos últimos censos do INE, em 2011, estavam empregadas 5 859 pessoas¹ em Ponte de Sor. O sector terciário (comércio e serviços), à semelhança da tendência geral do Alentejo e do país, é o sector que mais pessoas emprega no concelho:



Fonte: PORDATA – INE Recenseamentos gerais da população.

Figura 5.11 - Distribuição da população empregada por sector de actividade em 2011.

Não foram encontrados dados estatísticos sobre a população empregada a um nível mais detalhado do que apresentado na figura 5.11. Para este fim, foi pedida a lista das principais empresas/instituições empregadoras, com indicação do número de empregados por empresa, às seguintes entidades: Câmara Municipal, Centro de Emprego, ACIPS e SINDEQ. Apesar de não disporem de uma lista compilada de dados, estas entidades possuem um conhecimento lato sobre o mercado de trabalho local, principalmente nas áreas onde mais intervêm. No entanto, algumas das respostas foram diferentes. As quatro entidades concordam sobre quais são os mais empregadores, mas a ordem das empresas/instituições varia.

Considera-se que seria vantajoso construir uma base de dados, com informações sobre as empresas locais mais relevantes; não apenas para um conhecimento local mais aprofundado,

¹ **Empregado:** Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência (metainformação – INE).

mas também para divulgação pública da actividade económica do concelho. Neste sentido, a Câmara encontra-se neste momento a desenvolver uma recolha de informações junto das empresas, com o objectivo de promover as mesmas no seu site. Esta é uma forma simples de apresentar a dinâmica económica do concelho, não só a futuros investidores, mas também a quem pretenda viver e trabalhar em Ponte de Sor.

De seguida, são analisados cada um dos sectores económicos ao nível do concelho:

Sector primário

O concelho situa-se numa área com grande vocação agrícola e florestal. No entanto, estas actividades têm sido, por vários motivos, progressivamente abandonadas ao longo dos anos, representando hoje uma baixa fatia no total dos postos de trabalho do concelho.

Uma das actividades primárias mais relevante no concelho é a **extracção de cortiça**, que fornece as indústrias corticeiras da região:



Fonte: naturlink.sapo.pt, 2014.

Figura 5.12 - A extracção da cortiça.

A cortiça é a casca do sobreiro, árvore nacional desde 2012. De acordo com Domingos Patacho, o Alto Alentejo foi a região em Portugal que mais conseguiu manter o coberto florestal primitivo dos sobreirais, sendo que em muitas regiões do país este ecossistema foi destruído

para dar lugar a monoculturas de eucalipto ligadas à indústria do papel (www.greencork.org¹, 2014). Em termos de emprego, a extracção da cortiça é importante, no entanto, a grande maioria dos postos de trabalho criados são temporários (cerca de 2/3 meses por ano).

Apesar de discutível, pode considerar-se que todos os postos de trabalho ligados à exploração da cortiça são verdes, visto que contribuem para a manutenção de um sistema de grande importância ambiental – o Montado de Sobro. No entanto, segundo a OIT (2012), a melhor forma de garantir que a exploração da floresta se faz da maneira mais correcta é através da certificação florestal. De acordo com a AFLOSOR², a área de floresta certificada pela FSC em Ponte de Sor é de 6510 hectares, que corresponde a uma área muito baixa da área total de floresta do concelho (cerca de 10%). Segundo a técnica contactada desta associação, Sónia Martins, a exploração de eucalipto é a que mais beneficia desta prática em termos económicos, visto que o valor de mercado da madeira de eucalipto certificada é significativamente superior à não certificada; a cortiça obtida em explorações certificadas também tem um valor mais elevado, no entanto, a diferença de preço é pouco significativa. Para alguns produtores de cortiça, de grande dimensão, a certificação compensa, mas apenas em termos de valorização da marca. No entanto, para a maioria, os custos associados à certificação não são compensados pelo mercado, sendo que a descida do preço da cortiça ao longo da última década, desmotivou ainda mais a adesão à FSC.

Apesar da certificação não oferecer vantagens económicas aos produtores, as indústrias corticeiras locais dão preferência a cortiça proveniente de florestas certificadas pelo sistema FSC, pelo que esta é vendida mais rapidamente do que a não certificada. A empresa Sedacor (pertencente ao grupo JPS Corkgroup), por exemplo, promove a gestão sustentável da floresta na sua Política de compra de cortiça (2010), “comprometendo-se em particular a:

- ✓ Dar preferência a cortiça proveniente de florestas bem geridas, certificadas através do sistema de certificação florestal FSC;

¹ Green Cork - projecto da Quercus de recolha de rolhas de cortiça para reciclagem. É desenvolvido em parceria com a Amorim, o Continente, o Dolce Vita, escolas, escuteiros, municípios, empresas de recolha de resíduos, adegas, produtores de vinho e outras entidades interessadas. Tem por objetivos principais recolher rolhas e financiar a plantação de árvores autóctones através do Floresta Comum (www.greencork.org, 2014).

² Associação de produtores Florestais de Ponte de Sor - esta associação presta, entre outros, os seguintes serviços: defesa e representação dos produtos florestais; certificação florestal através da FSC Portugal; elaboração e acompanhamento de projectos florestais no âmbito do Proder; promoção de um sistema de prevenção de fogos florestais.

- ✓ Não comercializar produtos certificados FSC em cuja composição tenha entrado as seguintes categorias de matéria-prima florestal: madeira explorada ilegalmente; madeira explorada em violação dos direitos tradicionais e civis; madeira explorada em florestas nas quais os altos valores de conservação são ameaçados pelas actividades de gestão; madeira explorada em florestas em processo de conversão de plantações ou para usos não florestais do solo; madeira proveniente de florestas nas quais foram plantadas árvores geneticamente modificadas.”

Algumas das entidades florestais certificadas do concelho são as seguintes:

- ✓ Sociedade Agrícola do Condado da Torre, Lda (com uma área de cerca de 6000 hectares, é a principal exploração certificada do concelho);
- ✓ Manuel Maria Salgado de Goes;
- ✓ José Guilherme de Goes Unipessoal, Lda;
- ✓ Sociedade Agrícola Felizardo Prezado, Lda.

A exploração do Montado, para além de cortiça, tem ainda a vantagem de poder ser feita em conjunto com outras actividades primárias, sendo que em Ponte de Sor se destaca o **pastoreio**:



Figura 5.13 - O pastoreio em Ponte de Sor.

Conforme referido pela OIT (2012), no caso do pastoreio, a passagem de modos de produção tradicionais para modos de produção biológicos não acrescenta postos de trabalho.

Ana Borracha, responsável pela certificação biológica da ACORPSOR¹, confirma essa informação, acrescentando que isso poderá acontecer no caso das hortícolas, que em Ponte de Sor tem pouca expressão. A área dedicada à agricultura biológica no conjunto dos concelhos de Ponte de Sor, Avis, Gavião e Alter do Chão é de 40 000 a 50 000 hectares, prevendo-se um aumento, com a entrada em vigor do novo quadro comunitário para 2014-2020. Não existem dados compilados sobre a área dedicada à agricultura biológica apenas no concelho de Ponte de Sor.

Na opinião de Ana Borracha, os produtores têm no geral um grande interesse pela área da produção biológica, no entanto, neste momento, o sistema não permite que estes tenham um maior lucro com este tipo de produção. Os custos da produção biológica são mais elevados e o preço por kg de carne vendida à cadeia de distribuição é sensivelmente o mesmo. Os subsídios da UE acabam por cobrir a diferença, ficando os produtores com uma margem de lucro idêntica à que tinham sem estar em produção biológica. O preço superior dos produtos biológicos que se encontram nos supermercados acabam por favorecer apenas a cadeia de distribuição. Segundo a especialista, a solução deverá passar por criar uma estratégia de mercado para estes produtos, com uma organização de fileira, que defenda os interesses dos produtores e dos distribuidores de uma forma equilibrada e justa.

Além da cortiça e da pecuária, outras **explorações agrícolas de pequena escala** podem ser encontradas no concelho, nomeadamente a produção de: hortícolas (ex.: alhos e pimentos que fornecem a fábrica da Incopil); frutas (ex.: morangos); tabaco natural biológico; ervas aromáticas e medicinais; azeitonas e azeite; mel; uvas e vinho; leite e queijos; entre outras. A dinamização destes nichos de negócio, nomeadamente através da sua divulgação enquanto produtos diferenciadores de alta qualidade, poderão ser importantes na criação futura de novos postos de trabalho no concelho.

Conforme foi referido no enquadramento teórico, a produção biológica tem associadas vantagens turísticas únicas. Em Ponte de Sor, destacam-se dois empreendimentos que juntaram a produção agrícola sustentável com o turismo da natureza:

- ✓ Herdade do Gamoal – Plantas Aromáticas e Medicinais;
- ✓ Casal Vale de Salteiros – Monte Alentejano dedicado à agricultura biológica e sustentabilidade ambiental.

¹ Associação de Criadores de Ovinos da Região de Ponte de Sor - entre outras funções, apoia os agricultores no processo de certificação biológica, sendo a certificação feita depois por entidades certificadoras.

Sector secundário

Ponte de Sor é um dos concelhos do Alentejo com maiores tradições na área industrial e onde os índices de população activa dedicada à indústria são mais elevados; sendo que esta actividade foi inicialmente potenciada pela implantação da rede ferroviária que serve o concelho (Pintão, 2010). Até 2009, a principal empresa empregadora foi a DELPHI, uma empresa industrial ligada ao ramo automóvel. No entanto, após o fecho desta, a indústria da cortiça ganhou destaque. Actualmente, os sectores industriais que mais empregam no concelho são os sectores agro-florestal (cortiça), agro-alimentar e aeronáutica. As principais empresas ligadas a cada um destes sectores são as seguintes:

Tabela 5.4 - Principais empresas empregadoras no concelho por sector industrial.

Cortiça	Agro-alimentar	Aeronáutica
Amorim Florestal (aprovisionamento)	Incopil, Raul Martins e Lobato (Flor das Hortas) e Pimensor	Dynaero
Amorim e Irmãos (aprovisionamento e produção)		Motoravia
Álvaro Coelho Irmão 2 SA	Pequenos produtores de produtos alimentares (carnes, azeite, mel, vinho, queijos, entre outros)	Gair (escola de pilotos)
Sedacor		

Informações fornecidas empiricamente pela Câmara Municipal, Centro de Emprego, SINDEQ e ACIPS.

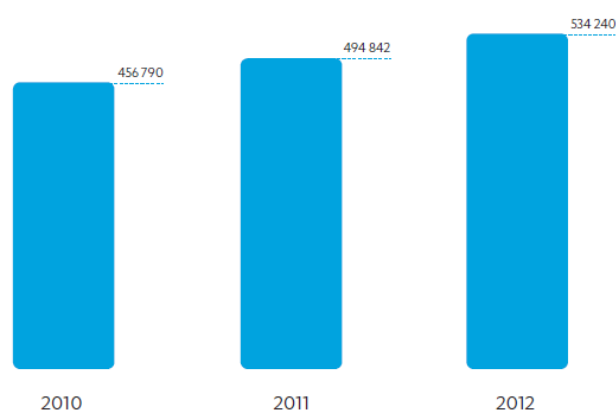
A Amorim Florestal e a Amorim e Irmãos são, no seu conjunto, os principais empregadores privados do concelho. Estas empresas pertencem à Corticeira Amorim, uma empresa líder mundial no mercado da cortiça que, em 2012, atingiu os 500 milhões de euros em vendas (Amorim, 2012). Em Portugal, a exportação de produtos de cortiça representa cerca de 3% do total das exportações nacionais, sendo o país que mais exporta cortiça e produtos associados do mundo (www.quercus.pt, 2014). De acordo com os dados expostos no relatório de sustentabilidade dos Amorim de 2012, o número de trabalhadores do grupo aumentou desde 2010, embora apenas ligeiramente:

Tabela 5.5 - Evolução do número de empregados da Corticeira Amorim (total nacional).

	2010	2011	2012
Efetivos	2749	2712	2740
Prazo	253	290	326
Total de trabalhadores a tempo parcial	34	81	34
Total de trabalhadores a tempo inteiro	2968	2921	3032
Total Colaboradores	3002	3002	3066

Fonte: Amorim (2012): *Relatório de Sustentabilidade*.

Também a nível económico, o grupo Amorim tem apresentado bons resultados:



Fonte: Amorim (2012): *Relatório de Sustentabilidade*.

Figura 5.14 - Vendas consolidadas do grupo Amorim (milhares de euros).

Em relação ao ambiente, a empresa apresenta preocupações acrescidas, tanto pelo produto que vende, como por pressões internacionais. Neste sentido, desenvolve estudos de análise de ciclo de vida aos seus produtos que, segundo o relatório de sustentabilidade, comprovam o elevado desempenho ambiental dos produtos de cortiça (conciliando as características ambientais da cortiça e do montado de sobro, que esta matéria prima viabiliza economicamente). Para além destes, a corticeira promove ainda um estudo “que contempla o cálculo e a verificação independente da sua pegada de carbono de acordo com a norma ISO 14064 e que conclui que, em matéria de gases com efeito estufa, a actividade da empresa beneficia o meio ambiente.” São promovidas pela empresa várias acções relacionadas com a sustentabilidade ambiental, nomeadamente, para redução das emissões de carbono, consumo de água, reciclagem de rolas, entre outras.

A Incopil é outra importante indústria do concelho, também com expressão no mercado internacional. Esta empresa dedica-se ao fabrico de temperos, entre muitos outros, a massa de alho e a massa de pimentão. Iniciou a sua actividade há cerca de 50 anos, com a junção de 14 empresas que se dedicavam, na altura, à produção de pimentão. No ano 2000 foi criada a Pimensor, que funciona como o braço distribuidor dos produtos da Incopil e da Raul Martins e Lobato (sob a marca Flor das Hortas). Para a Pimensor, o segredo do sucesso da empresa, tanto a nível nacional como internacional, está na qualidade dos ingredientes (www.pimensor.pt, 2014). Neste sentido, desenvolveram um departamento agrícola de campo, com técnicos especializados, que acompanham os agricultores, ajudando-os a escolher as variedades de pimento mais adequadas. Apesar de produzirem o adubo orgânico a ser usado nas colheitas, os produtos desenvolvidos não têm certificação biológica.

O sector aeronáutico tem sido a grande aposta da Câmara Municipal de Ponte de Sor e parece estar a dar frutos em termos de criação de emprego e dinamização económica a nível local. Para além das empresas do sector já sediadas neste *cluster* industrial, destaca-se a criação, num futuro próximo, de um campus universitário, com o objectivo de promover a aprendizagem ligada às áreas já instaladas. Segundo o actual Presidente da Câmara, Hugo Hilário, “o objectivo passará por associar outras áreas de ensino” (Jornal Ecos do Sor, Dezembro de 2013).

A indústria da reciclagem irá também ter um peso significativo a nível da criação de emprego no concelho, com a instalação no final do ano da fábrica de produção de *Prodelix* (Produto derivado do lixo). O *Prodelix* é um material recentemente inventado, feito à base de resíduos que iriam para aterro (cartão e plásticos de todos os tipos). Este material é semelhante à madeira, podendo servir para produzir paletes (para o sector da logística), estacaria (para o sector da agricultura) e barrotes, tábuas e perfis (para o sector da construção). Este produto foi inventado por Paulo Santos, tendo o projecto sido desenvolvido com a Vasconcept e o produto adquirido pela Fuschia Fusion. A fábrica irá ser instalada na zona industrial de Ponte de Sor, com um investimento que ronda os 14 milhões de euros (co-financiados pelo INAlentejo¹) e que, na fase de arranque, irá dar emprego a 30 pessoas, podendo esse número aumentar posteriormente. Para além dos benefícios económicos e sociais, os promotores do projecto, destacam os benefícios ambientais, nomeadamente, a poupança de milhares de árvores, que de outra forma seriam abatidas; e a redução de espaço ocupado em aterro. De acordo com o gerente da empresa Fuschia Fusion, Luís Lourenço, em entrevista ao jornal local Ecos do Sor (Fevereiro de 2014), escolheram Ponte de Sor “pela proximidade com a empresa de valorização de resíduos Valnor, pelas ligações de um dos sócios a Ponte de Sor, (...), e pela proximidade com

¹ Entidade que gere o programa regional de financiamento europeu no Alentejo.

Espanha e o litoral do país.” Ainda de acordo com o gerente, a fábrica “deverá começar a laborar em Setembro e em Dezembro atingir o seu pleno funcionamento.”

Na área da reciclagem está ainda prevista a abertura de uma instalação de descontaminação e desmantelamento de automóveis na zona industrial de Ponte de Sor. De acordo com o promotor deste projecto, Bruno Gomes, a data definitiva de abertura só será conhecida no final deste ano, estando dependente da aprovação da candidatura ao QREN. Está prevista a criação de três postos de trabalho na fase inicial. A venda dos materiais enfardados será feita à Siderurgia nacional, através de um intermediário. As peças em bom estado serão vendidas numa loja a criar na própria instalação.

Sector Terciário

As empresas/instituições locais mais empregadoras no sector do comércio e serviços, o mais expressivo do concelho, são as seguintes:

- ✓ Câmara Municipal;
- ✓ Santa Casa da Misericórdia;
- ✓ Escolas e centros de formação;
- ✓ Hipermercados (Continente, Lidl, Intermarché, Pingo Doce);
- ✓ Centros Comunitários.

5.1.6 Principais activos ambientais

Conforme foi definido no enquadramento teórico, os activos ambientais são os recursos e serviços ambientais economicamente valorizáveis. Tendo em conta esta definição, no concelho de Ponte de Sor destacam-se três grandes activos ambientais:

A. O Montado de Sobro

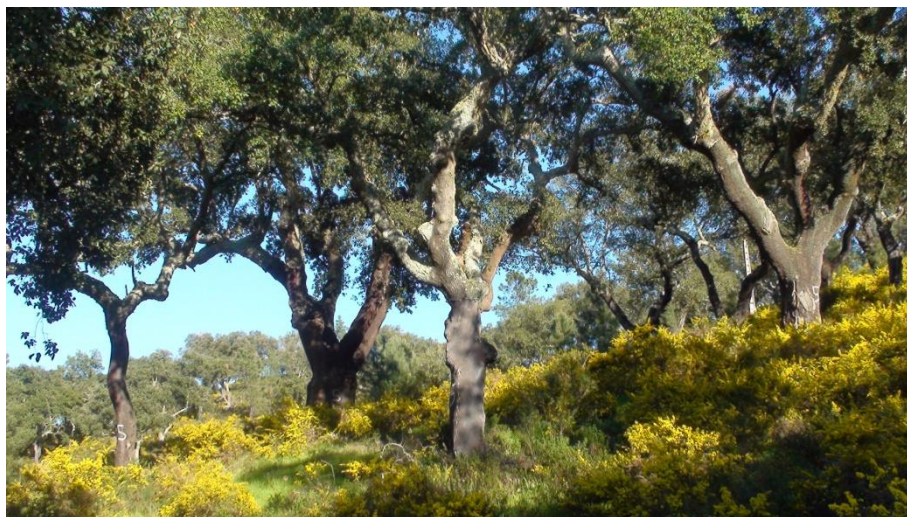
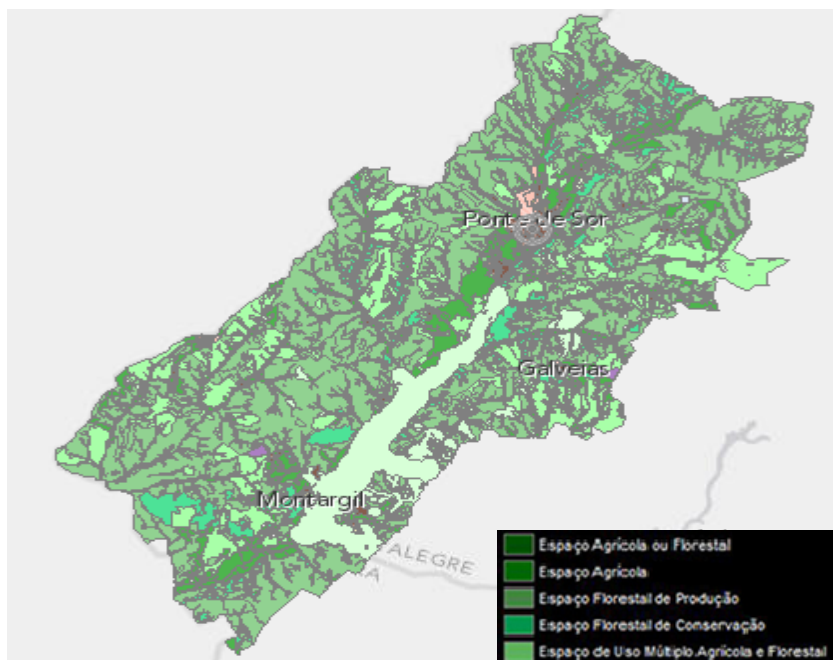


Figura 5.15 - O Montado de Sobro de Ponte de Sor.

Como se pôde verificar ao longo da análise às principais empresas do concelho, o Montado é o recurso natural que actualmente mais contribui para o desenvolvimento económico local. De acordo com os Estudos de Caracterização do PDM (1998), mais de metade do território do concelho é zona de Montado. Sendo que os principais regimes de utilização do solo correspondem a Espaço florestal de produção e Espaço múltiplo agrícola e florestal (figura 5.16), correspondendo às actividades de extracção de cortiça e de pastoreio, anteriormente descritas.



Fonte: www.igeo.pt, 2014.

Figura 5.16 - Mapa dos regimes de utilização do solo no concelho de Ponte de Sor.

No entanto, e apesar da sua importância, de acordo com Sónia Martins, técnica florestal da AFLOSOR, o Montado em Ponte de Sor encontra-se em declínio, sendo que no caso específico do concelho se destacam os seguintes problemas:

- ✓ Envelhecimento dos sobreiros;
- ✓ Doenças e pragas – potenciadas por má gestão (ex.: gradagem debaixo das copas com grades de discos pesadas que cortam as raízes pastadeiras superficiais, favorecendo a propagação de fungos patogénicos e destroem novos sobreiros que nascem no sob coberto); e pelas alterações climáticas (períodos de seca intensa e períodos de chuvas intensas), que favorecem a propagação de pragas;
- ✓ Aumento do risco de incêndio florestal face às alterações climáticas.

Segundo Sónia Martins, para além do declínio do Montado já existente, verifica-se a tendência para cada vez mais se optar por outro tipo de culturas em vez de sobreiros, nomeadamente o eucalipto. Isto acontece devido à cada vez mais baixa rentabilização que os produtores tiram da cortiça, devido a vários factores, nomeadamente, a descida de preço (desceu para cerca de metade na última década), o elevado tempo de crescimento da árvore e a técnicas de gestão actuais (ex.: gradagem) mais caras do que as tradicionais. Na opinião de Sónia Martins, faltam incentivos económicos para a manutenção e crescimento do Montado ao nível do concelho.

No sentido de procurar soluções que rentabilizem o Montado que possam servir para a sua manutenção e propagação, identificam-se os principais serviços fornecidos por este sistema ecológico e avalia-se a rentabilização económica dos mesmos ao nível do concelho. Como se pode verificar, enquanto que alguns serviços já são bastante valorizados, outros nichos encontram-se em expansão e outros ainda por explorar:

Tabela 5.6 - Avaliação da rentabilização local dos serviços fornecidos pelo Montado.

Serviços fornecidos pelo Montado	Avaliação	Justificação
Produção de cortiça	Alta	Principal actividade industrial do concelho
Produção pecuária extensiva	Alta	Principal prática agrícola do concelho
Plantas aromáticas e medicinais	Em expansão	Já existem algumas empresas de pequena dimensão
Recursos silvestres (espargos, cogumelos e túberas)	Por explorar	Existe maioritariamente no comércio “informal” local (figura 5.17)
Conservação da Natureza (habitats, recursos genéticos, fauna e flora)	Por explorar	Não existem empresas/instituições dedicadas a esta área
Protecção contra a erosão, recarga de lençóis freáticos e sequestro de carbono	Não aplicável	Não são contabilizados a nível local; as actividades económicas locais garantem a manutenção destes serviços
Desportos (caça, <i>trail</i> , bicicleta)	Por explorar	Existem locais para caça; poderiam ser construídas pistas de <i>trail</i> e ciclovias
Lazer (percursos pedestres, piqueniques, <i>bird watching</i>)	Por explorar	Actividades pontuais, ou pouco difundidas
Turismo rural e ambiental	Em expansão	Já existem algumas empresas de pequena dimensão



Figura 5.17 - Venda de espargos e tubras selvagens à beira da estrada (actividade sazonal).

B. A Barragem de Montargil



Figura 5.18 - A barragem de Montargil.

A barragem de Montargil, conjuntamente com as barragens de Maranhão e Magos, alimenta o Canal do Sorraia. Toda a zona da margem esquerda da albufeira até ao limite oriental do concelho pertence à Rede Natura 2000 (sítio de Cabeção), sendo que o seu interesse reside na presença de vários habitats naturais de acordo com a Directiva Habitats (92/43/CEE), dois dos quais considerados de interesse comunitário (charcos temporários mediterrâneos e subestepes de gramíneas e anuais) (Carta estratégica de Ponte de Sor, 1998).

As principais ameaças à qualidade ambiental da barragem de Montargil são:

- ✓ Poluição da água (principalmente com origem nas explorações de pecuária, mas também nos desportos náuticos motorizados) – considera-se importante a identificação das fontes de poluição da barragem e respectiva eliminação ou minimização;
- ✓ Lixo nas margens (principalmente no Verão, durante a época balnear) – uma solução poderá ser a colocação de contentores (adaptados à paisagem) em locais estratégicos e a colocação de cartazes de sensibilização.

Na tabela seguinte identificam-se os principais serviços fornecidos pelo Barragem e avalia-se a rentabilização económica dos mesmos ao nível do concelho:

Tabela 5.7 - Avaliação da rentabilização local dos serviços fornecidos pela barragem de Montargil.

Serviços fornecidos pelo Barragem	Avaliação	Justificação
Produção de energia eléctrica	Alta	Uma das principais utilizações da barragem
Praias fluviais	Por explorar	Falta de zonas demarcadas para banhos (com indicação da qualidade da água) e respectivas infraestruturas de suporte (café, casa de banho, entre outras) ¹ ; Falta de sensibilização de moradores e visitantes para a limpeza das margens da barragem
Conservação da Natureza (habitat de peixes, aves e espécies de margem e espécies de flora)	Por explorar	Não existem empresas/instituições dedicadas a esta área (ex.: um Centro de Interpretação Ambiental ou um Eco Museu)
Pesca (achigã e carpa)	Em expansão	Realização do concurso internacional da pesca da carpa; alguns restaurantes locais oferecem algumas iguarias gastronómicas elaboradas com peixe de rio local
Água para rega	Alta	Uma das principais utilizações da barragem
Desportos de água (mota de água, barco, canoagem, gaivotas)	Alta	Local de referência para a prática de desportos náuticos
Turismo de luxo	Alta	Hotel do Lago Montargil (5 estrelas)
Campismo	Alta	Parque de campismo da Orbitur
Turismo rural	Em expansão	Já existem alguns empreendimentos de pequena dimensão

C. O clima

O clima das regiões é um importante activo ambiental. O concelho possui um clima mediterrânico, com algumas características de continentalidade, com Verões secos e quentes e Invernos temperados. Como se pretende mostrar na figura 5.19, o concelho de Ponte de Sor dispõe de:

- ✓ cerca de 2600 horas de sol anuais;

¹ Encontram-se, no entanto, programadas no Plano de Ordenamento da Albufeira de Montargil.

- ✓ uma temperatura média do ar entre os 12,5 e os 16 °C;
- ✓ pouco vento (em relação a outras zonas do país);
- ✓ uma precipitação média anual entre os 600 e os 800 mm.

Estas condições fazem desta região muito agradável para a prática do turismo no Verão e nas meias estações. Além disso, favorecem os vários tipos de práticas agrícolas do concelho, já descritas no capítulo anterior. As horas de sol em abundância tornam o custo/benefício do investimento em energia solar inferior, relativamente a outras regiões do país e da Europa. No entanto, este investimento tem sido modesto, tendo em conta o potencial do concelho, nomeadamente, o investimento realizado nos edifícios públicos, onde apenas se encontram painéis solares térmicos (nas situações onde a lei o exigiu). Nas piscinas municipais, por exemplo, de acordo com Nuno Marques, responsável da empresa *Sunenergy*¹, um investimento de cerca de 70 000 euros na instalação de painéis solares e caldeira de biomassa, teria um período de retorno de apenas 18 a 19 meses (para além de contribuir para a redução da pegada de carbono do concelho). O aproveitamento das águas da chuva nos edifícios público e privados poderá também ser um investimento a analisar, tendo em conta a pluviosidade do concelho.

À semelhança do que se passa no resto do mundo, a região tem sentido o efeito das alterações climáticas. No caso de Ponte de Sor, os efeitos fazem-se sentir no aumento dos extremos climáticos – Verões muito quentes (que aumentam o número e dimensão dos incêndios florestais e afectam as actividades agrícolas e florestais) e Invernos muito rigorosos (com formação de geada e chuvas intensas acima da média, que também afectam as actividades agrícolas e florestais).

¹ Empresa *Sunenergy* – empresa nacional de instalação e serviços na área das energias renováveis e eficiência energética, com uma das delegações em Ponte de Sor.

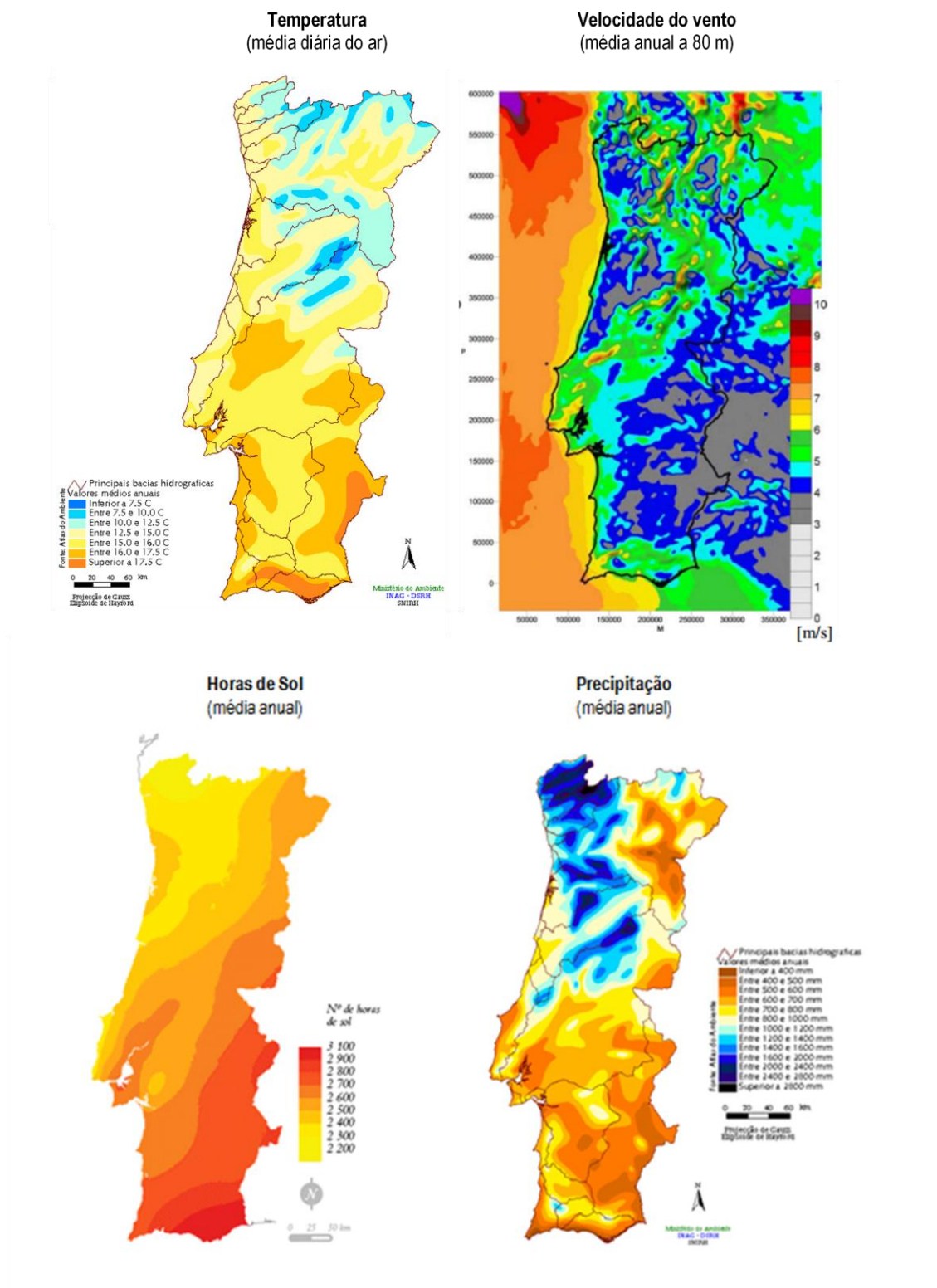


Figura 5.19 - Mapas da temperatura média, horas de sol, precipitação (www.meteopt.com, 2014) e velocidade do vento (Costa P., 2004) em Portugal.

5.1.7 Desenvolvimento de competências ambientais

Conforme foi sendo reforçado ao longo do enquadramento teórico e político, a transição para uma economia mais verde, e respectiva criação de empregos verdes, só poderá acontecer se as pessoas desenvolverem competências que dêem resposta às novas tendências do mercado de trabalho.

Educação escolar

A nível escolar, o principal projecto desenvolvido no concelho neste sentido é o projecto nacional **Eco-Escolas**, desenvolvido pela Associação ABAE¹. No sentido de se perceber melhor como funciona este projecto ao nível das escolas do concelho, foi realizada uma entrevista com a Professora Maria Augusta, responsável pelo projecto em Ponte de Sor. Segundo a responsável, este é acima de tudo um projecto que procura sensibilizar para as questões ambientais, não só os alunos, mas também famílias, comunidade escolar e cidadãos em geral. Alguns exemplos de acções já desenvolvidas são: a construção de instrumentos musicais com material reutilizado, com os quais fizeram uma exposição; a iniciativa “Leva-me contigo”, de troca de material didático usado; e a participação no concurso “Árvores de Natal recicladas 2013”. O desenvolvimento de acções ligadas à economia e empreendedorismo verde são realizadas esporadicamente, por exemplo, através da criação de artigos com materiais reciclados (por exemplo, bases com rolhas de cortiça) para venda nas festas da cidade (figura 5.20). Uma outra ideia que estão a pensar desenvolver neste âmbito é adquirir equipamento para fazerem velas personalizadas com óleo usado, que poderiam ser vendidas na feira da Páscoa e do Natal.

¹ Associação Bandeira Azul da Europa - é uma Organização não Governamental de Ambiente (ONGA), sem fins lucrativos, dedicada à Educação para o Desenvolvimento Sustentável e à gestão e reconhecimento de boas práticas ambientais (www.abae.pt, 2014).



Imagem fornecida pela Câmara Municipal de Ponte de Sor.

Figura 5.20 - Projecto Eco-escolas – produtos feitos com materiais reciclados para venda nas festas da cidade.

No sentido de desenvolver o interesse pelo **empreendedorismo** nas crianças e jovens, nomeadamente o interesse pelo empreendedorismo nas áreas sustentáveis, a Câmara irá propor às escolas a adesão ao Manual de Empreendedorismo – Ter ideias para mudar o mundo, elaborado pelo Centro Educativo Alice Nabeiro (da Associação “Coração Delta”). A proposta será feita para ano lectivo 2014/2015 e, se for aceite, terá início com a formação dos professores, que deverão depois integrar este componente na actividade curricular das suas turmas.

Formação profissional

Como regra geral, os cursos profissionais deverão servir para dar resposta a necessidades reais do mercado de trabalho (actuais ou previstas com alguma certeza), sejam elas verdes ou não. No sentido de se perceber como funcionam os cursos de formação desenvolvidos em Ponte de Sor foram entrevistadas, através de questionário (Anexo I), as seguintes entidades: IEFP, Escola Secundária, ACIPS e CEFOSAP. A tabela seguinte resume os principais resultados desta pesquisa:

Tabela 5.8 - Análise dos cursos desenvolvidos em Ponte de Sor nas áreas com potencial para criação de empregos verdes.

Entidades de formação	Ligação entre os cursos e o mercado de trabalho local	Análise dos cursos nos sectores com potencial para criar empregos verdes
IEFP	Formações para desempregados - pedidas pelas entidades, propostas pelos utentes ou por iniciativa do próprio IEFP (com base na percepção do mercado de trabalho)	<p>- Turismo rural e ambiente (2220 horas; 21 formandos - 14 pessoas formadas; cerca de 3 conseguiram estágio profissional);</p> <p>- Operador agrícola (nível 2) – com módulos relacionados com a agricultura biológica: modos de produção agrícola sustentável; agricultura biológica; hortícolas, ervas aromáticas e medicinais (900 horas; entre 45 a 60 formandos – não se descobriu a taxa de sucesso; não se conhece a taxa de empregabilidade - na maioria dos casos resume-se a emprego esporádico);</p> <p>- Módulos sobre eficiência energética espalhados nos cursos de: Técnico de electricidade de instalações eléctricas, Manutenção hoteleira e Técnico electromecânico de climatização (cursos com uma taxa de desistência muito alta; taxa de empregabilidade desconhecida).</p>
Escola Secundária	<p>Cursos profissionais (3 anos) e vocacionais (2 anos) com equivalência ao 12º anos</p> <p>Os cursos são escolhidos através de uma pesquisa sobre as necessidades de trabalho do país (com especial atenção para as necessidades do concelho); sempre que possível são desenvolvidas parcerias com empresas e entidades da região</p>	<p>- Técnico de energias renováveis (curso profissional de 3 anos; formados em média 22 alunos por ano; não é conhecida a taxa de empregabilidade);</p> <p>- Técnico preparador de cortiça (curso vocacional de 2 anos realizado em parceria com os Amoris – aprendizagem vai desde a tiragem da cortiça à manufactura da rolha; 22 alunos formados - 14 com estágio garantido nos Amoris; é a primeira vez que o curso foi realizado, pelo que não se conhece o número de alunos que irão ser contratados no final do estágio)</p>
ACIPS	Cursos para empregados – Projecto de formação integrado na medida 2.3 do Proder (formandos escolhem de uma lista de temas propostos)	<p>Não são desenvolvidos cursos nas áreas identificadas;</p> <p>Pretendem iniciar cursos na área da agricultura;</p> <p>No curso de construção há um módulo sobre o tema “Ambiente e HST”.</p>
CEDOSAP	A maioria dos cursos são para empregados; desde 2007 fazem alguns cursos para desempregados (para acesso a carteira profissional)	Não são desenvolvidos cursos nas áreas identificadas.

Os resultados obtidos nesta pesquisa permitem concluir que, no IEFP e na Escola Secundária, estão a ser desenvolvidos cursos em áreas com potencial para criação de empregos verdes, nomeadamente:

- ✓ Agricultura sustentável (IEFP);
- ✓ Exploração sustentável da floresta (Escola Secundária);
- ✓ Energias renováveis (Escola Secundária);

- ✓ Eficiência energética de edifícios (IEFP);
- ✓ Turismo sustentável (IEFP).

Foi analisada a integração das competências desenvolvidas no mercado de trabalho local, tendo-se chegado às seguintes conclusões:

— Em relação aos cursos desenvolvidos pela Escola Secundária:

- ✓ O curso de *Técnico preparador de cortiça* é um bom exemplo das grandes vantagens no estabelecimento de parcerias entre as escolas e as empresas. Estas parcerias permitem adaptar os conteúdos às necessidades reais, promovendo assim a inserção imediata no mercado de trabalho através de estágios, aumentando as hipóteses de uma futura contratação;
- ✓ O curso de *Técnico de Energias Renováveis* tende a não ser valorizado pelo mercado de trabalho local. Segundo Nuno Marques, responsável pela empresa *Sunenergy* em Ponte de Sor, a maioria das pessoas que entrevistou vindas deste curso não possuíam as competências mínimas para trabalhar na área; no entanto, acabou por contratar um deles, sendo que considera este aluno uma exceção e se encontra bastante satisfeito com o seu trabalho.

— Em relação aos cursos desenvolvidos pelo IEFP:

- ✓ A maioria dos formandos são desempregados com baixas habilitações e muitas vezes de longa duração, factores que justificam a enorme taxa de insucesso e desistência destes cursos;
- ✓ No curso de *Turismo rural e ambiente*, são os formandos que têm de procurar estágio curricular, não existindo protocolos/parcerias com unidades de turismo na zona, nem um encaminhamento conforme o perfil;
- ✓ Em casos pontuais, estes cursos são uma grande ajuda para quem pretende montar o seu próprio negócio. Isto acontece quando as pessoas procuram os cursos com esta intenção. Por exemplo, Catarina, uma jovem engenheira do Ambiente desempregada, decidiu aproveitar um terreno da família para desenvolver um projecto agrícola, tendo recorrido ao curso do IEFP de *Operador agrícola* para obter competências específicas nesta área.

Em nenhuma das entidades é conhecida a taxa de empregabilidade de nenhum dos cursos desenvolvidos, revelando que não é feito o apoio/acompanhamento dos formandos/alunos na entrada no mercado de trabalho.

5.1.8 O papel da autarquia na promoção de empregos verdes

Conforme já foi referido, nenhum actor local (público ou privado) possui, por si só, os recursos financeiros, tecnológicos, científicos e outros, necessários para uma implementação eficiente de estratégias de crescimento verde e criação de empregos verdes. O poder público assume, no entanto, uma importância fulcral no fornecimento de um quadro político robusto e na dinamização e apoio de iniciativas. Neste sentido, procurou-se perceber quais são as estratégias do poder autárquico local para o desenvolvimento do concelho, mais especificamente ao nível da sustentabilidade ambiental e da criação de emprego.

Documentos estratégicos

No levantamento de informação realizado, foram identificados os seguintes documentos estratégicos chave para o desenvolvimento futuro do concelho:

- ✓ Carta Estratégica de Ponte de Sor (de 1996);
- ✓ PDM (cuja elaboração começou em 1998, estando em vigor desde 2005);
- ✓ Plano de acção orçamental para 2014 (aprovado por maioria a 6 de Dezembro).

Não se encontra implementado um Plano de Acção específico para criação de emprego, nem um Plano Municipal de Ambiente, nem uma Agenda 21 Local.

⇒ Carta Estratégica e PDM

De acordo com a mensagem do Presidente Taveira Pinto (anterior ao actual), no Relatório de Contas de 2012, “a Carta Estratégica elaborada em 1996 serviu de modelo e tem sido factor de relevância reconhecida para sermos hoje um Concelho que sabe para onde vai, quais os caminhos que quer trilhar e os objectivos que pretende ver realizados.” Este documento define

as três grandes linhas de orientação para o desenvolvimento do concelho, que serviram de base para a elaboração do PDM actualmente em vigor:

- ✓ Qualificação da base económica local e reforço da integração regional;
- ✓ Desenvolvimento da função urbano-residencial como factor de afirmação de Ponte de Sor;
- ✓ Promoção externa apoiada no património arquitectónico e paisagístico e na animação cultural e desportiva.

Para cada uma das linhas estratégicas são propostas uma série de acções e iniciativas-chave (algumas já realizadas), não tendo sido desenvolvidas propostas que visem especificamente a criação de emprego, nem de empregos verdes. No entanto, considera-se que a realização de algumas destas propostas poderá contribuir directa ou indirectamente para o crescimento verde e respectiva criação de emprego, por exemplo, ao procurar a protecção e/ou rentabilização dos activos ambientais (nomeadamente o Montado e a Barragem de Montargil):

Tabela 5.9 - Propostas do PDM de Ponte de Sor para o Montado e Barragem de Montargil.

Activo ambiental	Proposta do PDM
Montado	Certificação da fileira (pilha, transformado, rolha); adaptação da legislação a casos concretos de descortçamento; reordenamento dos montados menos produtivos existentes; formação dos subericultores.
	Incentivo à instalação de empresas das fileiras da madeira e da cortiça.
	Criação de um Circuito da cortiça , envolvendo as diversas fases da produção de cortiça, desde o montado, passando pela observação da tiragem da cortiça (durante a época de tiragem) e concluindo com a visita a fábricas de transformação e a um Museu que concentrasse diversos materiais. Este circuito poderia ser organizado em cooperação com as estruturas existentes em Portalegre neste domínio, designadamente com o Museu da Cortiça.
Barragem de Montargil	Organização de circuitos turísticos dentro do Concelho e com os concelhos vizinhos que aliem diversos produtos complementares.
	Instalação de um Eco-museu na zona da Barragem de Montargil, que para produzir recursos e gerar receitas que o sustentem deverá possuir as seguintes componentes: reordenamento do território envolvente; tripla dimensão (cultural, social, económica); participação dos agentes de desenvolvimento; uma iniciativa viva, actuante e multidisciplinar, de modo a suscitar fluxos turísticos ao longo de todo o ano; articulação directa com as Escolas do Concelho; actividades bem definidas, quer em termos espaciais, quer em termos temporais, de forma a suscitar o interesse e consequente investimento dos agentes económicos; uma base de dados sobre o património global da região; serviços de apoio facilitadores da permanência dos visitantes no “Eco-museu”; serviços de cooperação e colaboração com outros “Eco-museus” nacionais e estrangeiros.

Fonte: Relatório do PDM de Ponte de Sor, 2003.

No âmbito da sustentabilidade ambiental, o PDM foca principalmente a necessidade de combater as carências ao nível do saneamento básico e de melhorar as condições de

fornecimento de água ao público. O investimento neste sector tem sido, de facto, a maior fatia no orçamento camarário em protecção ambiental dos últimos anos, sendo que algumas obras ainda se encontram a decorrer e outras irão começar a ser feitas. Este investimento procura promover a saúde pública e a qualidade de vida da população, mas também reduzir as perdas de água da rede para um valor mínimo. Ao nível do emprego este não é projecto com um impacte muito significativo. No entanto, para além dos postos de trabalho directos é importante considerar os impactes na melhoria da atractividade do concelho e respectivo contributo para a criação de postos de trabalho no futuro.

⇒ **Plano de acção orçamental para 2014**

Na apresentação do orçamento para 2014, Hugo Hilário, actual presidente da Câmara, começa por definir as vertentes prioritárias dos investimentos a realizar: a Educação, a área Social e, principalmente, a Economia. Segundo o presidente, “este é um orçamento consciente da obrigação do cumprimento total dos compromissos assumidos até então, baseado numa preocupação em tornar a estrutura autárquica cada vez mais leve e sustentável, tendo como princípios básicos a optimização de recursos humanos, a busca contínua da redução dos consumos energéticos e o incremento da eficiência dos serviços de acordo com as necessidades dos nossos Municípios.” Os objectivos estratégicos do Plano de acção orçamental para 2014 são os seguintes:

Tabela 5.10 - Objectivos estratégicos do Plano de Acção Orçamental para 2014.

OBJETIVO 1	•PROMOVER A COMPETITIVIDADE TERRITORIAL DO CONCELHO E DA REGIÃO
OBJETIVO 2	•PROMOVER A COESÃO SOCIAL
OBJETIVO 3	•MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NUM QUADRO SUSTENTÁVEL DE BEM ESTAR
OBJETIVO 4	•ASSEGURAR A MELHORIA DA EDUCAÇÃO, ASSENTE NA MELHORIA DO ENSINO, DO CONHECIMENTO E NA QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS
OBJETIVO 5	•IMPLEMENTAR UMA GESTÃO MODERNA, EFICIENTE, EFICAZ, PARTICIPATIVA E PROMOTORA DA CIDADANIA

Como se pode constatar, não foi definido um objectivo específico para desenvolvimento de acções directamente relacionadas com a criação de emprego. No entanto, considera-se que a maioria dos objectivos poderão contribuir, uns de forma mais significativa do que outros, para a criação de postos de trabalho.

Na área da sustentabilidade ambiental, além dos investimentos nas redes de **abastecimento e saneamento** (enquadrados no Objectivo 3) já referidos, a grande aposta aparece nos investimentos na **eficiência energética dos edifícios e iluminação pública** (enquadrados no Objectivo 1):

Tabela 5.11 - Investimentos em eficiência energética previstos no Orçamento de 2014.

Acções	Período	Investimento (€)
Elaboração da Carta energética do concelho	01/2014 – 12/2014	10 000
Projecto ILUPUB	01/2014 – 12/2014	13 056
Instalação de painéis fotovoltaicos em edifícios públicos	06/2014 – 06/2015	250 000
Projecto piloto – Rua LED	01/2014 – 12/2014	5000

O Projecto *ILUPUP – Melhoria da eficiência energética da iluminação pública* começou a ser implementado em Ponte de Sor em 2011, sendo que em 2014 irá entrar na terceira fase. Este projecto foi promovido pela AREANATEjo, implementado em parceria com Schröder (empresa de iluminação de Lisboa) e a CIMAA, e é cofinanciado em 85% pelo INAlentejo (com um período de retorno de apenas 6 meses). Com esta iniciativa espera-se reduzir os consumos anuais de energia em 140 000 kWh (aproximadamente 21 000 euros por ano), resultando numa redução nas emissões de 65 toneladas de CO₂. Ainda no campo da iluminação pública, o projecto piloto, em uma das ruas da cidade, de instalação de LED, poderá vir a dar origem a reduções ainda mais significativas de energia.

No âmbito da adesão ao projecto *POCTEP – RETALER – Rede Transfronteiriça de Autoridades Locais em Energias Renováveis*, surgem os investimentos na elaboração da carta energética do concelho e da instalação de painéis fotovoltaicos em edifícios públicos.

De um modo geral estes projectos são importantes para a sustentabilidade ambiental do concelho, no entanto, o seu impacto na criação de postos de trabalho é reduzido. A nível local esse impacto poderá mesmo ser nulo, se considerarmos que a maioria das obras são realizadas por técnicos vindos de fora do concelho.

A **reabilitação urbana** é outro aspecto no qual a autarquia investe, tendo como política a aquisição de edifícios urbanos abandonados e/ou degradados e a sua posterior recuperação para

habitação social (investimentos enquadrados no Objectivo 2). Esta política contribui para evitar a degradação urbana, ao mesmo tempo que se promove a integração das pessoas (em vez de se criarem “guetos”). Estas obras poderão ter algum impacte na criação de postos de trabalho, no entanto, a nível local esse impacte poderá não ser significativo. Isto acontece devido ao facto de todos os projectos a realizar serem acima dos 150 000 euros, ficando a Câmara obrigada por lei a fazer concurso público, não podendo optar por contratar uma empresa local, nem interferir no processo de recrutamento da empresa seleccionada.

Apesar da clara vontade política na recuperação de edifícios e infraestruturas desaproveitadas, estas intenções são muitas vezes bloqueadas por processos burocráticos complicados, cuja resolução está fora do alcance da Câmara. Com o agravar da crise, é significativo o número de empreendimentos que foram sendo abandonados, destacando-se os exemplos mais emblemáticos:

- ✓ Charcas Lagoon Resort – empreendimento turístico de luxo junto à barragem de Montargil; a empresa terá entrado em falência, sendo neste momento propriedade de um dos bancos; o empreendimento encontra-se à venda; uma das hipóteses avançada pela Câmara, seria transformá-lo em residência para os estudantes do novo Campus Universitário;
- ✓ Prédio da Agrifal (empresa de construção) – prédio de habitação e comércio inacabado (há mais de 10 anos), localizado na cidade de Ponte de Sor; processo ainda em tribunal, não se sabendo quando ficará resolvido; uma das hipóteses será a futura aquisição e reabilitação do edifício para transformação em prédio social;
- ✓ Hotel Sor – o único hotel dentro da cidade de Ponte de Sor, junto ao estádio de futebol; a empresa terá entrado em falência, sendo neste momento propriedade de um dos bancos; a Câmara procura investidores que possam rentabilizar este empreendimento.

Outros investimentos serão feitos em ambiente, nomeadamente na área da **protecção ao meio ambiente e conservação da natureza**:

- ✓ Construção de uma rede de percursos da natureza (a começar em Janeiro de 2014 e a terminar em Dezembro de 2015);
- ✓ Campanha de sensibilização de protecção ao ambiente (de Janeiro a Dezembro de 2014).

Estratégias locais para criação de emprego

Apesar de não existir um Plano de Acção específico para a criação de emprego, esta é uma questão para a qual a autarquia está bastante focada. De acordo com o Vereador do Ambiente, Rogério Alves, a grande linha estratégica da Autarquia para criação de emprego a nível local passa, principalmente, por aumentar a atractividade do concelho com vista à captação de investimento privado. Os principais meios utilizados para atingir este fim são:

- ✓ **Criação e melhoria de zonas industriais** (incluindo um **ninho de empresas**), capacitando-as com todas as infraestruturas necessárias e prontas para a recepção de empresas;
- ✓ Estabelecimento de **protocolos com os investidores**, com o objectivo de tornar os terrenos e infraestruturas o mais atractivos possível (por exemplo, o preço dos terrenos é inversamente proporcional ao número de postos de trabalho a serem criados pelo investimento);
- ✓ **Apoio técnico aos investidores**, por exemplo, através do encaminhamento para entidades financiadoras, nomeadamente, para entidades de gestão do financiamento europeu (ex.: a LEADERSOR¹);
- ✓ Dotação do concelho de infraestruturas que promovem a **qualidade de vida**, nomeadamente na área da cultura (por exemplo, anfiteatros onde são promovidos espectáculos culturais de grupos locais, mas também de artistas internacionais), na área do desporto (por exemplo, o estádio municipal e os campos desportivos de Montargil) e na melhoria dos espaços verdes, dotando-os de infraestruturas de suporte (por exemplo, esplanadas e aparelhos de ginástica ao ar livre);
- ✓ Apoio e promoção na **divulgação dos produtos e empresas locais** (por exemplo, através da futura divulgação no site da Câmara das empresas instaladas; apoio na ida das empresas a feiras nacionais e internacionais; e protocolo com o festival internacional Sete Sóis Sete Luas para divulgação dos produtos locais);

¹ Associação para o desenvolvimento rural integrado do Sor – entre outras serviços, gere as candidaturas do concelho ao Proder.

- ✓ Aposta na **especialização produtiva**, nomeadamente, nas áreas mais dinâmicas do concelho, com provas dadas ao nível da qualidade e competitividade: aeronáutica, indústrias agro-alimentar e agro-florestal. O turismo não é uma área prioritária no momento, no entanto, é uma das áreas onde se pretende apostar no futuro, com especial enfoque no turismo virado para a natureza (ex.: *birdwatching*)¹.

Com o objectivo de se recolherem ideias sobre estratégias políticas para a criação de emprego a nível do concelho, foi feito um resumo das principais propostas feitas neste sentido, nos programas eleitorais apresentados pelos outros partidos² nas últimas eleições. Considera-se que algumas destas ideias poderão complementar a estratégia autáquica seguida pelo actual executivo:

Tabela 5.12 - Ideias para promoção do emprego propostas nos programas eleitorais dos outros partidos (CDU, BE e PSD).

CDU	<p>Criar um Programa Municipal de Trabalho, Ocupação e Voluntariado, que garanta dignidade social a desempregados de longa-duração, a aposentados, a jovens desocupados e à procura do primeiro emprego;</p>
	<p>Criar o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento, destinado ao investidor e associações de desenvolvimento local, dinamizando e apoiando a criação de parcerias estratégicas de actuação, de apoio administrativo e de projectos a programa de apoio financeiro;</p>
	<p>Criar de forma faseada a Incubadora de Empresas, local destinado a sedear, na fase de arranque de actividade, empresários do sector económico dos serviços; Apoiar o Associativismo destes sectores, através de um regulamento municipal sério e abrangente;</p>
	<p>Reabilitar e dinamizar o Mercado Municipal de Ponte de Sor;</p>
	<p>Criar e dinamizar o Fórum de Indústria e Comércio, que assegure um espaço de discussão e de parcerias entre a autarquia, o sector e as associações representativas</p>
	<p>Apoiar a construção, a criação e a realização do Certame de Actividades Económicas (Indústria, Comércio, Serviços e Produtos Locais do Concelho de Ponte de Sor), em parceria com as associações do sector.</p>
BE	<p>Apoiar as PME locais através de incentivos municipais à criação de emprego (revisão de IMI a proprietários que usem os seus imóveis para fins comerciais, entrega dos serviços camarários de acordo com as necessidades dos comerciantes);</p>
	<p>Desenvolver, em parceria com as diversas associações, um conjunto de iniciativas com vista à divulgação e promoção e dos diversos produtos agrícolas e industriais produzidos no concelho; Nomeadamente, desenvolver uma feira anual para apresentação das actividades económicas que operam no concelho.</p>
	<p>Criar na Câmara um serviço específico de apoio ao desenvolvimento económico do concelho e de apoio aos desempregados, que faça um intercâmbio permanente entre o Município, as Associações Comercial, Industrial e Agroflorestais, bem como com o Centro de Emprego do concelho e o Polo de Formação Profissional.</p>
	<p>Promover uma política municipal de desenvolvimento industrial e comercial, no sentido de atrair investimento para o concelho, rever a zona industrial, rever o PDM, adquirir terrenos parados para os requalificar e colocar no mercado novamente, para um sistema de concessão que efectivamente crie emprego e indústria.</p>
	<p>Criação da Rota da Cortiça com sede em Ponte de Sor, abrindo a possibilidade de aumentar as</p>

¹ Encontra-se neste momento a ser desenvolvido o *Plano Operacional de Turismo do Alto Alentejo*, promovido pela CIIMA (Comunidade Intermunicipal de Municípios do Alto Alentejo).

² O partido actualmente no activo é o PS.

	áreas associadas à cortiça, nomeadamente, o artesanato, a formação profissional associada à área, a investigação científica e tecnológica, o turismo da cortiça, entre outras.
	Criar um Banco de terras locais – fazer um levantamento de terras ao abandono com potencial para actividades agrícolas; criar um gabinete que faça a ponte entre proprietários e agricultores e acompanhe todo o processo, do arrendamento ao cultivo.
PSD	Levantamento das estruturas e demais condições do concelho a nível empresarial e industrial, a serem promovidas junto do Governo e das Organizações Empresariais, para cativar investimento e a instalação de novas empresas . No mesmo sentido, dotar todas as freguesias de uma zona industrial.
	Construção de um parque ou edifício coberto que permita a realização de feiras, exposições, eventos e colóquios, que permita, simultaneamente o contacto entre os agentes económicos existentes e a sua promoção e divulgação.
	Tornar o turismo um dos grandes pólos de desenvolvimento e criação de postos de trabalho do concelho – realizar um levantamento de todas as zonas/locais de interesse turísticos, ao nível do lazer, meio ambiente, interesse histórico e arquitectónico e celebrar acordos com agentes turísticos e proprietários desses locais para elaboração de uma campanha publicitária e promoção dos mesmos, especialmente das potencialidades da barragem de Montargil.
	Constituir parcerias com os concelhos vizinhos no sentido de elaborar roteiros turísticos (rota dos vinhos, rota do azeite, rota da cortiça, rota gastronómica, rota do património cultural,...), estimulando a realização de um plano turístico integrado da zona do Alto Alentejo.

Benchmarking e boas práticas

Com o objectivo de procurar soluções locais para a criação de empregos, incluindo empregos verdes, poderá ser útil perceber quais as estratégias experimentadas por outros municípios nacionais e internacionais. Neste sentido, procurou-se saber se a Câmara desenvolve processos de *benchmarking*, de forma a conhecer as melhores práticas desenvolvidas nesta área. Concluiu-se que embora se tente ir sabendo o que acontece lá fora (por exemplo, através dos contactos com a CIMAA), este não é um processo que se faça de forma sistemática ou para o qual se desenvolvam medidas específicas. Uma forma de fazer isto poderá ser a integração em redes de cooperação entre cidades e vilas sustentáveis (por exemplo, o ICLEI¹). É importante realçar que nem todas as soluções que resultam num outro local irão resultar em Ponte de Sor, no entanto, o acesso a informação será sempre uma mais valia para o desenvolvimento das melhores estratégias a implementar no município. Além disso, é mais uma forma de divulgar o concelho e as suas boas práticas, aumentando a sua visibilidade para futuros investidores e moradores.

¹ O ICLEI é a maior associação a nível mundial de cidades e governos locais dedicada ao desenvolvimento sustentável. Inclui 12 mega-cidades, 100 super-cidades, 450 cidades grandes e 450 médias e pequenas cidades e vilas, em 86 países (incluindo Portugal).

5.2 Identificação dos sectores chave para criação de empregos verdes no concelho

Foram analisados os sectores indicados pela bibliografia como tendo maior potencial para criação de empregos verdes, em relação à situação ao nível do concelho, tendo-se identificado os seguintes sectores chave para criação de empregos verdes em Ponte de Sor:

Tabela 5.13 - Identificação dos sectores chave para criação de empregos verdes em Ponte de Sor.

Sectores chave para criação de empregos verdes (bibliografia)	Análise da situação em Ponte de Sor
Agricultura sustentável	A agricultura e indústria agro-alimentar são duas das principais actividades económicas do concelho; a indústria agro-alimentar é uma das áreas onde a autarquia se foca para criação de emprego.
Exploração sustentável da floresta	A cortiça é a principal actividade económica (sector privado) do concelho; a indústria agro-florestal é uma das áreas onde a autarquia se foca para criação de emprego.
Pesca sustentável	Existe pesca de rio, mas não é muito significativo.
Manufatura (com uso intensivo de recursos naturais)	Pouco significativo no concelho.
Energias renováveis	Concelho com muito potencial para instalação de energias renováveis, nomeadamente energia solar (cerca de 2600 horas de sol por ano).
Reciclagem	Será uma das actividades mais empregadoras no concelho num futuro próximo; proximidade com a Valnor é um dos motivos apontados como mais valia, havendo possibilidade de atrair outros investimentos nesta área.
Construção sustentável	Concelho em encolhimento; o sector da construção encontra-se estagnado.
Melhoria da eficiência energética de edifícios	Grande potencial para melhoria dos edifícios públicos, com especial enfoque nos edifícios de habitação social.
Transportes urbanos sustentáveis	Concelho com uma densidade populacional muito reduzida; o custo-benefício do investimento seria muito elevado, no entanto poderá ser uma das áreas de investimento no futuro.
Valorização energética de resíduos	Esta valorização é feita pela Valnor (localizada em outro concelho).

Tendo em conta a análise realizada no enquadramento teórico (ponto 3.5.3) de cada um dos sectores identificados na tabela anterior e dos dados recolhidos a nível local, pode concluir-se o seguinte em relação à situação no concelho de Ponte de Sor:

Agricultura sustentável

Conforme referido, no caso do pastoreio, uma das principais actividades agrícolas do concelho, o número de postos de trabalho não aumentam com a passagem para processos

biológicos. No entanto, esta passagem poderá valorizar este sector, nomeadamente nos mercados internacionais, ao mesmo tempo que se contribui para a salubridade ambiental da região. É, no entanto, necessária uma melhor estratégia de mercado, que favoreça de igual forma todos os intervenientes da cadeia de valor.

As outras actividades agrícolas do concelho, de onde se destaca a produção de azeite, mel e hortícolas, poderão ser um ponto forte a apostar, tendo como objectivo a criação de empregos verdes. Como ficou demonstrado no enquadramento teórico, a produção biológica de hortícolas tem a necessidade de mais mão de obra em relação à produção não biológica, além de trazer outros benefícios, de onde se destaca o maior interesse dos jovens por esta área, o que poderá contribuir em muito para o desenvolvimento do concelho. A criação de uma bolsa de terras (ideia indicada pelo BE no programa eleitoral das últimas eleições – tabela 5.12), em conjunto com incentivos à agricultura biológica (acesso a financiamento europeu e/ou incentivos autárquicos, por exemplo um imposto mais reduzido) poderiam dar um contributo importante nesse sentido.

Exploração sustentável da floresta

No caso da extracção de cortiça, a certificação da floresta de Montado não acrescenta um valor significativo ao produto extraído, sendo que a adesão à certificação não acrescenta postos de trabalho nem riqueza ao produtor. No entanto, a preferência por cortiça certificada por parte da indústria corticeira (por exemplo na Sedacor) trazem algumas vantagens para quem investe na certificação da sua exploração. Além disso, contribui para a valorização do sector e acima de tudo para a garantia da manutenção do Montado, prevenindo o seu declínio, devendo por isso ser incentivada. Uma outra forma de prevenir o declínio do Montado é garantir que a exploração deste seja feita por técnicos especializados, com conhecimentos de boa gestão. Neste sentido, considera-se muito importante a criação do curso de *Técnico preparador de cortiça*, que não só garante que se adquirem as competências necessárias, como se garante a criação de postos de trabalho a nível local.

De uma forma geral, quando feito da maneira correcta, todos os postos de trabalho ligados ao sector da cortiça podem ser considerados verdes, pelo seu contributo para a preservação deste ecossistema tão importante.

Outras actividades ligadas ao Montado têm o potencial de criar postos de trabalho verdes, nomeadamente, as identificadas na tabela 5.6:

- ✓ Plantas aromáticas e medicinais;
- ✓ Recursos silvestres (espargos, cogumelos, túberas);

- ✓ Conservação da natureza (habitats, recursos genéticos, fauna e flora);
- ✓ Desportos (trail, ciclovias);
- ✓ Lazer (percursos pedestres, piqueniques, *birdwatching*);
- ✓ Turismo rural e ambiental.

De realçar que para além dos postos de trabalhos directos criados por estas actividades, há também que ter em conta a criação de postos de trabalho indirectos e induzidos, por exemplo, pelo aumento de fluxo turístico na região.

Energias renováveis

Ao nível das energias renováveis, em Ponte de Sor destaca-se a produção de energia a partir da força da água (barragem de Montargil). No entanto, tendo em conta o clima da região (principalmente o número elevado de horas de sol), outras opções devem ser estudadas e aproveitadas. À partida, o maior potencial do concelho para as energias renováveis encontra-se na captação da energia do sol, devendo também serem consideradas outras opções, como, por exemplo, a energia da biomassa. Conforme se analisou no enquadramento teórico, a criação de empregos directos ligados a estas energias não são em número significativo (por exemplo, no caso da energia solar, a maioria dos empregos encontram-se ligados ao fabrico dos equipamentos e não à instalação e manutenção). No entanto, o impacte das poupanças na factura de energia poderá contribuir para a criação de empregos induzidos e para aumentar a resiliência da economia local.

Melhoria da eficiência energética dos edifícios e infraestruturas

Tendo em conta o potencial para instalação de energias renováveis e o número significativo de edifícios públicos, nomeadamente edifícios de habitação social, existentes no concelho, considera-se existir um grande potencial para melhoria da eficiência energética em Ponte de Sor. Conforme foi referido, esta tem sido uma das medidas mais usadas para criação de empregos verdes ao nível urbano, englobando não só a instalação de energias renováveis, mas também a melhoria nos isolamentos, instalação de tectos verdes, entre outras medidas. A bibliografia indica ainda a vantagem em inserir estas melhorias nos edifícios de habitação social, reduzindo a factura energética da população mais pobre e promovendo assim o equilíbrio social (uma das grandes prioridades do actual executivo autárquico).

No caso de Ponte de Sor, essas melhorias poderão não só passar pela melhoria da eficiência energética dos edifícios e infraestruturas públicos, mas também por criar incentivos para a

instalação por privados. No entanto, considera-se fundamental que a autarquia lidere este processo através do exemplo, melhorando primeiro os seus próprios edifícios e infraestruturas (como o que já se encontra a fazer com a iluminação pública e o que pretende realizar com a instalação de painéis fotovoltaicos). Na perspectiva da criação de postos de trabalho a nível local, destacam-se alguns constrangimentos, nomeadamente a obrigatoriedade de fazer contratos públicos para projectos acima dos 150 000 euros, sem possibilidade de dar preferência à contratação local. No entanto, considera-se que uma boa articulação com o IEFP, e respectivos cursos com ligação à eficiência energética (identificados na tabela 5.8), poderá ser uma ajuda para que os postos de trabalho criados através desta medida cheguem aos desempregados locais, quanto mais não seja em projectos de baixo valor.

Independentemente dos postos de trabalho criados através desta medida, a redução na factura energética da autarquia será significativa, podendo esse dinheiro ser usado para medidas específicas, por exemplo para criação de postos de trabalho verdes ligados à conservação dos activos ambientais do concelho (ex.: empregos temporários de Verão para limpeza e sensibilização ambiental na barragem de Montargil).

Reciclagem

A vinda da fábrica de *Prodelix* para Ponte de Sor demonstra o grande potencial do concelho para atrair esta indústria verde. A proximidade com a Valnor, em conjunto com a existência de excelentes zonas industriais, poderão ser factores a explorar para atrair mais indústrias e negócios ligados à reciclagem de resíduos. Com o aumento da taxa de recolha, que muito se deve ao trabalho feito em sensibilização junto da população e um maior número de resíduos triados (por exemplo, a triagem de rolhas de cortiça já está a ser feita há algum tempo), aumentam as possibilidades de negócios associados a este sector.

Turismo sustentável

Embora não tendo sido referido directamente pelas fontes bibliográficas analisadas como um sector com grande potencial para criação de empregos verdes, este sector aparece referido nos tópicos da agricultura sustentável e da exploração sustentável da floresta. Estas duas actividades quando analisadas em conjunto com os três grandes activos ambientais do concelho: Montado, Barragem de Montargil e Clima, colocam Ponte de Sor numa posição previligiada para explorar o seu potencial turístico. É importante realçar que no contexto de um crescimento verde, os empreendimentos turísticos não poderão pôr em causa a qualidade ambiental, devendo pelo contrário rentabilizar os activos ambientais de uma forma sustentável, contribuindo para a

sua preservação e divulgação. Para além do contributo da agricultura biológica e exploração sustentável da floresta, foram identificadas outras ideias/sugestões ao longo do diagnóstico que podem contribuir para o turismo sustentável da região, das quais se destacam:

- ✓ Limpeza da água e margens da barragem de Montargil e sensibilização de moradores e visitantes;
- ✓ Instalação de um Eco-museu na barragem de Montargil (proposta do PDM – tabela 5.9);
- ✓ Criação de uma Rota da Cortiça (proposta do PDM – tabela 5.9; ideia indicada pelo BE no programa eleitoral das últimas eleições – tabela 5.8) – como exemplo a nível nacional destaca-se a Rota da Cortiça desenvolvida em São Brás de Alportel no Algarve (www.rotadacortica.pt);
- ✓ Organização de outros circuitos turísticos no concelho e com os concelhos vizinhos (circuito do vinho, do mel, do azeite, etc.) (proposta do PDM – tabela 5.9; ideia indicada pelo PSD no programa eleitoral das últimas eleições – tabela 5.8).

5.3 Identificação dos principais obstáculos à criação de emprego verdes no concelho

Para a identificação dos principais obstáculos à criação de empregos verdes a nível local foi pedido a empresas de Ponte de Sor, pertencentes a sectores com potencial para a criação deste tipo de emprego que respondessem ao inquérito do Anexo II. As empresas contactadas foram as seguintes (o sector da Reciclagem não foi contemplado, visto que as empresas referidas na caracterização ainda não se encontram instaladas no concelho):

Tabela 5.14 - Empresas contactadas para identificação dos principais obstáculos à criação de empregos em Ponte de Sor.

Sectores chave para criação de empregos verdes	Empresas contactadas	Observações
Exploração sustentável da floresta	Amorim Florestal (Fábrica da zona industrial de Ponte de Sor)	Questionário respondido por e-mail (26-02-14)
	Amorim Florestal e Amorim e Irmãos (Fábrica de Salteiros)	Questionário respondido através de entrevista (05-03-14)
	Álvaro Coelho Irmão 2 SA	Questionário respondido através de entrevista (25-02-14)
	Sedacor	Questionário respondido através de entrevista (26-02-14)
Agricultura biológica e Turismo Sustentável	Herdade do Gamoal	Questionário respondido por e-mail (05-03-14)
	Casal Vale de Salteiros	Não foi possível estabelecer contacto (presencial, telefone ou e-mail (enviado a 26-02-14))
Energias renováveis e Melhoria da eficiência energética	Sunenergy	Questionário respondido através de entrevista (26-02-14)

A maioria dos entrevistados respondeu ser a primeira vez que lhe pediam para identificar os principais obstáculos à criação de emprego na sua área de actividade. A única empresa que referiu já ter sido consultada directamente sobre este tema foram os Amorim, referindo ter participado em diversos fóruns sobre este tema, nomeadamente promovidos pela Câmara Municipal.

Tabela 5.15 - Identificação dos principais obstáculos à criação de empregos verdes em Ponte de Sor.

Empresa	Pessoa contactada	Nº de trabalhadores	Tendência	Salário Médio (bruto em €)	Obstáculos identificados
Álvaro Coelho Irmão 2 SA	Gonçalo Veloso (Director de Fábrica)	20	A perspectiva é para estabilizar e daqui, a pelo menos um ano, começarem a ser criados novos postos de trabalho.	Mulheres – 795 Homens – 820	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de acesso a financiamento – empresa internacional muito dependente dos mercados externos que sofreu particularmente os efeitos da crise financeira de 2008; - Habilitações desadequadas – falta de adequação dos conteúdos dos cursos com as necessidades reais das empresas (tanto a nível local nos cursos profissionais desenvolvidos, como a nível nacional nos cursos universitários); - Falta de uma estratégia de desenvolvimento a nível do concelho que coordene todos os parceiros sociais (principalmente: as empresas, o Centro de Emprego e as instituições de ensino); - Fraca aposta na especialização produtiva (falta de foco em áreas com maior potencial).
Amorim Florestal (Fábrica da Zona Industrial)	Cid Pereira (Director de Fábrica)	180 (aumento sazonal durante os meses de tiragem)	Prevê-se um aumento do número de postos de trabalho já a partir deste ano.	Não divulgado	<ul style="list-style-type: none"> - População com baixas habilitações/habilitações inadequadas/envelhecida; - Falta de infraestruturas de conectividade (tanto rodoviárias como ferroviárias); - Falta de uma organização empresarial a nível local, capaz de criar estratégias de mercado em conjunto; - Fraca aposta na especialização produtiva (falta de foco em áreas com maior potencial).
Amorim Florestal e Amorim e Irmãos (Fábrica de Salteiros)	Deliodoro Martins (Director de Recursos Humanos)	Amorim Florestal – 83 Amorim e Irmãos – 19 (aumento sazonal durante os meses de tiragem)	A perspectiva é para manter o número de postos de trabalho nos próximos anos.	Cerca de 800	<ul style="list-style-type: none"> - Habilitações desadequadas – falta de adequação dos conteúdos dos cursos com as necessidades reais das empresas (tanto a nível local nos cursos profissionais desenvolvidos, como a nível nacional nos cursos universitários); - Falta de infraestruturas de conectividade (tanto rodoviárias como ferroviárias); - Falta de infraestruturas de apoio à competitividade (ex.: campus universitário). - Procedimentos institucionais rígidos e demasiado burocratizados (ex.: na contratação de estagiários através do IEFP).
Sedacor	Vitor Sá (Director de Serviços)	20	Prevê-se um aumento no número de postos de trabalho já a partir deste ano.	Não divulgado	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de apoio ao empreendedorismo; - Falta de infraestruturas de conectividade (tanto rodoviárias como ferroviárias); - Falta de infraestruturas de apoio à competitividade (ex.: campus universitário).

Tabela 5.15 - Identificação dos principais obstáculos à criação de empregos verdes em Ponte de Sor.

Empresa	Pessoa contactada	Nº de trabalhadores	Tendência	Salário Médio (bruto em €)	Obstáculos identificados
Sunenergy	Nuno Marques (Gerente)	2 fixos Cerca de 8 por obra	Irá ser criado pelo menos mais um posto de trabalho fixo este ano; o número de obras previstas aumentou significativamente em relação aos anos anteriores.	Não conhecido (técnicos de montagem são contratados através de empresa subcontratada)	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de apoio ao empreendedorismo (por exemplo: descida do IMI para PME); - Falta de infraestruturas de apoio à competitividade (ex.: campus universitário); - Falta de uma organização empresarial a nível local, capaz de criar estratégias de mercado em conjunto; - Falta de uma estratégia de desenvolvimento a nível do concelho que coordene todos os parceiros sociais.
Herdade do Gamoal	Margarida Courinha Martins (Gerente)	4 sazonais (de Março a Dezembro)	A perspectiva é para manter o número de postos de trabalho.	500	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de apoio ao empreendedorismo; - Falta de uma estratégia de desenvolvimento a nível do concelho que coordene todos os parceiros sociais; - Falta de acções de promoção do concelho a nível nacional e internacional.

6 Análise de resultados

O tema do crescimento verde, e respectiva criação de empregos verdes, é relativamente recente na comunidade internacional, sendo que os conceitos se encontram ainda a ser afinados e os indicadores de monitorização a ser desenvolvidos, assim como as linhas de orientação para a sua implementação. Este é, no entanto, um assunto urgente, visto que o modelo de desenvolvimento usado até agora tem desencadeado diversas crises, com um impacto particularmente grave ao nível do mercado de trabalho. Neste contexto, é importante perceber que não existe uma solução simples para o problema do emprego, tanto a nível global, como ao nível local. No entanto, torna-se claro que em caso algum o ambiente deve ser visto como um tema não urgente, visto que a sua degradação tem impactes muito significativos na economia e no meio social e consequentemente no mercado de trabalho. Pelo contrário, a sustentabilidade ambiental deve ser vista como um diferenciador das regiões, dando um contributo importante para a prosperidade e competitividade das mesmas e respectiva criação de postos de trabalho.

Ao nível político, enquanto que no quadro internacional e europeu, o crescimento verde e os empregos verdes começam já a ser incluídos nas estratégias de desenvolvimento e criação de postos de trabalho, a nível nacional isso ainda não se verifica. Apesar do discurso político insistir neste ponto como sendo uma área estratégica na criação de riqueza e emprego, e apesar de Portugal ter assinado a Declaração de crescimento verde da OCDE, não foi ainda desenvolvido um plano estratégico a nível nacional que foque especificamente a criação de empregos verdes. A nível regional, o Plano de Acção Regional para o Alentejo, ainda em fase de desenvolvimento, propõe que se crie uma iniciativa-âncora específica para a economia verde, reconhecendo à partida o enorme potencial desta área para o crescimento económico e criação de emprego na região alentejana.

No caso de Ponte de Sor, o diagnóstico realizado permitiu tirar algumas conclusões importantes para a criação de empregos verdes no concelho, nomeadamente as seguintes:

- O concelho de Ponte de Sor encontra-se numa situação de declínio, comum a muitas regiões rurais do globo: fuga de jovens, envelhecimento da população e baixas habilitações, com impactes negativos a todos os níveis da sustentabilidade, principalmente ao nível do emprego;
- Existe uma grande dificuldade em encontrar dados detalhados sobre as actividades económicas e o mercado de trabalho do concelho nas entidades locais, com influência no mercado de trabalho (Centro de Emprego, Autarquia, ACIPS e SINDEQ);

- Muitos dos postos de trabalho em Ponte de Sor podem ser considerados verdes, nomeadamente os associados ao sector da cortiça, agricultura biológica, energias renováveis e turismo ecológico;
- O concelho detém activos ambientais de grande valor, de onde se destacam o Montado, a Barragem de Montargil e o Clima, sendo que alguns serviços fornecidos por estes activos são já rentabilizados, enquanto que outros poderão ainda ser explorados;
- A ligação entre as competências desenvolvidas nos cursos profissionais (Escola Secundária e IEFP) e o mercado de trabalho poderá ser melhorada, nomeadamente através de parcerias entre empresas e entidades formadoras (ex.: parceria entre a Escola Secundária e os Amorim, no curso de *Técnico preparador de cortiça*);
- A Autarquia desenvolve acções que poderão contribuir para a criação de postos de trabalho verdes, no entanto, não existe um plano estratégico que se foque especificamente na criação de emprego no geral, nem empregos verdes em particular;
- Segundo o método desenvolvido nesta dissertação, as áreas com maior potencial para criar empregos verdes no concelho são: agricultura sustentável, exploração sustentável da floresta, energias renováveis, melhoria da eficiência energética de edifícios e infraestruturas, reciclagem e turismo sustentável;
- A maioria das empresas contactadas (pertencentes a sectores com potencial para criar empregos verdes), no âmbito da presente dissertação, têm a perspectiva de criar mais postos de trabalho já a partir deste ano;
- Os principais obstáculos no concelho para a criação de emprego, identificados pelas empresas contactadas, foram:
 - ✓ Habilitações inadequadas – falta de adequação dos conteúdos dos cursos/programas escolares às necessidades reais das empresas locais;
 - ✓ Falta de uma estratégia de desenvolvimento a nível do concelho que coordene todos os parceiros sociais locais;
 - ✓ Fraca aposta na especialização produtiva (falta de foco nas áreas com maior potencial);

- ✓ Falta de infraestruturas de conectividade (tanto rodoviárias, como ferroviárias);
- ✓ Falta de uma organização empresarial a nível local capaz de criar estratégias de mercado em conjunto;
- ✓ Falta de apoio ao empreendedorismo;
- ✓ Falta de infraestruturas de apoio à competitividade (ex.: campus universitário com cursos nas áreas com maior potencial no concelho);
- ✓ Procedimentos institucionais rígidos e demasiado burocratizados;
- ✓ Falta de acções de promoção do concelho a nível nacional e internacional.

Voltando à questão colocada na introdução: *Terá Ponte de Sor boas condições para fazer a transição para uma economia verde e criar empregos verdes? E, se não, o que lhe falta?*, pode concluir-se que sim, Ponte de Sor tem boas condições para fazer uma transição para uma economia verde e criar empregos verdes. Este é um facto demonstrado, por um lado, pela tendência de crescimento nos principais sectores económicos existentes (agro-alimentar e agro-florestal) e a desenvolver no concelho (reciclagem); por outro, pela existência de activos ambientais de grande valor, que abrem portas a novas oportunidades para a criação de postos de trabalho que contribuam para a conservação ou melhoria da qualidade ambiental.

No entanto, a não existência de linhas estratégicas específicas a nível político, tanto a nível nacional como ao nível da autarquia, poderá tornar o processo lento e pouco robusto. As falhas na disponibilidade de dados, e na cooperação entre os vários actores com influência no mercado trabalho, revelam a necessidade de planear as acções a tomar, com vista à criação de mais e melhores postos de trabalho, incluindo empregos verdes. Ao contrário do que acontece em outras regiões, como por exemplo em Copenhaga, as evidências demonstram que no caso português as instituições não estão a conseguir garantir a criação de postos de trabalho de forma eficaz, reforçando-se a necessidade de criar um plano de acção específico a nível local.

A existência de um plano de acção para criação de emprego, que englobe a criação de empregos verdes como um eixo fundamental, conforme recomendado pela UE, parece ser a melhor solução para Ponte de Sor. Este plano traria várias vantagens ao concelho, entre elas:

- ✓ Uma organização interna mais eficiente e flexível;
- ✓ Uma maior facilidade em envolver todas as partes interessadas, incluindo o cidadão comum, nos temas referentes à sustentabilidade do concelho, entre eles a criação de postos de trabalho;

- ✓ Uma forma de divulgação das boas práticas e boa governação do concelho, com vista à captação de investidores, incluindo investidores verdes;
- ✓ Uma garantia de que o crescimento económico não se faça à custa da degradação ambiental, promovendo a rentabilização sustentável e conservação dos activos ambientais do concelho.

7 Linhas de orientação para criação de empregos verdes em Ponte de Sor

Apesar dos esforços para criação de empregos a nível local, incluindo empregos verdes (embora de forma indirecta), nomeadamente, por parte da Autarquia, do Centro de Emprego e das empresas locais, considera-se que este processo seria muito mais eficiente se existisse um plano de acção estratégico a nível do concelho, específico para a criação de emprego. A criação de empregos verdes deverá ser um dos eixos fundamentais a incluir nesse plano, por todos os motivos apresentados ao longo da presente dissertação, em especial a rentabilização sustentável dos activos ambientais do concelho.

Em relação ao eixo *Empregos Verdes*, a incluir num plano de acção abrangente para criação de empregos em Ponte de Sor, recomenda-se que se sigam as seguintes linhas de orientação:

1. **Envolver todos os parceiros sociais com influência no crescimento verde do concelho**, nomeadamente: Autarquia, Centro de Emprego, Empresas com potencial para criação de empregos verdes (entre estas, as identificadas na tabela 5.14), Associações (AFLOSOR, LEADERSOR, ACORPSOR, ACIPS, SINDEQ, entre outras) e todos os cidadãos interessados. Para além de reuniões presenciais, devem ser consideradas outras formas de participação cívica, por exemplo a criação de fóruns abertos no site da Câmara Municipal;
2. **Definir claramente os conceitos de crescimento verde e empregos verdes a nível local**, em conjunto com todos os parceiros sociais. Nenhuma das pessoas contactadas conhecia estes conceitos, pelo que este será um ponto importante a desenvolver, para que todos se revejam na estratégia a definir. Recomenda-se a utilização dos critérios propostos pela OCDE para a construção do conceito de empregos verdes a nível local (tabela 3.5);
3. **Desenvolver um conjunto de indicadores de crescimento verde a nível local**, em conjunto com todos os parceiros sociais. Esta base de indicadores deverá ser facilmente atualizável e deverá ainda estar disponível para consulta por parte de todos os interessados no tema. Como orientação, recomenda-se como base a utilização dos indicadores propostos pela OCDE (tabela 4.1 e figura 4.1), sendo que o primeiro passo será definir quais desses são mais relevantes no concelho de Ponte de Sor e ainda quais são possíveis de medir no momento;

4. **Definir um conjunto de objectivos, metas e respectivas acções concretas** para a sua concretização, em conjunto com todos os parceiros sociais. Estes objectivos deverão ser periodicamente monitorizados e, caso não estejam a ser atingidos, deverão ser definidas melhorias. Os resultados desta monitorização deverão ser públicos.

Os objectivos, e respectivas acções a desenvolver, deverão estar em linha com os objectivos da Estratégia Europa 2020 e as recomendações da UE para a criação de empregos verdes (ponto 4.2); e ainda com o Plano de Acção Regional Alentejo 2020 (ponto 4.4), principalmente quando se pretenda recorrer a financiamento europeu. Além disso, recomenda-se ter em consideração os seguintes pontos:

- ✓ **Ter em consideração as interligações entre as várias esferas da sustentabilidade** com vista à prosperidade (conforme definida pela UN-Habitat - figura 3.3) do concelho;
- ✓ **Sensibilizar todos os parceiros sociais sobre os impactes da degradação ambiental na economia local.** É importante uma consciência partilhada sobre a ligação entre ambiente e economia, em particular a sua influência no mercado de trabalho local, principalmente por parte dos decisores políticos e empresariais;
- ✓ **Promover parcerias entre as entidades de ensino e as entidades empregadoras,** com vista à adaptação dos conteúdos desenvolvidos nos cursos e as necessidades reais do mercado de trabalho e respectiva facilitação da entrada dos alunos no mercado de trabalho local;
- ✓ **Desenvolver competências na área do empreendedorismo sustentável e apoio ao empreendedorismo sustentável** – criação do próprio emprego em áreas com potencial de crescimento verde, nomeadamente, nas áreas identificadas como tendo potencial para a criação de empregos verdes (ex.: reciclagem, turismo sustentável, etc.). Uma ideia poderá ser a realização de um concurso anual para a melhor ideia para criação de empregos locais sustentáveis, a ser cofinanciada pela Câmara em parceria com outros parceiros sociais interessados em desenvolver a ideia;
- ✓ **Valorizar de forma sustentável os activos ambientais do concelho** – enfoque não só nas áreas já exploradas, mas também em outras ainda por explorar e com potencial no concelho (ponto 5.1.6). Neste ponto é importante o investimento em inovação e a aposta na diferenciação;

- ✓ **Garantir a preservação dos activos ambientais**, em especial do Montado de Sobro, investindo em projectos e medidas que promovam a sua preservação, nomeadamente, garantindo que os produtores têm vantagens económicas no investimento nas práticas mais sustentáveis de exploração;
- ✓ **Enfoque nas áreas com potencial para criação de empregos verdes no concelho**, nomeadamente a agricultura biológica, a exploração sustentável da floresta, a melhoria da eficiência energética de infraestruturas e edifícios (em particular os edifícios de habitação social), a reciclagem e o turismo sustentável (ponto 5.2);
- ✓ **Captar investimento verde**, por exemplo, através da promoção do concelho relativamente à qualidade dos seus activos ambientais, às boas práticas na gestão dos mesmos e aos apoios ao empreendedorismo (por exemplo, a existência de infraestruturas industriais de grande qualidade). Uma ideia poderá ser a realização de um vídeo sobre o concelho para divulgação no site da Câmara Municipal, mas não só (feiras, conferências, congressos, etc.), em português e em inglês (e eventualmente noutras línguas);
- ✓ **Criar um espaço para divulgação das empresas e produtos verdes locais** (ex.: um mercado mensal no centro da cidade e/ou um Eco-museu junto à barragem de Montargil ou em outro local a definir);
- ✓ **Integrar a cidade de Ponte de Sor em redes de cidades e vilas sustentáveis**, não só para aumentar o conhecimento sobre as melhores práticas, mas também para divulgação do concelho;
- ✓ **Desenvolver medidas de minimização dos obstáculos à criação de emprego no concelho**, nomeadamente, os obstáculos identificados pelas empresas com maior potencial para criação de postos de trabalho verdes (tabela 5.15).

8 Considerações finais

A discussão à volta do tema do crescimento verde tem assumido um papel relevante a nível global. A percepção da ineficiência do modelo de desenvolvimento actualmente utilizado tem levado cada vez mais actores a procurarem alternativas sustentáveis, sendo cada vez maior o consenso em torno da procura por um crescimento mais verde e justo. No entanto, o caminho a percorrer para atingir esta visão não é ainda claro, estando ainda a ser desenvolvido. Este facto não deverá, no entanto, servir de desculpa para a inacção, tendo em conta a urgência das crises entretanto despoletadas, nomeadamente, o agravar do desemprego e das más condições de trabalho.

Em relação à sustentabilidade ambiental, torna-se cada vez mais claro que esta não pode ser considerada um assunto não urgente, em relação a outras questões que emergiram da crise económica de 2008. Pelo contrário, as evidências demonstram, por um lado, os efeitos negativos da degradação ambiental no meio económico e social e, por outro, o enorme potencial do crescimento verde para criar empregos e riqueza. Apesar disso, as evidências também demonstram que tal só acontece se forem criadas as condições certas.

No caso de Ponte de Sor, apesar de actualmente apresentar boas condições para crescer de uma forma mais verde (nomeadamente, um perfil industrial assente em indústrias pouco poluentes; e activos ambientais valorizados pelo mercado e com potencial para serem ainda mais), considera-se que a falta de um quadro político de suporte a nível nacional, e a falta de planeamento e coordenação a nível local, poderão tornar o processo lento e pouco robusto, comprometendo assim a sustentabilidade do desenvolvimento futuro do concelho.

9 Referências bibliográficas

Amorim (2012): *Relatório de sustentabilidade 2012*; Lisboa.

Carta estratégica de Ponte de Sor (1996); Ponte de Sor.

CCDR Alentejo (2013): *Proposta do Plano de Acção Regional Alentejo 2020*.

Comissão Europeia (2013): *European Employment Observatory Review: Promoting green jobs throughout the crisis: a handbook of best practices in Europe*; Luxemburgo.

Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (2013): *Green Jobs: draft guidelines for the statistical definition and measurement of employment in environmental sector*; Department of Statistics.

Costa, P. (2004): *Atlas do potencial eólico para Portugal continental*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de mestre em Ciências e Engenharia da Terra; Lisboa.

Diagnóstico Social de Ponte de Sor 2008-2010; Ponte de Sor.

Estudos de caracterização do PDM de Ponte de Sor (1998); Ponte de Sor.

Governo de Portugal (2013): *Estratégia de Fomento Industrial para o crescimento e o emprego 2014 – 2020*; Lisboa.

Jornal Ecos do Sor: entrevista ao Presidente da Câmara Municipal Hugo Hilário (Dezembro de 2013), entrevista ao gerente da empresa Fuschia Fusion Luís Lourença (Fevereiro de 2014).

Lei 22/2012 de 30 de Maio; Diário da República Portuguesa.

Mateus, A. (2012): *Alto Minho, Desafio 2020 – Plano de desenvolvimento do Alto Minho, Como tornar o Alto Minho uma região competitiva*; Vila Nova da Cerveira.

OCDE (2006): *The new rural paradigm: policies and governance*; OECD Publishing; doi: 10.1787/9789264023918-en.

OCDE (2010): *Green Jobs and Skills: the local labour market implications of addressing climate change*; OECD Publishing.
www.oecd.org/dataoecd/54/43/44683169.pdf?contentId=44683170.

OCDE (2011): *A caminho do crescimento verde: um sumário para decisores políticos*.

OCDE (2012): *Measuring the potential of local green growth – an analysis of Greater Copenhagen*; LEED Programme.

OCDE (2013): *Green Growth in Cities*; OECD Green Growth Studies, OECD Publishing.
<http://dx.doi.org/10.1787/9789264195325-en>.

OCDE (2013b): *Rural-urban partnerships: an integrated approach to economic development*; OECD Publishing; doi: 101787/9789264204812-en.

OIT (2011): *Green jobs becoming a reality: progress and outlook 2012*.

OIT (2012): *Working towards sustainable development: opportunities for decent work and social inclusion in a green economy*. A report by the green jobs initiative; Geneva.

OIT (2013): *Desenvolvimento sustentável, trabalho digno e empregos verdes. Relatório V – Quinto ponto da ordem de trabalhos*; Conferência Internacional do trabalho.

OIT (2014): *Executive Summary: Global Employment Trends 2014 – Risks of a jobless recovery?*

Pintão, M. (2010): *As potencialidades do sector aeronáutico e o seu contributo para o desenvolvimento local. O caso de Ponte de Sor*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de mestre em Cultura e Formação Autárquica; Lisboa.

Plano orçamental para 2014; Ponte de Sor.

PNUA (2011): *Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza – síntese para tomadores de decisão*; www.unep.org/greeneconomy.

Política de compra de cortiça da JPS Corkgroup (2010); exposta no balcão de atendimento da Fábrica da Sedacor de Ponte de Sor.

Pólvora, R. (2011): *Avaliação de emprego verde em estratégias e planos para a sustentabilidade das cidades*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção de grau de mestre em Engenharia do Ambiente; Lisboa.

Pratas-Dias, G., Ramos, T.B., Pipio, A., Fuentes, A., Valente, S. (2009): *Estudo sobre empregos verdes em Portugal*. Estudo elaborado pela CEEETA – ECO e pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Lisboa.

Relatório de contas de 2012 da Câmara Municipal de Ponte de Sor.

Relatório do PDM de Ponte de Sor (2003); Ponte de Sor.

UN-Habitat (2013): *State of the world cities 2012/2013: Prosperity of cities*.

URBACT II (2013): *More jobs: better cities – a framework for city action on jobs*; European Union.

Sítios na internet

www.oecd.org – dados do desemprego (2014); estratégia de crescimento verde (2014); projectos LEED (2014)

www.greenknowledge.org – plataforma internacional para o conhecimento sobre crescimento verde (2014)

www.cidadessustentaveis.org.br – ecodistritos (2013)

ec.europa.eu – política regional (2014); estratégia europa 2020 e fundos europeus (2014)

www.agroforestry.co.uk – benefícios dos sistemas agroflorestais (2014)

www.igeo.pt – mapa de regimes de utilização do solo do concelho de Ponte de Sor (2014)

www.abae.pt – associação bandeira azul (2014)

greensavers.sapo.cv – florestas certificadas em Portugal (2012); emprego e reciclagem (2012)

www.ilo.org – objectivos do Programa Empregos Verdes (2014)

www.cm-pontedesor.pt – mapa de freguesias (2014); vista panorâmica da cidade (2014)

www.pordata.pt – dados estatísticos do INE

naturlink.sapo.pt – foto de tiragem da cortiça de Júlia Almeida (2014)

www.greencork.org – projecto greencork (2014)

www.quercus.pt – exportações de cortiça em Portugal (2014)

www.pimensor.pt – informações sobre a empresa (2014)

www.meteo.com – mapas de temperatura média, horas de sol e precipitação (2014)

ANEXOS

ANEXO I

QUESTIONÁRIO - ENTIDADES DE FORMAÇÃO

Entidade formadora:_____ **Pessoa contactada:**_____

1. Como é feita a ligação entre os cursos desenvolvidos e o mercado de trabalho?

2. São realizados cursos nas seguintes áreas?

Áreas de formação	Sim	Não	Observações
Agricultura biológica			
Exploração sustentável da floresta			
Energias renováveis			
Reciclagem			
Construção sustentável			
Eficiência energética de edifícios			
Turismo sustentável			

3. São realizados outros cursos na área do ambiente, não indicadas na tabela anterior?

4. Nas áreas identificadas, indique as seguintes informação referente aos cursos desenvolvidos:

Nome da acção:_____

Duração da acção:_____; Número de acções e datas:_____

Nº de formados/em formação:_____; Taxa de empregabilidade:_____

Nome da acção:_____

Duração da acção:_____; Número de acções e datas:_____

Nº de formados/em formação:_____; Taxa de empregabilidade:_____

ANEXO II

QUESTIONÁRIO - EMPRESAS

1. Nome da empresa: _____; Pessoa contactada: _____; Número de trabalhadores: _____; Tendência: _____; Salário médio: _____.

2. Na sua opinião, quais são os principais obstáculos à criação de postos de trabalho, na sua área de actividade, no concelho de Ponte de Sor?

Condições de oferta		Infraestruturas		Concorrência/Cooperação		Condições de procura	
População com baixas habilitações/habilitações inadequadas/envelhecida		Falta de infraestruturas básicas (ex.: saneamento e resíduos)		Dificuldades em estabelecer parcerias de cooperação entre empresas e instituições		Falta de conhecimento sobre os mercados internacionais	
Falta de apoios ao empreendedorismo		Falta de infraestruturas de suporte (ex.: Acesso a internet de alta velocidade)		Falta de uma organização empresarial a nível local, capaz de criar estratégias de mercado em conjunto		Falta de apoio no acesso a mercados internacionais	
Desvalorização local dos activos ambientais (ex.: Montado, Barragem, Clima)		Falta de infraestruturas de conectividade (rodoviária e ferroviária)		Procedimentos institucionais rígidos e demasiado burocratizados		Falta de acções de promoção do concelho a nível nacional e internacional	
Desvalorização local do património histórico e cultural		Falta de infraestruturas de apoio à competitividade (ex.: campus universitário)		Falta de uma estratégia de desenvolvimento a nível do concelho, que coordene todos os parceiros sociais		Fracas apostas na especialização produtiva (falta de foco em áreas com maior potencial)	

3. Outros aspectos não identificados na tabela:

4. É a primeira vez que lhe pedem para identificar os principais obstáculos à criação de emprego no concelho?